

Lucas Sampaio Ataliba

**A ÁFRICA COMO FRONTEIRA DO CAPITALISMO
GLOBAL NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE DA
IMPLICAÇÃO SISTÊMICA ACERCA DA PROJEÇÃO DA
CHINA NA REGIÃO.**

Dissertação submetida ao
Programa de Mestrado em
Relações Internacionais da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do
Grau de Mestre em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Drº Helton
Ricardo Ouriques

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca
Universitária da UFSC.

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor
Maiores informações em:
<http://portalbu.ufsc.br/ficha>

Lucas Sampaio Ataliba

**A ÁFRICA COMO FRONTEIRA DO CAPITALISMO
GLOBAL NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE DA
IMPLICAÇÃO SISTÊMICA ACERCA DA PROJEÇÃO DA
CHINA NA REGIÃO.**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do
Título de “Mestre”, e aprovado em sua forma final pelo
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
(PPGRI).

Florianópolis, 30 de Setembro de 2015.

Prof.^a. Dr.^a Clarissa Franzoi Dri
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Dr.^a. Patricia Arienti
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a. Dr.^a. Iara Costa Leite
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof.^a. Dr.^a. Marcelo Santos (externo)
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Este trabalho é dedicado às principais pessoas de minha vida: mãe, irmão e tia Janita, pedras angulares de minha formação; dedico-lhes essa conquista, que embora soe pessoal, é, na verdade, coletiva!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo interesse acadêmico inculcado em mim; ao apoio, suporte e credo em minhas capacidades por eles depositados. Igualmente, à Ana Rubia Fritsche, que muito me ensinou sobre as adaptações às circunstâncias adversas da vida e esteve ao meu lado durante esta caminhada, bem como aos demais amigos, que perenemente estão à disposição para apoiar;

Ao meu orientador, Prof. Helton, pelo compartilhamento de seu vasto conhecimento sobre o tema e indicação de uma rica bibliografia, sem os quais não seria possível a pesquisa; ademais, que como avaiano compartilha de minhas angústias ao optar por amar os menos favorecidos e oprimidos em termos futebolísticos. Extendendo o agradecimento aos professores com os quais tive aula e, em especial, à secretária do PPGRI, Marina, por sua usual cortesia, paciência e, sobretudo, dedicação ao trabalho.

Contudo, esta seção não estaria completa sem os agradecimentos à vida e às circunstâncias que ela usualmente impõe a mim; sou fruto das mais variadas e interessantes experiências e oportunidades de aprendizagem, dificuldades que fomentam um crescimento ímpar e que se não fosse por elas não teria a suposta capacidade e condição que todas as pessoas supracitadas creditam a mim.

Como apontado pela literatura infantil mais adulta possível, de Saint-Exupéry, em *O Pequeno Príncipe*, “o verdadeiro homem mede a sua força quando se defronta com o obstáculo”. Assim, como persevero, tenho; como me dedico, alcanço.

“Perseveras que terás”

RESUMO

Esta dissertação apresenta a condição em que a África subsaariana foi incorporada ao moderno sistema-mundo europeu, salientando que, estruturalmente, a posição da região permanece periférica; contudo, o contexto recente de melhora dos indicadores apresenta possibilidades nunca antes experimentadas. A recuperação econômica, embora concreta e mereça ser celebrada, apenas retoma níveis de participação na economia global a patamares anteriores às “décadas perdidas”, que marginalizaram a região subsaariana frente às rápidas mudanças promovidas pela globalização no mundo. O “quarto mundo” no qual a região viveu durante essas décadas começa a ser erodido: a melhora dos indicadores econômicos e a crescente estabilidade política, atrelados aos interesses e projeções de outros países sobre a região, podem contribuir para avaliar eventuais instrumentos de ascensão e desenvolvimento. Neste ensejo, busca-se analisar o modelo de aproximação da China para a África, bem como elucidar seus propósitos e significados. Assim, é estudado o caso da presença chinesa na África, seus objetivos, o modelo, condições e de que forma isso se coloca no contexto de mudança sistêmica; enfim, buscará responder especialmente em que medida a projeção chinesa pode contribuir para o efetivo desenvolvimento da África subsaariana e qual papel essa região desempenharia na estratégia chinesa de ascensão.

Palavras-chave: China; África; Desenvolvimento; Inserção internacional; Mudanças sistêmicas;

ABSTRACT

This dissertation presents the condition in which sub-Saharan Africa has been incorporated into the modern European world-system, pointing out that, structurally, the region's position remains peripheral; however, the recent context of the indicators improvement' has never before experienced possibility. The economic recovery, although concrete and deserves to be celebrated, only sets out the levels of participation in the global economy to levels prior to the "lost decades", which the rapid changes in the world brought by globalization marginalized sub-Saharan region. The "fourth world", in which the region lived during those decades, begins to be eroded: the improvement of economic indicators and the increasing political stability, linked to the interests and projections from other countries into the region can contribute to evaluate possible ways of rise and development. In this opportunity, the dissertation seeks to analyze China's approximation model for Africa as well as highlight its purpose and meaning. Thus, it is studied the case of the Chinese presence in Africa, its objectives, the model, condition and how it arises in the context of systemic change. Finally, it seeks to respond specifically to what extent the Chinese projection can contribute to the effective development of sub-Saharan Africa and what role this region would play in the Chinese strategy of ascension.

Keywords: China; Africa; Development; International insertion; systemic changes.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Os principais pontos de contato do comércio europeu no século XVII. Extraído do livro de domínio público *A História da África*, UNESCO V, 2010..... 80
- Figura 2 - A África em 1880, em véspera da partilha e conquista das potências europeias. Extraída do livro de domínio público *A História da África*, UNESCO VII, 2010. 84
- Figure 3. Principais motivos de protestos na África subsaariana em 2014. Extraído do AEO, 2015. Segundo os autores, baseado em matérias jornalísticas das agências Reuters e AFP..... 135
- Figure 4 Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) – ou, no inglês SWOT (*Strength, Weakness, Opportunities and Threats*) – da relação China-África..... 143

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1: Percentual do PIB em US\$ correntes em relação ao PIB Mundial de regiões selecionadas em uma série de 1965 a 2014..... | 94 |
| Gráfico 2: Exposição de países africanos em relação à China.. | 129 |
| Gráfico 3: Exposição de países europeus em relação à China.. | 130 |

LISTA DE QUADROS / TABELAS

Tabela 1 – Utilização e penetração da Internet por regiões no mundo, em 2000 e 2014. Porcentagem em relação à população.....96

TABELA 2 – Estrutura do PIB Chinês de 1952 – 2006.....112

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

- AIDS – Síndrome Imunodeficiência Adquirida (SIDA);
AOD – Ajuda Oficial para o Desenvolvimento;
BRICS – Acrônimo para grupo de concertação política e econômica entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
CIA – Agência de Inteligência Americana (*Central Intelligence Agency*)
CTPD – Cooperação Técnica Para o Desenvolvimento;
CSS – Cooperação Sul-Sul
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization*);
FMI – Fundo Monetário Internacional;
FOCAC – Forum de Cooperação África-China (*Forum on China-Africa Cooperation*);
IED – Investimento Estrangeiro Direto;
LDC – *Least Developed Countries*;
MOFCOM - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Comerciais da China;
NEPAD – *New Partnership for Africa's Development*;
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento;
OIT – Organização Internacional do Trabalho;
PIB – Produto Interno Bruto;
PNB – Produto Nacional Bruto;
UNCTAD – Comissão das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development*);
UNECA – Comissão Econômica das Nações Unidas para África (*United Nations Economic Commission for Africa*);
USPTO – *United States Patent and Trademark Office*;
WIPO – Organização Internacional de Propriedade Intelectual (*World Intellectual Property Organization*);

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 25 |
| 1. A sociologia histórica e a estratificação da posição dos Estados no sistema internacional: as abordagens de Sistema-Mundo;..... | 31 |
| 1.1 – A centralidade da coerção no processo de acumulação e formação do Estado: Charles Tilly; | 31 |
| 1.2 – O conceito de Imperialismo e sua opção teórica no presente trabalho..... | 35 |
| 1.3 – Braudel: a longa duração e o caráter heterogêneo do capitalismo histórico. | 43 |
| 1.4 – O sistema-mundo como unidade de análise e sua estratificação: o centro, a periferia e a semiperiferia; | 48 |
| 1.4.1 – Os ciclos sistêmicos de acumulação e a mudança da Ordem; | 59 |
| 2. ÁFRICA DO SÉCULO XXI - O “manifesto destino” estrutural periférico e o ingresso tardio na globalização. | 66 |
| 2.1 – O contexto histórico: A escassez de modos de acumulação na Europa e a busca por novos modos de acumulação; | 67 |
| 2.1.1 O jugo da dominação e a África na economia política do sistema-mundo Europeu; | 72 |
| 2.1.2 A segunda revolução industrial e o Congresso de Berlim: o “manifesto destino” de ingresso da África pela porta dos fundos do sistema;..... | 82 |
| 2.2. – A África no sistema-mundo contemporâneo: da luta contra a “quartelização” das décadas perdidas (1980-90) à integração no capitalismo global do século XXI..... | 90 |
| 2.2.1 – <i>The New Partnership for Africa’s Development (NEPAD)</i> | 99 |
| 2.2.3 – Os corredores agrícolas..... | 102 |
| 2.3 – Conclusão | 104 |
| 3 – A PROJEÇÃO CHINESA PARA A ÁFRICA EM REVISTA..... | 107 |

| | |
|--|------------|
| 3.1 – As bases do crescimento chinês recente: Deng Xiaoping e as reformas estruturais; | 107 |
| 3.1.1 – A engenharia reserva e absorção de tecnologia: o controle sobre as atividades mais rentáveis das cadeias mercantis;..... | 111 |
| 3.1.2 – O crescimento da demanda energética e de insumos relativos à urbanização acentuada..... | 117 |
| 3.2 – China e África, uma relação com antecedentes políticos antes dos econômicos e com menos estratégia do que aparenta. | 118 |
| 3.2.1 – China imperialista? O receio despertado nos países estrangeiros e a alegação do imperialismo chinês. | 130 |
| 3.3 - SALDO DA RELAÇÃO | 139 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 144 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 148 |
| APÊNDICE | 163 |

INTRODUÇÃO

A análise das situações, capacidades e possibilidades dos atores no sistema internacional contemporâneo não pode prescindir do estudo de como essas regiões foram incorporadas ao modelo político e econômico em voga. Naturalmente, as regiões não dispõem da mesma capacidade de ação e de projeção de seus interesses perante os demais atores e um dos principais elementos para explicar isso consiste no estudo da formação do sistema internacional contemporâneo, que, por sua vez, está estritamente relacionado ao processo de formação dos Estados europeus e seu padrão sistêmico de acumulação de riqueza.

A expansão do sistema europeu para outras regiões a partir do século XVI incorporou as outras regiões do mundo ao modo de acumulação que vinha sendo gestado na Europa e, dessa forma, definiu as condições que essas outras regiões seriam integradas a essa lógica: de um modo geral, integradas à força como supridoras de mão de obra e bens primários, bem como destino dos produtos manufaturados, cujos meios de produção (componentes tecnológicos) mantiveram-se forçadamente como exclusividade dos dominadores. Em suma, a integração da África no sistema europeu de acumulação ocorreu dessa forma, subjugando-a a condição periférica desde o começo, o que fatalmente nunca foi revertido. A discussão a ser apresentada tem como ponto de partida, portanto, a condição periférica à qual a região africana foi submetida e a análise de alternativas para subverter essa situação através da teoria base e da possibilidade de novos cenários futuros.

Dessa forma, o estudo da história da África e de sua inserção no comércio internacional em larga escala é imperioso para a compreensão da economia política internacional e da estrutura dos Estados no mundo contemporâneo, bem como para trazer subsídios a um dos propósitos do presente trabalho, qual seja: enxergar a África como uma zona de disputa entre – e provável destino da projeção de – países semiperiféricos buscando ascender e de países do núcleo orgânico visando manter suas condições como tal.

Nesse sentido, após a década da descolonização (1960), a década das revoluções (1970), a “década perdida” dos ajustes econômicos (1980) e a marginalização do continente nos assuntos internacionais (1990), o século XXI tem proporcionado oportunidades ao continente africano. Iniciativas externas de apoio mudam de tom; surgem a NEPAD – *New Partnership for Africa's Development*, gestada pelos próprios africanos, mas com vários princípios liberalizantes valorizados pelos

países desenvolvidos –, os corredores agrícolas e uma larga oferta de prestadores de cooperação, porém agora em um modelo diferente: a cooperação sul-sul dos países em desenvolvimento. Sai o modelo tradicional – com uma série de condicionantes - da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) oferecido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) e ganha força o modelo dos países em desenvolvimento, que possui também várias peculiaridades.

A China tornou-se sensação para os estudiosos do mundo contemporâneo de diversos campos. O início do século XXI alçou definitivamente os orientais à condição de potência relevante e provável disjuntor da Ordem do sistema contemporâneo. Desde o fim da Era Vitoriana – período de transição da *pax* britânica para a *pax* americana – , sobretudo ao fim da Primeira Guerra, essa condição já pertenceu a vários outros países. Alemanha no período entre guerras, URSS após o fim da Guerra Fria até o início da *detente* / final da Guerra Fria – sendo a única que efetivamente ofereceu condição, estrutura e especialmente um projeto para tal – e mesmo o Japão com seu crescimento vertiginoso na década de 1970 ocuparam a posição de promessa de potência hegemônica ou contestadora da Ordem Unipolar / Bipolar, a depender do período. No entanto, nenhuma dessas conjecturas se concretizou.

Contudo, os indicadores positivos que embasam essas efusivas considerações a respeito do “dragão” oriental, sobretudo os econômicos, não datam de hoje, senão do fim da década de 1970 a partir das reformas de Deng Xiaoping: o país apresenta um ritmo de crescimento avassalador, sustentado, há mais de 30 anos e nunca menor do que 7% de crescimento ao ano¹. Esse crescimento tem se refletido em outras arenas do cenário internacional na medida em que a China tem capitaneado iniciativas em várias frentes, seja unilateralmente ou a partir de grupos de geometria variável dos quais encoraja e faz parte, como os BRICS. Dentre elas, participação ativa das discussões sobre reformas de instituições multilaterais, sobretudo as financeiras; das discussões sobre temas “quentes” e da “ordem do dia” da agenda internacional contemporânea, como mudanças nos regimes de comércio discutidos no âmbito da OMC, questões sobre o clima e temas de segurança internacional.

Essa movimentação veio acompanhada de maior presença econômica em outras regiões, seja pelo comércio, cooperação ou por meio de investimentos estrangeiros diretos. A despeito dos números

¹ Com exceção dos anos de 1981 (crescimento de 5,2%), 1989 (+4,1%) e 1990 (+3,2%), segundo dados do Banco do Mundial.

expressivos há décadas, pode-se dizer que talvez o aumento do interesse sobre a China tenha ocorrido mais enfaticamente a partir do início desse novo século como consequência das orientações políticas e econômicas adotadas pelo país a partir das reformas liberalizantes de Deng Xiaoping, sobretudo seus efeitos para o sistema internacional a partir da década de 1990. Por isso, a China tornou-se o maior parceiro comercial de mais de uma centena de países e ampliou sua projeção econômica e política por todos os continentes. Esse fenômeno veio acompanhado de certo receio por partes das potências Ocidentais – atuais “regentes” da Ordem –, em especial dos EUA.

O avançar da China sobre alguns mercados/regiões, em detrimento de posições anteriormente ocupadas por essas potências, acendeu definitivamente um sinal de alerta na competição pela hegemonia global e jogou luz em alguns mercados periféricos. A “cesta de recompensas” do sistema internacional tem se alterado e a China representa um caso de país que vislumbra dispor de mais recompensas, deixando a periferia rumo ao núcleo orgânico. Por mais longa que seja essa transição – caso efetivamente ocorra –, alguns sinais são claros e sentidos por todas as regiões do sistema; as regiões periféricas usualmente são mais sensíveis às alterações infligidas no cerne do núcleo orgânico. Por isso, um dos objetivos centrais é demonstrar qual a posição da África na estratégia chinesa e quais implicações sistêmicas para ambas as partes.

Os principais indicadores têm mostrado que a melhora africana recente – que efetivamente deve ser celebrada – é senão uma recuperação a padrões econômicos de outrora, e não propriamente de que esteja ascendendo na estrutura do sistema internacional. A África permanece na mesma condição estrutural periférica de que foi integrada no moderno sistema-mundo e dificilmente esta situação se alterará em curto e médio prazo; no entanto dispõe de um provável cenário futuro ao qual também nunca teve: um contexto geopolítico adequado que pode funcionar como um catalizador na complexa – e extremamente lenta – reação de ascensão no cenário internacional.

A partir das importantes contribuições teóricas utilizadas como parâmetro da análise, pretende-se avaliar a posição presente da África subsaariana em sua longa duração histórica, para, então, almejar responder alguns questionamentos: qual o papel da África subsaariana frente às alterações sistêmicas e oportunidades de inserção no capitalismo contemporâneo? Ou ainda: em que medida a crescente presença chinesa na África é uma alternativa tanto para China quanto para África na corrida para o desenvolvimento? A resposta a essas

perguntas são formuladas a partir da **pergunta de pesquisa**: *em que medida a inserção chinesa na África subsaariana contribui para o desenvolvimento da região?*

A unidade de análise escolhida no presente trabalho é a África subsaariana e opta-se, não ocasionalmente, por tratá-la como um bloco. Nesse sentido, cabe ressaltar que nem por um instante se esquece de ou desconsidera-se as particularidades de cada Estado-nação, bem como a riqueza e diversidade étnica, cultural, geográfica, demográfica e histórica. No entanto, tendo o sistema-mundo como unidade de análise, os Estados da África subsaariana convergem mais do que divergem; possuem um elo comum que os categoriza perfeitamente como unidade de análise única no sistema-mundo: como uma região periférica, onde se pode ousar afirmar que mal faz parte do capitalismo contemporâneo; onde em algumas partes a divisão do trabalho e a complexificação das relações entre firmas, capital e trabalho não atingiu sequer grau semelhante a outros países também periféricos, caracterizando uma condição de “quarto mundo”, nos termos de Castells, como será melhor explicado.

A migração geográfica do capital, inerente ao sistema capitalista como é explicado no trabalho, tem finalmente chegado de forma mais substancial a essa região. Algumas iniciativas recentes têm incorporado de forma mais sistematizada a África subsaariana no processo produtivo global, e verificar essa inserção, a partir de sua relação com a China, pode ser um bom indicativo do parâmetro em que está ocorrendo.

A **hipótese** é de que a China, a despeito dos maciços investimentos e intensificação de comércio com a região subsaariana, não contribui efetivamente para o desenvolvimento da região. Feitas essas considerações, o presente trabalho tem os seguintes objetivos:

O **objetivo geral** consiste em analisar *como* foi construído o relacionamento recente entre China e a África sob a lógica de alteração sistêmica e busca de espaço dos atores por melhores recompensas na cesta de interesses do sistema internacional, e *se* a projeção chinesa traz efetivamente desenvolvimento para a região subsaariana, bem como se corresponde às críticas ocidentais estando assentada numa lógica imperialista.

Os **objetivos específicos** serão apresentados conforme a divisão dos capítulos feita no trabalho.

No primeiro capítulo:

- Explicar o surgimento e a estratificação do sistema contemporâneo de Estados a partir da sociologia histórica, ressaltando o papel da coerção, e das abordagens de sistema-mundo explicitando as

condições políticas e econômicas desse processo; explicar os conceitos e as inerentes implicações de centro, semiperiferia e periferia, bem como os ciclos sistêmicos de acumulação e a mudança da Ordem; ademais, a discussão acerca do Imperialismo como condição de existência na ação estatal.

No segundo capítulo:

- Apresentar: a lógica de dominação e jugo à qual a África foi submetida a partir da expansão do sistema europeu e a evolução do capitalismo histórico; o contexto contemporâneo, explicitando o nevrálgico período das “décadas perdidas” de 1980-90 e seus efeitos sobre a região, ocasionando uma “quartelização” e inerente exclusão, justamente no momento em que o mundo acentuava sua interdependência a partir da globalização; são ressaltados também os eventuais constrangimentos econômicos e políticos, bem como as oportunidades de ação que se avizinham.

No terceiro capítulo:

- demonstrar qual a posição da África na estratégia chinesa e quais implicações sistêmicas para ambas as partes.

A **teoria base** utilizada neste trabalho é a sociologia histórica e as abordagens de sistemas-mundo, associados a algumas concepções sobre desenvolvimento, através das quais foram trazidos conceitos e ideias de diversos autores: Fernand Braudel, que a partir de seus estudos colocou em evidência a “Escola dos *Annales*”, sugerindo a necessidade de interpretar a economia política do capitalismo histórico por meio de níveis distintos em sua longa duração; as abordagens de sistema-mundo, cujos expoentes Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi trazem uma contribuição derivada do marxismo extremamente rica em conceitos analíticos importantes, como os ciclos sistêmicos de acumulação, o papel dos estados e da incorporação de tecnologia no controle das atividades mais rentáveis das cadeias mercantis, a estratificação do sistema em centro, periferia e semiperiferia; com Charles Tilly e Michael Mann ressalta-se o papel da coerção e da questão militar na formação do sistema internacional contemporâneo, bem como na caracterização da ação estatal no plano internacional a partir de uma série de conceitos essenciais, que aludem à historicidade e à herança braudeliiana como características constitutivas. Ademais, acrescentam-se alguns outros autores com contribuições acessórias à argumentação apresentada, como Alice Amsden e o papel da “transferência” de tecnologia na ascensão dos países semiperiféricos, Robert Gilpin e Benjamin Cohen com relação à questão do poder, da ação estatal e da cesta de recompensas do sistema internacional.

De um modo geral, portanto, são utilizadas várias contribuições, não necessariamente de correntes teóricas semelhantes, mas que conjuntamente contribuem sobremaneira para a argumentação e a averiguação da existência da hipótese apresentada.

O **método de pesquisa** utilizado foi o hipotético-dedutivo, com a elaboração de pergunta de pesquisa e de hipótese. A despeito de não ter ocorrido pesquisa de campo *in loco*, o que seria improvável de modo completo dado o recorte regional selecionado – o levantamento das informações, dados, obras e demais meios necessários para o desenvolvimento da pesquisa não foi comprometido e ocorreu através de livros, artigos, notícias/reportagens, bem como à consulta de bases de dados de organismos internacionais cuja reputação no que tange à compilação de dados e estudos os precede, tais como Comissão das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, em especial sua base de dados Uncstad), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e estudos elaborados por outras Comissões no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Finalmente, para a elaboração desta dissertação foram utilizadas obras de origem estrangeira, cuja tradução, em caráter não oficial, é de responsabilidade do autor do trabalho.

O tema da pesquisa, muito embora não especificamente inédito, traz contribuições contemporâneas aos estudos de alteração da Ordem sistêmica, a partir da utilização da abordagem de sistemas-mundo, e analisa a projeção do principal ator alçado à condição de *hegemon* aspirante sobre a região cujas esperanças de crescimento estão firmemente alocadas. Nesse sentido, espera-se que esta investigação dê suporte aos estudos realizados por interessados em pesquisar a inserção internacional da África na lógica do capitalismo contemporâneo, o papel autóctone que paulatinamente tem assumido, a ideia de desenvolvimento e a concepção que perpassa à discussão sobre Cooperação Sul-Sul. Ademais, que seja útil aos estudos realizados grupo de leituras em Economia Política dos Sistemas-Mundo, vinculado ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, Destaca-se que essa Universidade é um importante centro de estudos para a compreensão da abordagem de sistemas-mundo.

1. A sociologia histórica e a estratificação da posição dos Estados no sistema internacional: as abordagens de Sistema-Mundo;

“To the extent that we each analyze our social prisons, we liberate ourselves from their constraints to the extent that we can be liberated (Wallerstein, 2006:22).

A sociologia histórica trouxe importantes aportes para a análise do sistema mundial contemporâneo, sendo o estudo da formação do Estado nacional como o compreendemos hoje uma de suas principais. O historicismo não é uma característica fundamental apenas das abordagens de sistemas-mundo, mas também de outros autores que embora não possam ser classificados como representantes desse campo, compartilham similaridades ímpares, em especial com relação ao objeto dessa seção: o processo de formação do Estado moderno e a formação de sistemas. Esses são importantes aportes para a compreensão do sistema-mundo contemporâneo, o papel da África nele, bem como sua posição perante um possível fim do ciclo hegemônico americano. A fim de contribuição, dois aportes contempladores dessas características serão brevemente introduzidos e mesclados com as abordagens de sistema-mundo, Charles Tilly e Michael Mann – esse último quando apresentada a visão de Imperialismo utilizado no presente trabalho.

Com o aporte teórico apresentado nesse capítulo, são fornecidos ao leitor os elementos balizadores concernentes à análise realizada no presente trabalho. Os instrumentos analíticos apresentados são partes de obras que realizam importantes esforços teóricos para compreender a evolução do sistema mundial ao modo existente em sua contemporaneidade, fortalecendo percepções acerca das condições estruturais das diversas regiões do globo. Em especial, a partir dos fatores históricos que levaram ao surgimento e consolidação das estruturas existentes, bem como as implicações de pertencer a determinado estrato do sistema no que concerne ao jogo do desenvolvimento, qual seja: a corrida na roda do *hamster* – a incessante batalha campal para ascender no sistema internacional, mas que, na prática, é mais para não descender do que propriamente para ascender.

1.1 – A centralidade da coerção no processo de acumulação e formação do Estado: Charles Tilly;

Muito embora compartilhe do historicismo como recurso de análise, Charles Tilly procura se distanciar ligeiramente da abordagem do sistema mundial. Em sua visão, essas abordagens carecem articular melhor uma teoria que vincule as verdadeiras estruturas organizacionais dos Estados às suas posições dentro do sistema mundial. Para ele, a interpretação da hegemonia holandesa no século XVII por Wallerstein (volume dois, capítulo 2 de sua obra *Moderno sistema mundial*) não fornece qualquer explicação da estrutura do estado holandês – em especial com relação à prosperidade de um estado nacional diminuto numa época em que seus vizinhos criavam quadros extensos de pessoal civil e exércitos permanentes (TILLY, 1996:57).

À sua maneira, prossegue dizendo que a maioria das explicações sobre a formação do estado falha por ignorar o fato de que muitos tipos diferentes de Estados foram possíveis em estágios diferentes da Europa, pois explicam a variação que ocorre de um Estado para outro pelas características individuais deles, em vez de fazê-lo pelas relações entre eles. E também porque admitem implicitamente um esforço deliberado para construir os tipos de Estados extensos e centralizados que dominaram a vida europeia durante os séculos XIX e XX. Não seria o caso das análises sistema-mundistas, porém, em sua visão, a despeito das abordagens geopolíticas e pelo sistema mundial oferecerem uma visão vigorosa, ainda carecem de explicações convincentes dos verdadeiros mecanismos que vinculam as posições dentro do mundo à organização e prática de estados particulares. E qual seriam esses mecanismos? Segundo ele, o impacto da guerra e da preparação para ela no processo de formação dos Estados europeus.

Em sua obra *Capital, Coerção e Estados Europeus*, Tilly faz uma análise do processo de formação dos Estados europeus desde o fim do primeiro milênio da Era Cristã até os dias atuais, buscando identificar e interpretar elementos essenciais ao sistema como o temos hoje. Para ele, o desenvolvimento das estruturas econômicas, políticas, geográficas e sociais que desembocaram no Estado que conhecemos hoje estão ligadas a dois elementos em particular: o capital e a coerção. Ele define os Estados como organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco – atuantes no início da Idade Média – e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios (TILLY, 1996:46). Sua ênfase no papel da coerção – das guerras, conflitos e exércitos para impor autoridade – assemelham-no à visão Weberiana de Estado, cuja argumentação é de que essas estruturas seriam o *locus* onde determinado grupo disporia do uso legítimo da força (WEBER, 2005: 60-61).

Ao estudar a evolução das vilas, cidades e das cidades-estados, precursoras do estado atual, uma inquietação é perene: como unidades políticas tão disparas e com histórias tão peculiares acabaram por fazer parte de um mesmo padrão? Sua obra é um estudo dos elementos que buscam responder essa pergunta. Segundo o próprio autor, sua contribuição em relação às opções existentes até então sobre a formação do Estado moderno são duas:

“em primeiro lugar, coloca a organização da coerção e da preparação da guerra firmemente no meio da análise, afirmando em seus momentos mais temerários que a estrutura do estado emergia, sobretudo sob a forma de produto secundário dos esforços dos governantes para adquirir os meios de guerra; e, sem segundo lugar, insistindo em que as relações entre os estados, especialmente através da guerra e da preparação da guerra, afetaram intensamente todo o processo de formação do estado. Assim, neste livro, derivo histórias alternativas de formação do estado das combinações continuamente variáveis de concentração do capital, concentração da coerção, preparação da guerra e posição dentro do sistema internacional.” (TILLY, 1996:61).

Os estados nacionais estão na posição intermediária em relação aos impérios extorquidores de tributos e as cidades-estados, pois embora constituídos em torno da guerra, da formação do estado e da extração tanto quanto os outros estados, foram compelidos, pela negociação em torno da cessão de recursos coercivos pela população, a investir pesadamente na proteção, na aplicação da justiça e às vezes até na produção e distribuição. Os Estados europeus começaram em posições muito diferentes em função da distribuição de capital e coerção concentrados. Mudaram à medida que se alteraram as interseções do capital e da coerção. Em essência, para Tilly, os Estados nacionais sempre aparecem em concorrência um com o outro, e adquirem as suas identidades por contraste com estados rivais. (TILLY, 1996:71-72). Eles pertencem a sistemas, que são formados à proporção que esses Estados interagem entre si, e na medida em que a sua interação afeta significativamente o destino de cada parceiro. (TILLY, 1996:49).

Os Estados nacionais ganham força também por duas razões: a comercialização e a acumulação de capital em Estados maiores como a

Inglaterra e a França reduziram as vantagens na guerra dos pequenos Estados mercantis; e segundo, a guerra expandiu-se em custo e em escala, parcialmente em função do aumento da capacidade dos Estados maiores de drenar suas economias, ou suas colônias, para pagar as forças armadas. Necessitou-se, assim, de um corpo político forte para a proteção do corpo responsável pela acumulação.

A escala crescente da guerra e o entrelaçamento do sistema europeu de estado através da interação comercial, militar e diplomática acabaram propiciando vantagem na guerra àqueles Estados que tinham condições de manter exércitos permanentes; os Estados que tinham acesso a uma combinação de amplas populações rurais e capitalistas e economias relativamente comercializadas triunfaram: estabeleceram os termos da guerra e sua forma de estado passou a predominar na Europa. Os Estados europeus acabaram convergindo nesta forma: o Estado nacional (TILLY, 1996: 62).

O esforço dos Estados menores para se defenderem os transformaram, absorveram ou combinaram Estados nacionais. A competição militar acabou impelindo-os na mesma direção: fortaleceram ao mesmo tempo a criação e a predominância do Estado nacional. (TILLY, 1996:270-271). No processo, os europeus criaram um sistema de Estado que dominou o mundo inteiro, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, quando praticamente o mundo inteiro passou a ser ocupado por estados nominalmente independentes cujos governantes reconhecem, mais ou menos, a existência mútua e o direito de existência dos demais.

Sob o aporte militarista de Tilly da formação do Estado e a estruturação do sistema contemporâneo, um depreendimento é que a África e América Latina foram incorporadas ao sistema em um padrão subalterno de dominação em razão de não possuírem, naquele momento, os mesmos meios de aplicação do capital e da coerção dos Estados europeus: esses últimos avançados em sua organização social e, sobretudo, tecnológica militar conseguiram facilmente se impor territorialmente nas Américas, onde a resistência dos indígenas residentes não conseguia fazer frente à tecnologia militar europeia do período.

A capacidade bélica – e, obviamente, o desenvolvimento tecnológico associado – dos empreendimentos além-mar dos Estados europeus é uma justificativa primordial para explicar não apenas as grandes navegações e a busca por novas rotas comerciais em detrimento das bloqueadas no Oriente Médio e Distante, mas também a razão pela qual não lograram êxito no domínio da Ásia naquele primeiro momento,

bem como da própria África no momento inicial do estabelecimento do comércio atlântico. Como salienta McNeill (1982) – que tem a centralidade absoluta da guerra como explicação determinante da posição do Estado dentro do sistema internacional, bem como fator decisivo de sua história organizacional de qualquer país – a Ásia manteve durante muito tempo um maior desenvolvimento tecnológico do que a Europa com relação a itens bélicos e técnicas militares, razão pela qual os Estados europeus preferiram novas empreitadas, como contornar a África, do que enfrentar militarmente os “povos bárbaros” que controlavam importantes rotas comerciais, da antiga Mesopotâmia e Pérsia até os confins da Mongólia e China; Gengis Khan, por exemplo, assentado num sistema de “Estados” bem anterior ao desenvolvido pelos europeus, estabeleceu o controle da rota da seda e de importantes entrepostos comerciais por meio de uma lógica territorialista.

Assim, as abordagens de McNeill e Tilly, que têm o intuito de explicar a transposição do sistema europeu para o resto do mundo, sobretudo nos momentos de expansionismo territorialista, ou imperialismo em *stricto sensus*, são positivas para este trabalho ao elevar a um patamar especial o potencial militar e o desenvolvimento tecnológico bélico, associados à capacidade de dispor de capital – que retroalimenta o domínio militar –, o que será abordado na subseção seguinte.

1.2 – O conceito de Imperialismo e sua opção teórica no presente trabalho.

O conceito de imperialismo é polêmico e controverso. Cabe ressaltar, no entanto, que não é objetivo do presente trabalho debatê-lo a fundo, senão apenas tomar emprestado algumas assimilações convencionais da literatura tradicional. De um modo genérico, está atrelado à ideia de hegemonia gramsciniana, em que um Estado exerce hegemonia quando é capaz de impor seu interesse a outros, seja de modo direto ou indireto, por meio de dominação econômica ou política. Wallerstein, por exemplo, fazendo uso de ferramentas analíticas derivadas do marxismo e tendo como foco predominante a análise sobre os fatores de produção, entende imperialismo como uma aplicação da ideia de hegemonia: a dominação de regiões periféricas, onde as estruturas estatais são fracas ou inexistentes, por parte de Estados centrais mais fortes; abrange os vários meios econômicos, políticos e

militares nas relações interestatais que promovem a transferência de excedente para as regiões centrais (WALLERSTEIN, 1987:554).

De um modo geral, analistas marxistas ou *marxizantes* das relações internacionais geralmente desenvolvem alguma versão das teorias do imperialismo como uma extensão do interesse econômico nacional à esfera internacional, tendo o modo de produção como estrutura de análise fundamental do Estado e, como consequência, do sistema. Nesse sentido, algumas outras abordagens são úteis a fim de aglutinar a interpretação dada ao imperialismo no presente trabalho, que considera o modo de produção indubitavelmente como um fator de análise, porém o aglutina a outros fatores cruciais, na medida em que um relacionamento interestatal baseado em uma acentuada assimetria econômica, por si só, não se mostra suficiente para uma categorização desse tipo.

Logo, é oportuno fazer sucinta explanação sobre o conceito de imperialismo utilizado aqui, pois há importantes implicações analíticas subjacentes à escolha do arcabouço teórico. Algumas alegações como, por exemplo, a discussão hodierna na Academia de que alguns países lançam uma nova empreitada “(sub) imperialista” para a África; de que mesmo alguns países semiperiféricos, como Brasil e, sobretudo China, estão fazendo uso de modelos “imperialistas” em suas relações bilaterais com a África. Tais alegações não encontram ressonância com a argumentação ora elencada – o que será mais explanado no capítulo 3, com relação à China – e o arcabouço teórico aqui utilizado pretende brevemente justificar a opção por não compreender os laços bilaterais sino-africanos nesse viés.

O termo imperialismo é empregado no presente trabalho em atenção às classificações desenvolvidas pelo autor Michael Mann (2012), que, na verdade, decorrem como uma expressão explícita do conjunto de elementos que compõem o conceito de poder para o referido autor e que serão brevemente apresentadas.

A partir da sociologia histórica, Mann identifica tópicos sócio-estruturais comuns das sociedades e faz uma análise da formação do sistema de Estados contemporâneos. Ele argumenta que as sociedades humanas e suas formas de organização existentes até então se assentaram em torno de quatro distintas fontes de poder– quais sejam: Ideológico, Econômico, Militar e Político (modelo IEMP) –, os quais possuem um relativo grau de autonomia e a maneira como se relacionam reflete-se nas mais importantes formas de organização das sociedades desenvolvidas até aqui: o capitalismo, os impérios e os Estados-nação. A moderna globalização, para ele, é um fenômeno que envolve três

principais processos institucionais: a globalização do capitalismo, a globalização dos Estados-nação, e a globalização dos impérios (o qual eventualmente tornou-se apenas um, o império americano).

Durante essa evolução, o capitalismo esteve à frente por meio do processo de destruição criativa schumpeteriano: impérios surgiram e foram caindo; dando lugar a múltiplos Estados-nações, que produziam feixes desiguais de direitos civis para as massas – seja em seu próprio território ou especialmente em relação à população das colônias. O quadro do período é que nos países avançados as massas estavam tomando parte do palco do teatro do poder – concentradas em cidades e fábricas, conscrevendo-se nas forças armadas, mobilizadas por ideologias demagogas e partidos de massa. Enquanto, ao contrário, nas colônias as massas apenas começavam a se mexer (MANN, 2012:1).

O conceito de Poder utilizado pelo autor e, sobretudo, suas expressões são salutares para compreender a abordagem sobre os impérios, bem como a categorização deles. “Poder é a capacidade de fazer com que outros façam coisas que de outra sorte eles não fariam” (MANN, 2012:5) ². Este poder se subdivide em três seções: entre distributivo (poder exercido sobre outros) e coletivo (poder assegurado conjuntamente por meio de cooperação com outros); entre autoritário (envolve comandos de um indivíduo ou ator coletivo e uma consciente obediência pelos subordinados) e difuso (em que não há comando direto e se expressa espontaneamente, inconscientemente e de modo descentralizado); e entre extensivo (rege grande número de pessoas em vastos territórios, mesmo não contínuos ou distantes, um aspecto óbvio da globalização, por exemplo) ou intensivo (mobiliza um alto nível de comprometimento dos participantes), sendo que um grande poder implica numa boa combinação entre eles, persuadindo ou coagindo mais pessoas a fazer mais coisas coletivamente. Assim,

“o mais efetivo exercício de poder combina o coletivo e distributivo, o extensivo e intensivo, o autoritário e o poder difuso. Esta é a razão pela qual uma única fonte de poder – seja econômico ou militar – não pode, sozinha, determinar totalmente a estrutura das sociedades.” ³ (MANN, 2012:6).

² Tradução nossa do original: *Power is capacity to get others to do things that they otherwise not do.*

³ Tradução nossa do original: *The most effective exercise of power combines collective and distributive, extensive and intensive, authoritative and diffuse*

Para o objeto desta seção, são identificados quatro elementos essenciais que compõem as fontes das forças sociais, desde sua origem, e que se reproduzem moldando o sistema – que nada mais é do que a expressão desses elementos, quais sejam: ideológico, econômico, militar e político. Cabe ressaltar que o autor faz longa e pertinente pormenorização da composição desses elementos na construção dos sistemas sociais ao longo da história. Um exemplo interessante é sua preferência pelo uso do termo poder político como expressão exclusiva de Estados, e não de ONGs ou outras instituições, como o faz Weber ou mesmo outros cientistas políticos adeptos da ideia de “governança” global. Em princípio e de uma forma superficial, pode-se dizer que essa alegação comunga com implicações das ideias de Braudel, para quem o capitalismo só triunfa quando é o Estado e, assim, na história recente poder-se-ia dizer que o Estado é a composição dessas instituições, sendo, portanto, o único ente detentor exclusivo do poder político. Ainda que não seja o objeto específico do presente trabalho, recomenda-se ler mais na obra do autor sobre esses quatro componentes constitutivos das forças sociais. Sem embargo, a ideia desses elementos como forças sociais que se manifestam em conjunto nos sistemas, à sua maneira e em padrões distintos, é o que interessa para a discussão apresentada.

Em sua conceitualização, Mann afirma que impérios combinam poderes político e militar, e adiciona o elemento geográfico ao fazer uso dos conceitos de centro e periferia quando diz que os impérios se manifestam como uma expressão de poder do centro sobre as regiões periféricas do sistema. Ele define império como:

“[...] centralizado e hierárquico sistema de dominação adquirida e mantida por meio da coerção, em que um território central domina territórios periféricos, e serve como intermediário para as principais interações deles, bem como canaliza recursos da e entre as periferias. Note, por isso, que impérios combinam poderes político e militar como sua essência. Impérios inicialmente crescem por meio do poder militar, lançado ou como ameaça pelo centro, e a força então é intermitentemente repetida sempre que a periferia resiste. [...] O ponto inicial do império é pilhar terras, posses, corpos e almas de outros

power. That is why a single power source – say, economy or the military – cannot alone determine the overall structure of societies.

precisamente porque um possui o poder militar para tal.”⁴ (MANN, 2012: 17).

Destarte a centralidade do poder militar na formação dos impérios, Mann reconhece que os impérios modernos são distintos por possuírem grande parcela de imperialismo econômico, em razão de o capitalismo ser muito mais eficaz em integrar economias centrais e periféricas do que outros modos de produção anteriores (cabe ressaltar que a coletânea do autor *The Forces of Social Power*, composta de quatro volumes, tem como marco temporal desde a antiguidade. Assim, impérios recentes, para ele, remetem no mínimo aos últimos três séculos, em que o capitalismo se instaurou como modelo sistêmico). Nesse sentido, ele expõe que compreende alguns argumentos contemporâneos de que o capitalismo substituiu a expansão militar como a maneira de lucro e integração global, porém considera que não necessariamente isso representa imperialismo. Em razão da variação dos impérios, Mann os distingue em vários tipos: Império Direto, Império Indireto, Império Informal, que se subdivide em três (o Império Informal de “Canhoneira”, Império Informal por meio de proxies, e o Imperialismo Econômico), e, por fim, a Hegemonia também. No entanto, é na explicação desses tipos que reside uma argumentação mais precisa a fim de balizar as intersecções interpretativas com relação aos vários conceitos aplicados. Por isso, os tipos de impérios serão brevemente apresentados.

O Império Direto ocorre quando os territórios conquistados são incorporados às áreas do centro como se assim o fossem; a soberania do centro também se torna a soberania sobre a periferia. Após a conquista militar, o poder político é instaurado despoticamente. Uma vez institucionalizado, o autoritário poder político irradia-se do centro para a periferia, e mais difusamente os poderes econômico e ideológico o seguem. Finalmente, o império pode desaparecer quando os

⁴ Tradução nossa do original: “*I define empire as a centralized, hierarchical system of rule acquired and maintained by coercion through which a core territory dominates peripheral territories, serves as the intermediary for their main interactions, and channels resources from and between the peripheries. Note, therefore, that empires blend political and military power at their cores. Empires initially grow through military power, deployed or threatened by the core, and force is then intermittently repeated whenever the periphery resists. [...] The initial point of empire is to plunder the land, possessions, bodies, and souls of others precisely because one has the military power to do so. Acquiring empire is therefore essentially an expression of military authoritative power.*”

conquistados incorporaram a identidade dos conquistadores para si e, assim, o poder político se tornar menos despótico e mais infraestrutural. Como exemplos, ele cita o Império Romano e os impérios Chineses, como da dinastia Han. O poder pode mover-se, portanto, sucessivamente através da forma militar para a política, para a econômica e para a ideológica – a sequência natural entre os mais bem sucedidos impérios, segundo ele (MANN, 2012:18).

Os impérios mais modernos espalham-se além-mar e, também em razão disso, são mais difíceis de se integrar. Nesse quesito, Mann traz para sua análise um ponto crucial, que também o é para Wallerstein: o papel do racismo. Para ele, o racismo impede que os impérios além-mar de alcancem o estágio da fusão, pois dificulta que os povos dominados assumam a identidade dos povos conquistadores, como Britânicos, Japoneses ou Americanos. Nos tempos modernos, sem um grande número de colonizadores, a dominação direta tornou-se gradativamente mais difícil e cara de se manter, tendo os impérios modernos alternado para modos mais “fora do padrão” ou não tradicionais (*offshores*).

O Império Indireto difere-se por possuir uma imposição de soberania por parte do centro, mas com membros locais na periferia mantendo alguma autonomia e, na prática, negociando com os representantes das autoridades imperiais. Mantem-se intimidação militar, embora não usualmente repetida por meio de conquista, uma dominação mais suave, aplicando menos poder infraestrutural e despótico. Em que pese o fato de haver necessariamente a colaboração de elites internas do povo subjugado com certa capitulação de sua autonomia econômica, política e cultural. Esses dois primeiros tipos, ao contrário dos demais, envolve ocupação territorial delimitada – colônias.

O Império Informal ocorre onde os governantes locais retêm soberania formal completa, porém sua autonomia é significativamente constrangida pela intimidação por parte do império do centro, que combina vários graus de poder econômico e militar. Essa se tornou a forma predominante nos impérios modernos, uma vez que o capitalismo pode adicionar consideravelmente coerção econômica. Em razão da imprecisão do termo “império informal”, Mann o distingue em três subtipos:

a) Império Informal da “Canhoneira” é quando o poder militar é lançado em intervenções curtas e pontuais, porém agressivas. As canhoneiras e os equipamentos militares de poder de fogo equivalentes não são capazes de conquistar um país, mas causam danos suficientes ao bombardear e controlar portos, ou desembarcar tropas

para breves incursões, por exemplo. Estas intervenções militares e políticas requerem autoritarismo e poder de comando.

b) Império Informal por meio de proxies utiliza contatos locais para exercer a coerção e o domínio. Ocorreram usualmente por meio de financiamento e colaboração a grupos locais opositores do poder central e/ou simpáticos à dominação do centro. É uma intimidação militar indireta cujo poder autoritário não é diretamente comandado pelo centro.

c) Imperialismo Econômico substitui a coerção militar por coerção econômica. A partir da segunda metade do século XIX, com o avanço do capitalismo e a maior integração de distintas regiões do globo por meio da dominação dos poderes centrais, esta prática disseminou-se. As principais potências perceberam que eventualmente a política de lançar canhoneiras ou empreitadas militares era muito desgastante e substituíram-na pela coerção econômica. Propõem “ajustes estruturais” em que os países periféricos são livres para não aceitar, porém as consequências são devastadoras – a ausência de investimentos estrangeiros diretos (IEDs) ou crédito no cenário internacional. E essa modalidade é a que possui a conceitualização mais interessante para o presente trabalho. Consoante Mann, em razão de existir pouco ou inexistente força militar ou poder autoritário de qualquer tipo, não se enquadra estritamente como imperialismo, a despeito do termo “imperialismo econômico” ser amplamente utilizado e ele mesmo fazer uso. O capitalismo contemporâneo, sobretudo a partir da acentuação da tendência de financeirização a partir da década de 1970, reproduz várias restrições econômicas dessa ordem, contudo não necessariamente é adequado utilizar o termo imperialismo para classificá-las – exemplos recentes como a situação da Argentina e dos “fundos abutres”, bem como da Grécia na zona do Euro e o referendo da população contra as medidas de austeridade impostas por instituições internacionais⁵ expõem a complexa relação dessa situação frente aos interesses nacionais.

Por fim, Michael Mann elenca a hegemonia, na concepção gramsciniana de uma liderança rotineira exercida pelo poder dominante sobre os demais, de forma que é reconhecida por eles como legítima ou

⁵ Dia 05 de julho de 2015 foi realizado um referendo na Grécia em que a população rejeitou o acordo proposto pelos principais credores internacionais com relação às dívidas do país, bem como em relação às medidas de austeridade necessárias em caso de cumprimento dos acordos. No entanto, dias depois o governo grego aceitou negociar um acordo para evitar a formalização do *default* e o agravamento da crise econômica e política.

mesmo normal. Hegemonia é construída continuamente dentro das práticas sociais da periferia e, por isso, necessita de pouca coerção. Enquanto que em impérios indiretos ou informais a periferia se sente compelida a atender o império central, sob a hegemonia eles atendem ao hegemon voluntariamente, o que é visto com naturalidade. Ele ressalta, no entanto, que a hegemonia vai além da noção de *softpower* de Joseph Nye (2004). É um conceito difuso, fruto não de um poder autoritário; ninguém é diretamente comandado e parte também da legitimação da outra parte, ao reconhecer quem rege as relações. Esse tipo envolve descendente nível militar ao passo que ascendentes níveis econômicos, políticos e ideológicos, na medida em que se move do direto para o indireto, através dos subtipos de império informal para a hegemonia.

De toda sorte, ele é enfático ao dizer que a mera hegemonia de modo algum é um império, uma vez que não faz uso da coerção. Assim, ele volta a salientar o papel da coerção como elemento constitutivo dos impérios e, por consequência, do imperialismo enquanto política. Ademais, Mann salienta que sua classificação apresenta tipos ideais e que atualmente nenhum império se encaixa perfeitamente em alguma delas; impérios tipicamente combinam várias dessas formas de dominação (MANN, 2012:21).

Para ele, crenças imperiais são importantes na identificação da estrutura também. Em primeiro lugar está a percepção de que um Estado exerce poder preponderante sobre determinada região, com nenhuma grande potência rival bloqueando sua projeção. Isso permite o jugo por meio da força. Confiança no sucesso também é parte do jogo como uma condição da expansão imperial, logo o sucesso militar é, mormente, embora nem sempre, a pedra-angular. Ele discute com relação ao peso usualmente dado a três outros motivos apresentados por historiadores: o ganho econômico, a segurança estratégica geopolítica e um ideológico senso missionário ou de status. Após comentar sobre os três isoladamente, é categórico ao dizer sobre os modernos impérios ocidentais:

“De fato, os modernos impérios ocidentais também fizeram uso de um largo senso de que coletivamente estavam levando civilidade e enriquecimento de valores ao mundo, embora isso tenha sido usualmente impingido por meio do racismo. Padrões missionários tipicamente fortalecem após o início da expansão em razão de oferecerem motivos “mais nobres” do que o mero lucro ou a insegurança; eles obscurantizam atenção do militarismo do projeto, além de serem

úteis em atribuir um senso de crescimento moral aos próprios imperialistas. [...] Esses motivos envolvem forças sociais militares, econômicas, estratégicas/geopolíticas e ideológicas – e, claro, estão usualmente em conjunto, misturadas em diferentes combinações. (MANN, 2012: 22)

Com efeito, não se compreende aqui o imperialismo como um fenômeno que pode ser deslocado de seu espaço-tempo e cuja expressão ocorra de forma isolada por meio de projeção econômica OU política OU militar OU até cultural. Como é reforçado pela concepção de Mann, o imperialismo para o propósito do presente trabalho é um fenômeno devidamente situado em seu espaço-tempo, cuja manifestação não ocorre isoladamente, mas sim como resultado de uma conjuntura específica e fruto de um comportamento contínuo e estrutural de certos Estados – não como ações isoladas –, em que TODOS os elementos acima elencados (econômico, político, militar, cultural-ideológico) devem estar presentes. Ainda que eventualmente em graus diferentes, TODOS devem estar presentes; apenas a partir daí, a pré-condição para a existência do imperialismo passa a existir, cabendo uma análise apurada para verificar se o comportamento de determinado Estado no sistema interestatal constitui – ou não – um império.

1.3 – Braudel: a longa duração e o caráter heterogêneo do capitalismo histórico.

Na análise do capitalismo histórico, o interesse é explicar as diferentes estruturas que o modo de produção capitalista produz ao longo de sua formação, de sua consolidação e o de seu desenvolvimento histórico. A abordagem do moderno sistema mundial incorpora o método da longa duração (*longue durée*) proposto por Braudel (1958), expoente da famosa Escola dos Annales francesa, como referência para suas análises que tinham não só hipóteses inovadoras de interpretação histórica, mas, sobretudo, pretensões globalizantes e estruturantes no sentido de articular determinações de várias estruturas na explicação do sistema.

Esse conceito tem o intuito de analisar as continuidades e descontinuidades que compõem e fomentam a mudança lenta das estruturas sociais. Cada estrutura tem seu próprio tempo e, se considerar que o sistema é complexo, deve-se respeitar as continuidades de

estruturas em meio a mudanças de outras estruturas. Nesse sentido, a longa duração é a dimensão temporal adequada para análises da mudança em sistemas históricos complexos. Segundo Wallerstein, para as análises de sistemas-mundo, a “longa duração” é a duração de um sistema histórico particular. Ademais, generalizações sobre o funcionamento de um sistema estruturado dessa forma evitam a armadilha da lacuna temporal ou verdades eternas, pois se tais sistemas não são eternos, então são compostos por início, amadurecem e se desenvolvem durante certo tempo, até fatalmente atingirem uma transição terminal; em suma: possuem início, meio e fim (WALLERSTEIN, 2006: 18).

Esse argumento, inclusive, é válido para malfadar a – infeliz – disseminação acerca do naturalismo do capitalismo, que seria uma característica inerente ao ser humano (sobre o surgimento do capitalismo enquanto sistema, dentre outros, ver Polanyi, 2000). O capitalismo, enquanto sistema, não se difere de outros: surge em um contexto, tem se desenvolvido e, consoante às análises de sistema-mundial, espera-se que tenha um fim. Os ciclos hegemônicos de acumulação de Arrighi constituem uma argumentação válida para elencar momentos de crises transicionais no *modus operandis* da acumulação.

Braudel (1985) divide a vida econômica, no capitalismo, em três conjuntos de atividades, em três patamares. A camada inferior dessa estrutura tripartida é denominada “vida material” e se refere às atividades cotidianas, rotineiras, habituais e inconscientes, em que a relação do homem com as coisas é orientada pelo seu valor de uso, não pelo seu valor de troca. O andar subsequente é chamado de “economia de mercado” e diz respeito à vida econômica em si: às trocas rotineiras, à produção para o mercado e à relação entre pessoas e coisas baseadas no valor de troca. O patamar da “economia de mercado” subdivide-se em dois níveis: um inferior, composto por mercados, lojas e vendedores ambulantes; e um superior, formado por feiras e bolsas, onde o volume transacionado e a complexidade institucional são maiores. Esse andar é marcado pela transparência das trocas e pela concorrência entre os agentes.

Destarte, há processos que não cabem incluir na “economia de mercado”, pois se baseiam numa forma específica de conduzir os jogos da troca, em que mecanismos de mercado e além-mercado (em especial a figura política do Estado) são utilizados para obter a maior parte do excedente. Esses processos e essa forma de conduzi-los dizem respeito à camada superior da estrutura tripartida, ocupada pelo que Braudel chamou, especificamente, de capitalismo.

[...] uma troca terra-a-terra, concorrencial, pela sua transparência; outra, superior, sofisticada, dominante. Não são os mesmos mecanismos, nem os mesmos agentes, que regem estes dois tipos de atividade, e, aliás, não é o primeiro, mas, sim, o segundo que constitui a esfera do capitalismo (BRAUDEL, 1985: 87).

Nesse sentido, o capitalismo se constitui numa esfera diferenciada, que fica no topo da hierarquia das trocas; é onde se encontram as trocas desiguais, em que a concorrência (característica essencial da “economia de mercado”) tem um reduzido lugar. (ARIENTI & FILOMENO, 2007: 114). Na análise do capitalismo histórico, o interesse é explicar as diferentes estruturas que o modo de produção capitalista produz ao longo de sua formação, de sua consolidação e o de seu desenvolvimento histórico. Logo, as relações entre as estruturas da vida material, da “economia de mercado” e do capitalismo permitem conceituar as diferenças espaciais e históricas do capitalismo como modo de produção.

Na explicação do desenvolvimento desigual do capitalismo histórico, Braudel insiste no caráter diferenciador da estrutura superior do capitalismo, pois, para ele, considerar o pequeno artesão que produz para o mercado e o grande capitalista da indústria como igualmente capitalistas impediria de perceber seus diferentes potenciais de acumulação e suas diferenças efetivas. Na busca dessa diferenciação, ele caracteriza o capital pela sua dinâmica de acumulação, e não pela sua forma concreta. Em razão disso, ele identificou o grande capital pela sua flexibilidade, por suas várias especializações – que, de alguma forma, remete ao conceito de destruição criativa de Schumpeter já apresentado – e pelas múltiplas formas de acumular e expandir.

Permitam-me identificar aquilo que me parece ser um aspecto essencial da história geral do capitalismo: sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade de mudança e adaptação. Se há, segundo creio, uma certa unidade no capitalismo, da Itália do século XIII até o Ocidente dos dias atuais, é aí, acima de tudo, que essa unidade deve ser situada e observada. (BRAUDEL apud ARRIGHI, 1996:4).

A despeito da flexibilidade e mobilidade terem levado o capital a assumir especializações em determinados períodos, em razão da possibilidade de auferir altos lucros, Braudel ressalta que a especialização, na forma de capitalismo industrial, não foi o desabrochamento final – que teria dado ao capitalismo sua ‘verdadeira identidade’ –, senão uma mera manifestação de suas múltiplas formas que, por sua vez, se apresentou de forma concentrada no período imediato pós-revolução industrial. (BRAUDEL apud ARRIGHI, 1996:4).

Braudel percebeu que o capitalismo e “economia de mercado” tiveram várias relações e formas ao longo da história do capitalismo histórico. Para ele,

O erro seria imaginar o capitalismo como um desenvolvimento por fases em saltos sucessivos: capitalismo mercantil, capitalismo industrial, capitalismo financeiro. [...] O leque mercantil, industrial, bancário, isto é, a coexistência de várias formas de capitalismo, abre-se já em Florença no século XIII, em Amsterdam no século XVII, em Londres já antes do século XVIII. No princípio do século XIX, o maquinismo decerto fez da produção industrial um setor de grande lucro, e o capitalismo aderiu, portanto, maciçamente. Mas não ficará estacionado aí [...] Por outro lado, a despeito de tudo o que se tem dito do capitalismo liberal e concorrencial dos séculos XIX e XX, o monopólio não perdeu seus direitos. Simplesmente assumiu outras formas, toda uma série de outras formas, desde os *trusts* e os *holdings* até as famosas multinacionais americanas, que, durante os anos 60, triplicaram o número de filiais no estrangeiro. (BRAUDEL, 1995, v.3: 577).

Este argumento coaduna com a concepção de Arrighi sobre a característica principal do capitalismo, qual seja: não importa exatamente a natureza desse capitalismo, pois uma vez que ele controle a atividade mais rentável da cadeia mercantil de determinado produto, ele expõe sua característica inerente de acumular incessantemente e gerar lucro – sem, é claro, de trazer embutidas suas consequências de desigualdade na acumulação e no usufruto deste capital. Ademais, é a característica mais eficiente na acumulação incessante que marca cada

ciclo sistêmico para Arrighi, embora, ressalte-se, não seja a única; apenas uma das formas. Esta discussão será retomada no capítulo 2, quando será colocada em perspectiva em relação às concepções de desenvolvimento – conceito tão largamente debatido durante o último século e que durante um bom tempo associou progresso ao capitalismo industrial.

Na esfera capitalista, a concorrência é contornada através de instrumentos econômicos (quando é possível impor o monopólio pelas próprias forças de mercado) e não econômicos (o monopólio legal, o privilégio, a coerção militar, a diplomacia), colocadas normalmente, pelo Estado, à disposição do capitalista. Desta forma, o capitalismo é o contra mercado, em que o monopólio – e todo o esforço para prolongar essa situação temporária – e a troca desigual são possibilitados pelo amparo do Estado e permitem aos capitalistas auferirem o lucro extraordinário que buscam incessantemente. Portanto, o capitalismo – essa camada superior – é a força organizadora e dinâmica do sistema, que prospera, manipula e extrai excedentes dos andares inferiores:

[...] acima e não abaixo da vasta superfície dos mercados, ergueram-se hierarquias sociais ativas: falseiam a troca em proveito próprio, fazem vacilar a ordem estabelecida; voluntária e até involuntariamente, criam anomalias, turbulências [...] Foi assim que grupos de atores privilegiados entraram em circuitos e cálculos que a maioria das pessoas ignora (BRAUDEL, 1995: 12).

Com efeito, é a aliança entre capital e Estado que permitiu que o monopólio e os lucros extraordinários não fossem uma condição esporádica ou temporária, como inúmeras vezes ocorrem no âmbito da “economia de mercado”. É nesse sentido que deve ser compreendida a clássica frase de Braudel: “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado.” (BRAUDEL, 1985: 70); de cunho muito similar à antiga, porém contemporânea enquanto perdurar o capitalismo, afirmação de Lênin em sua clássica obra “Imperialismo, fase superior do Capitalismo” (1917), de que o Estado é o comitê gestor da burguesia.

Igualmente, essa característica desigual intrínseca ao capitalismo enquanto regente do sistema mundial é a principal fomentadora da instabilidade social – seja no âmbito dos indivíduos e das lutas de classe intra-estatais, seja no âmbito estrutural e da competição interestatal –,

quando os diversos Estados entram em rota de colisão no jogo limitado da sobrevivência do sistema, que opõe usualmente o centro, a periferia e a semiperiferia. Consoante Polanyi, “o progresso econômico no sistema capitalista é feito à custa da desarticulação social”. (POLANYI, 2000: 97). Por ora, cabe detalhar o sistema-mundo enquanto unidade de análise, bem como o resultado de sua complexa interação durante a longa duração: a estratificação em camadas ou níveis de capacidade de acumulação e participação no sistema.

1.4 – O sistema-mundo como unidade de análise e sua estratificação: o centro, a periferia e a semiperiferia;

A abordagem de sistema-mundo é fruto de um esforço teórico de alguns autores neomarxistas, dos quais podem ser considerados expoentes Immanuel Wallerstein, André Gunder Frank e Giovanni Arrighi, que estendem a clássica divisão marxista de capital e trabalho a uma escala mundial, empurrando assim as suas análises para o quadrante “sistema mundial” – ainda derivando da estrutura econômica as relações entre os estados, mas reputando que as estruturas de alguns estados individuais são o resultado de suas posições dentro da economia mundial.

A emergência das análises de sistema-mundo foi precedida e fomentada a partir de quatro debates principais nas ciências sociais durante o período de 1945- 1970: o conceito de centro-periferia e a subsequente teoria da dependência no âmbito da Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL); a utilização do conceito marxista de “modelo asiático de produção”, um debate que tomou espaço entre acadêmicos comunistas; a discussão entre historiadores da Europa ocidental sobre a “transição do feudalismo para o capitalismo”; e, por fim, o debate sobre a “história total” e o triunfo da Escola dos *Annales* da historiografia na França e em várias partes do mundo. Destarte terem ocorrido majoritariamente nas décadas de 50 e 60 do século XX, usualmente de forma separada, em que pese não ter havido correlação entre esses motivos, para Wallerstein em conjunto eles contribuíram largamente para criticar a estrutura existente. Assim, as análises de sistema-mundo foram uma tentativa de combinar coerentemente preocupações com a unidade de análise, com as temporalidades sociais e preocupações com as barreiras que haviam sido erigidas entre as diferentes disciplinas sociais (WALLERSTEIN, 2006:16).

Em primeiro lugar, a análise de sistema-mundo buscou substituir o objeto de análise: substituir o “Estado-nação” pelo “sistema-mundial”. Esse Estado-nação tão presente nas análises de historiadores e sociólogos foi substituído por “sistemas históricos”, que apenas existiram em três variações: pequenos sistemas – ou minissistemas; e “sistemas-mundiais” de dois tipos – impérios-mundo e economias-mundo. A hifenização diferenciada ressalta uma característica básica e extremamente importante da perspectiva sistema-mundista: não se tratam apenas de sistemas, economias ou impérios do mundo, senão sobre sistemas, economias e impérios que são o mundo, embora muito possivelmente e de modo usual não tenham englobado todo o mundo. Ou seja, um conceito chave do sistema-mundo é que se lida com uma zona temporal e espacial que pode englobar diversas unidades políticas e culturais; é, na verdade, uma zona integrada de atividades e instituições que obedecem a certas regras sistêmicas, e não fronteiras estritamente delimitadas como costumamos compreender os Estados-nação.

Um sistema-mundo, como qualquer sistema social, é definido como uma unidade espaço-temporal, cujo horizonte espacial é co-extensivo a uma divisão de trabalho que possibilita a reprodução deste “mundo” (WALLERSTEIN, 1991). Sua dinâmica é movida por forças internas, e sua expansão absorve áreas externas e integra-as ao organismo em expansão. Sua abrangência espacial, determinada pela sua base econômica-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais.

No caso que interessa, o sistema-mundo capitalista reúne uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas (ARIENTI&FILOMENO, 2007: 103). Assim, economia-mundo é definida como uma larga zona geográfica dentro da qual existe uma divisão do trabalho e, por consequência, uma significativa troca interna de bens básicos ou essenciais, assim como fluxo de capital e trabalho. Uma característica é que não há limites relacionados a uma unidade política em específico; mais do que isso: há várias unidades políticas inseridas dentro da economia-mundo, encadeadas no moderno sistema-mundo, um sistema interestatal. Isso representa que não se deve buscar uma homogeneidade política e tampouco cultural numa economia-mundo. O que une essa estrutura é essencialmente a divisão do trabalho que a constitui (WALLERSTEIN, 2006: 22).

Em tempo, é por essa razão que se opta no presente trabalho por tratar a África subsaariana como um bloco. Nem por um instante se esquece de ou desconsidera as particularidades de cada Estado-nação,

bem como a riqueza e diversidade étnica, cultural, geográfica, demográfica e histórica. No entanto, tendo o sistema-mundo como unidade de análise, os Estados da África subsaariana convergem mais do que divergem; possuem um elo comum que os categoriza perfeitamente como unidade de análise única no sistema-mundo, como uma região periférica, onde se pode ousar afirmar que mal faz parte do capitalismo contemporâneo; onde em algumas partes a divisão do trabalho e a complexificação das relações entre firmas, capital e trabalho não atingiu sequer grau semelhante a outros países também periféricos. A migração geográfica do capital, inerente ao sistema capitalista como é explicado em seguida nesta seção, tem finalmente chegado de forma mais substancial a essa região. Algumas iniciativas recentes têm incorporado de uma forma mais sistematizada a África subsaariana no processo produtivo global, e verificar essa inserção, a partir de sua relação com a China, pode ser um bom indicativo do parâmetro em que está ocorrendo.

O mundo em que vivemos atualmente, o moderno sistema-mundo, tem suas origens no século XVI e nas cidades-estados italianas. Esse sistema-mundial iniciou-se apenas em uma parte do globo, primeiramente em partes da Europa e das Américas, até se expandir e ocupar todo o globo. Para Wallerstein, o modo de produção numa determinada região cria certas estrutura de classe, que emana num certo tipo de estado; o caráter desse estado e as relações dos produtores e comerciantes da região com o restante da economia mundial determinam a posição da região – central, periférica ou semiperiférica – na economia do mundo, que por sua vez afeta consideravelmente a organização do Estado. Uma implicação decorrente do marxismo é que o estado representa sobretudo um instrumento da classe dirigente nacional, um instrumento que serve ao interesse dessa classe na economia mundial.

O moderno sistema-mundo toma a forma da economia-mundo, concebido a partir do uso dado por Braudel atrelado às análises cepalinas de centro-periferia. Ocorre que o moderno sistema-mundo corresponde à economia-mundo capitalista – não a primeira economia-mundo, mas sim a que sobreviveu por mais longo tempo, tornando-se totalmente capitalista e finalmente atingindo todo o globo. Dessa forma, as unidades de análises comungam com a conceitualização de Karl Polanyi sobre as formas de organização econômica da sociedade descritas em seu livro *A Grande Transformação: recíproca (dar e receber bens), redistributiva (em que os bens eram providos pelas cadeias mais básicas do extrato social até o topo para posteriormente retornarem, em parte, para a base), e o mercado (em que as trocas ocorrem em formas monetárias e na arena pública)*. Para Polanyi, apenas quando o mercado

torna-se o elemento básico de organização da vida econômica, a partir do século XVI e XVII, é que é possível falar em capitalismo enquanto sistema. As unidades de análise do sistema-mundo (minissistemas, impérios-mundo e economias-mundo) assemelham-se às três classificações da organização econômica de Polanyi: minissistemas utilizam a reciprocidade; impérios-mundo a redistribuição; e as economias-mundo estão organizadas sob as formas de trocas de mercado (WALLERSTEIN, 2006: 17).

As ideias cepalinas são incorporadas à análise na medida em que se entende que a economia-mundo capitalista é marcada por uma divisão axial do trabalho entre os processos de produção do centro e os processos de produção da periferia, o que resulta em trocas desiguais favorecendo os envolvidos nos processos de produção do centro. Essa relação tende a existir em alguns países ou regiões em particular, razão pela qual essa abordagem é usual. Para Wallerstein, essa classificação pode ser utilizada como uma simplificação usual para tratar certas regiões ou Estados desde que se mantenha em mente que são os processos produtivos, e não os Estados que estão na relação centro-periferia. Assim, nas análises de sistema-mundo, a contraposição centro-periferia é um conceito relacional, não um par de termos reificados, ou seja, possuem conceitos essenciais separados.

O que se entende por centro-periferia está atrelado ao grau de lucratividade no processo de produção. Uma vez que o grau de lucratividade é relacionado diretamente ao grau de monopolização, o que essencialmente se vislumbra da concepção de centro-periferia é a dominação dos quase-monopólios e respectiva implicação.

O sistema de Estados nacionais que atua na economia-mundo capitalista é permeado por forças assimétricas, que permitem que Estados nacionais individuais utilizem mecanismos políticos, diplomáticos e militares para concentrarem atividades centrais captadoras da maior parte do excedente da produção mundial para seus territórios. Estados com força para concentrar atividades centrais em seu território são também Estados com força no balanço de poder do sistema interestatal e com influência na organização da economia mundial. As políticas estatais podem, portanto, afetar a relação centro-periferia da economia-mundo, mas a capacidade de um Estado individual está restringida pelo balanço de forças do sistema interestatal, em que, historicamente, há momentos de hegemonia de um Estado central e, em outros, rivalidade e disputa entre eles (WALLERSTEIN, 1987: 554).

Essas relações, entretanto, não ligam economias nacionais ou regionais, como na maioria das versões da teoria da dependência, mas

atividades econômicas estruturadas em cadeias de mercadorias que atravessam fronteiras nacionais. Arrighi, por exemplo, passa a chamar o centro de núcleo orgânico da economia-mundo capitalista. Isso porque a zona do núcleo orgânico tende a se tornar o *locus* das atividades “cerebrais” – que envolvem tomadas de decisões estratégicas, controle e administração, pesquisa e desenvolvimento – do capital corporativo, e a zona periférica tende a se tornar o *locus* das atividades de “músculos e nervos” – atividades de pura execução –, enquanto que a zona semiperiférica tende a se caracterizar por uma combinação mais ou menos igual de atividades “cerebrais” e de “músculos e nervos” (ARRIGHI, 1985b: 275). As atividades do núcleo orgânico – o centro – são aquelas que controlam uma grande parte do excedente total produzido dentro da cadeia de mercadorias e que estão associadas às atividades de concepção, elaboração e desenvolvimento (cerebrais) da cadeia mercantil, enquanto que as atividades periféricas são aquelas que controlam pouco ou nada desse excedente – as atividades mais mecânicas e relacionadas à menor conhecimento tecnológico agregado, ou já ultrapassado em relação às práticas contemporâneas ao momento.

Todos os Estados incluem, em suas fronteiras, tanto atividades do núcleo orgânico como periféricas. Alguns (países do núcleo orgânico) incluem predominantemente atividades do núcleo orgânico, e alguns (países periféricos) incluem atividades predominantemente periféricas. Consequentemente, os primeiros tendem a ser o *locus* da acumulação e poder mundiais, e os segundos, o *locus* da exploração e da impotência.

As relações núcleo orgânico-periferia são determinadas não por combinações específicas de atividades, mas pelo resultado sistêmico do vendaval perene de destruição criativa e não tão criativo engendrado pela disputa pelos benefícios da divisão mundial do trabalho. A capacidade de um Estado de se apropriar dos benefícios da divisão mundial do trabalho é determinada principalmente por sua posição, não numa rede de trocas, mas numa hierarquia de riqueza. Quanto mais alto na hierarquia de riqueza está um Estado, melhor posicionados estão seus dirigentes e cidadãos na disputa por benefícios – o que lembra o argumento de poder no sistema interestatal para Gilpin (1981), para quem quanto mais forte o Estado, maior capacidade de influir no sistema e atingir mais a seu gosto a cesta de recompensas. Suas oportunidades de iniciar e controlar processos de inovação ou proteger-se dos efeitos negativos dos processos de inovação iniciados e controlados por outros são distintamente melhores do que as oportunidades dos dirigentes e cidadãos posicionados mais abaixo na hierarquia da riqueza.

Além disso, a análise dos sistemas mundiais afirma que essa hierarquia de riqueza consiste de três camadas ou agrupamentos distintos. Os Estados posicionados no agrupamento superior se apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão mundial do trabalho e, nesse sentido, constituem o núcleo orgânico da economia capitalista mundial. Os Estados posicionados no agrupamento inferior colhem os benefícios que, no máximo, cobrem os custos em longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho e constituem a periferia da economia capitalista mundial. Os Estados posicionados no agrupamento intermediário (Estados semiperiféricos) se apropriam dos benefícios que excedem os custos em longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho, mas menos do que é necessário para manter o padrão de riqueza estabelecido pelos Estados do núcleo orgânico.

Essas três posições são definidas não apenas em termos quantitativos (isto é, como uma posição superior, inferior e intermediária na escala de riqueza), mas qualitativamente também (como capacidades relacionais de se apropriar dos benefícios da divisão mundial do trabalho). Apesar de a pirâmide hierárquica conceber funções essenciais a cada estrutura dentro do sistema, Wallerstein defende que a existência da semiperiferia é essencial para a estabilidade da economia mundo capitalista. Politicamente, um sistema polarizado num setor pequeno e distinto de alto status e renda, de um lado, e um setor relativamente autônomo, de baixo status e renda, de outro, levaria bastante rapidamente a lutas profundas e desintegradoras. O grande meio político pelo qual essas crises são evitadas é a criação de setores “médios”, que tendem a pensar em si mesmos, principalmente como estando em melhor situação do que os setores inferiores, e não como estando em pior situação que o setor superior. Esse mecanismo óbvio, em operação em todos os tipos de estruturas sociais, cumpre a mesma função nos sistemas mundiais (WALLERSTEIN, 1979: 69).

Segundo Giovanni Arrighi, a existência de um grupo intermediário relativamente estável de Estados discrepa das expectativas tanto da teoria da modernização quanto da teoria da dependência. De acordo com a teoria da modernização, as posições intermediárias são temporárias porque são transicionais: os Estados passam a ocupar posições intermediárias no caminho do atraso à modernidade. Em contraste, de acordo com a teoria da dependência, as posições intermediárias são temporárias porque são residuais: as tendências polarizadoras da economia mundial acabarão por empurrar os Estados que ocupam posições intermediárias em direção ao centro ou em direção

à periferia. Partindo de premissas diferentes, na verdade opostas, as teorias da modernização e da dependência concordam, assim quanto à instabilidade essencial das posições intermediárias (ARRIGHI, 1998: 138).

Arrighi faz críticas às teorias que tentaram adaptar essa posição intermediária de alguns países, como Marini (1969) – tese do subimperialismo; Galtung (1972) – ideia das “nações mediadoras” ou mesmo outras teorias que reconheceram a possibilidade de que o desenvolvimento, em geral, e a industrialização, em particular, poderiam ocorrer no interior dos Estados ao mesmo tempo em que ainda reproduziam uma estrutura de dependência (Cardoso & Faletto, 1979).

Para Arrighi esses aportes apresentam dois defeitos principais: primeiramente, estão focalizados de modo estreito demais num caso especial, aquele do Estado “dependente” ou “subordinado”, comum aos países latino-americanos. Esse foco deixa de considerar alguns dos exemplos mais significativos de status socioeconômicos intermediários, como a URSS, que longe de ser dependente ou subordinada, era uma das potências intermediárias; e, inversamente, pode levar a incluir, entre os Estados intermediários, países (como o Canadá) que atingiram em todos os aspectos, status de núcleo orgânico, mas apresentam características de “dependência estrutural”.

Em segundo lugar, as teorias em questão, ainda que baseadas numa perspectiva de sistemas mundiais, focalizam Estados individualmente, à medida que eles passam a ocupar posições intermediárias ou a experimentar “desenvolvimento dependente”. Isso deixa a análise aberta a diversos tipos de “falácias de composição”, no sentido de que o que se julga verdadeiro, no caso de Estados individualmente, pode não ser verdadeiro para grupos de Estados.

Segundo Arrighi, o conceito de semiperiferia de Wallerstein foi introduzido pensando exatamente para evitar os defeitos das teorizações apresentadas acima. Essa é uma importante contribuição do sistema-mundo em relação a demais teorias, para ele, pois uma das características mais notáveis da economia mundial é a existência de um número significativo de Estados que parecem estar permanentemente estacionados numa posição intermediária, entre a “maturidade” e o atraso ou entre o centro e periferia para os teóricos da dependência. Wallerstein segue os teóricos da dependência ao supor uma economia mundial estruturada nas relações núcleo orgânico-periferia. Essas relações, entretanto, não ligam economias nacionais ou regionais, como na maioria das versões da teoria da dependência, mas atividades

econômicas estruturadas em cadeias de mercadorias que atravessam fronteiras nacionais.

Tendo em conta o caráter de “soma-zero” no que concerne às possibilidades dos Estados na estruturação do sistema-mundo, e em especial ter como foco nessa análise a projeção de um estado semiperiférico sobre uma região periférica; bem como uma possível ascensão da China enquanto semiperiferia, em um futuro de médio prazo, à condição de núcleo orgânico – o que representaria uma exceção para a interpretação arrighiana –, é oportuno mencionar a posição da semiperiferia enquanto balança de equilíbrio do sistema.

“Os Estados semiperiféricos que possuem uma relativa mistura dos processos produtivos encontram-se na pior situação. Sob pressão dos estados centrais e pressionando os estados periféricos, a maior preocupação deles é manterem-se evitando escorregar para a periferia e fazer o que for possível para avançar à condição de centro. Não é fácil e ambas requerem uma considerável intervenção estatal com o mercado mundial. Esses estados semiperiféricos são os que aplicam mais agressivamente – e mais ostensivamente – as chamadas medidas protecionistas. Eles esperam assim “proteger” seus processos produtivos da competição de fortes empresas no exterior, enquanto tentam melhorar a eficiência de suas empresas internas a fim de que compitam melhor no mercado mundial. São grandes receptores da realocação dos principais produtos de outrora, que eles definem esses dias como alcançando “desenvolvimento econômico”. Neste esforço, a competição deles não vem dos estados centrais, mas sim de outros estados semiperiféricos, igualmente ansiosos para ser receptores da realocação, que não pode ir simultaneamente, no mesmo grau, para todos os aspirantes” (WALLERSTEIN, 2006. p. 29-30).⁶

⁶Do original: *The semiperipheral states which have a relatively even mix of production processes find themselves in the most difficult situation. Under pressure from core states and putting pressure on peripheral states, their major concern is to keep themselves from slipping into the periphery and to do what they can do advance themselves toward to the core. Neither is easy, and both require considerable state interference with the world market. These*

Além dessa função política, a semiperiferia desempenha a função econômica de aliviar o capital de congestionamento no núcleo orgânico.

Para cada capitalista individualmente, a habilidade de transferir capital de um setor em declínio para um setor em ascensão é a única maneira de sobreviver aos efeitos das mudanças cíclicas nos *loci* dos setores líderes. Para isso, deve haver setores capazes de lucrar com a compressão em produtividade salarial do setor líder. Esses setores são os compreendidos pelos países semiperiféricos. Se eles não existissem, o sistema capitalista enfrentaria uma crise *econômica* tão rapidamente quanto enfrentaria uma crise *política* (Wallerstein 1979:70; em itálico no original). Essa é um dos argumentos que justifica a estrutura “soma-zero” do sistema mundial: para que uma zona ascenda à condição de centro (núcleo orgânico) ou mesmo semiperiferia, é necessário que outra seja rebaixada; a oportunidade da ascensão e do controle da atividade mais rentável de cadeias mercantis não é para todos, e sim para poucos.

Essa estruturação do sistema-mundial e a relação com o Estado em Wallerstein é um exemplo da influência de Braudel nas análises-mundiais, sobretudo sua análise do papel dos quase-monopólios no capitalismo e sua essência “contra-mercado”. Segundo Wallerstein, existem duas características anti-monopolistas embutidas na economia mundo capitalista. Primeiramente, a vantagem auferida por um monopolista é necessariamente a perda de outro. Por conseguinte, os perdedores articularão politicamente para desfazer as vantagens dos vencedores. Há duas formas de eles fazerem isso: articulação política dentro dos Estados onde os produtores monopolistas estão inseridos, apelando às doutrinas de mercado livre e apoiando líderes políticos inclinados a acabar com a vantagem particular dos monopolistas; ou eles promovem essa articulação política instando outros Estados a combaterem essas práticas monopolistas no mercado mundial por meio de poder, dando suporte a produtores competitivos. Os dois métodos são comumente utilizados. Por isso, ao longo do tempo, todos “quase-

semiperipheral states are the ones that put forward most aggressively and most publicly so-called protectionist policies. They hope thereby to “protect” their production processes from the competition of stronger firms outside, while trying to improve the efficiency of the firms inside so as to compete better in the world market. They are eager recipients of the relocation of erstwhile leading products, which they define these days as achieving “economic development”. In this effort, their competition comes not from the core states, but from other semiperipheral states, equally eager to be the recipients of relocation which cannot go to all the eager aspirants simultaneously and to the same degree.

monopólios” são desfeitos em razão da entrada de novas firmas competidoras no mercado. (WALLERSTEIN, 2006: 27).

Por consequência, os quase-monopólios são praticamente “autodestrutivos”. Contudo, duram tempo suficiente para garantir a acumulação de capital por parte daqueles que os controlam. Quando um quase-monopólio deixa de existir, os grandes acumuladores simplesmente movem seus capitais para novos produtos ou novas indústrias. Logo, na medida em os quase-monopólios dependem fortemente da patronagem dos Estados fortes, eles estão largamente instalados – juridicamente, fisicamente e em termos de propriedade – dentro desses Estados. Assim, a capacidade concentradora do capitalismo é reforçada, pois as atividades mais tendentes à acumulação desenfreada tendem a buscar a proteção de Estados mais fortes. Nesse sentido, ascender no sistema interestatal depende do rebaixamento de outro Estado, que não estaria assegurando a mesma capacidade de acumulação para os quase-monopólios. Eis, assim, a estrutura de “soma-zero” ou a armadilha do *hamster* na roda do desenvolvimento: corre-se, na verdade, apenas para se manter no mesmo lugar, pois o descompasso acarretaria o rebaixamento.

Os processos produtivos na periferia é que tendem a ser verdadeiramente competitivos; quando as trocas ocorrem, os produtos competitivos estão em uma posição mais fraca em relação aos produtos mais fortes dos quase-monopólios. O resultado é uma troca desigual entre as regiões centrais e periféricas. Quando os quase-monopólios extinguem um processo produtivo em uma região central é que esse processo tende a se tornar um processo periférico em sequência. A ideia de *downgrade* de determinadas cadeias mercantis serve de exemplo para mostrar a estruturação do sistema: as manufaturas inglesas do século XVIII, símbolos da revolução industrial e ápice do processo de acumulação de capital daquele período, hoje são atividades típicas de zonas periféricas.

Resumidamente, o papel de cada Estado é muito diferente vis-à-vis o processo produtivo, dependendo da mistura de componentes da relação centro-periferias incutido em suas estruturas produtivas. Os Estados fortes, que possuem um alto grau de elementos do centro em suas atividades produtivas, tendem a enfatizar seu papel de proteção dos quase-monopólios símbolos das atividades do núcleo orgânico (centro). Os Estados mais fracos, que compartilham de um grau desproporcional de atividades periféricas, são usualmente incapazes de fazer muita coisa para influir e, com efeito, estão suscetíveis a aceitar forçadamente o que lhes é imposto. Nesse meio termo, os Estados semiperiféricos, que

possuem graus consideráveis das duas estruturas, têm um papel central nesse sistema e no contexto contemporâneo têm ocupado cada vez mais relevância, sobretudo a partir de uma perda relativa de relevância na hegemonia americana nos anos recentes.

Essa compreensão é salutar ao analisar a posição estrutural que ocupam a África e a América Latina desde seus ingressos no sistema-mundo europeu e que será abordado aqui mais especificamente na seção 2.4 com relação à África subsaariana. Ademais, é importante para analisar a China numa perspectiva sistêmica e sua estratégia de inserção internacional, sobretudo a partir da década de 1990, a fim de compreender qual o papel da África em seus esforços internacionais e se há uma movimentação em prol de capitanear um ciclo sistêmico futuro.

Como apontado por Wallerstein e Arrighi, o ciclo sistêmico de acumulação capitaneado pelos Estados Unidos deu sinais maiores do que uma simples perda de fôlego. Ao atingir a fase B de seu ciclo de Kondratieff – o que significa a parte baixa da senoidal indicando retração e perda de ganhos econômicos, que se refletem também em perdas políticas – deu espaço para maior aproximação e contestação da ordem por parte de outros Estados; esse movimento foi abertamente explorado por alguns países semiperiféricos, especialmente nas instituições multilaterais. Não significa, necessariamente, uma subversão imediata da ordem vigente. Como as análises de sistema-mundo apontam, quando um ciclo de Kondratieff se encerra, ele nunca retorna para a mesma situação de seu início. Isso ocorre porque o que é feito durante a fase B do ciclo a fim de que ele retorne à sua fase A – expansão do processo de acumulação incessante – muda substancialmente os parâmetros do sistema-mundial. As mudanças que solucionam o problema de expansão inadequada no sistema-mundial na fase B do ciclo restaura um equilíbrio em meio termo, mas começa a criar problemas na estrutura a longo prazo; isso é o que Wallerstein chama de mudança secular. (WALLERSTEIN, 2006: 31).

Nesse sentido, as ações de alguns países do centro, da periferia e, sobretudo, da semiperiferia, devem ser vistas como esforços para alçarem melhores condições no sistema. Isso não necessariamente implica em lograr êxito; pelo contrário, a história tem mostrado que a alteração da estrutura é exceção. O esforço é meramente para evitar o rebaixamento: a corrida na roda do *hamster* – que indica que destarte os esforços incessantes mantêm-se na mesma posição. Porém, é possível! A mudança secular do ciclo sistêmico de acumulação americano pode estar se avizinando (para Wallerstein, iniciou-se a partir de 1968 e os protestos da época; para Arrighi, sobretudo a partir do fim do padrão-

ouro na década de 1970) e por isso torna-se extremamente oportuno analisar a relação entre China e a região da África subsaariana. De um lado, um Estado semiperiférico alçado por alguns a próximo hegemon – ou, para os “menos otimistas”, que irá ao menos ascender à condição de núcleo orgânico/centro em um futuro próximo; do outro, a África subsaariana, uma região que concentra todas as características de periferia, mas que, curiosamente, apenas num contexto mais recente pode-se dizer que tem sido inserida no processo das cadeias produtivas globais e, portanto, no capitalismo do século XXI.

1.4.1 – Os ciclos sistêmicos de acumulação e a mudança da Ordem;

O uso do conceito de hegemonia à lá Gramsci é imprescindível para a compreensão de outro conceito basilar e que pode ser considerado um dos principais trunfos da abordagem historicista de Sistemas-mundo: os ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi. Assim,

[...] a hegemonia no sistema interestatal refere-se à situação em que a rivalidade permanente entre as chamadas grandes potências é tão desequilibrada, que uma potência é realmente *primus inter pares*, ou seja, uma potência pode impor suas regras e desejos [...] nas arenas econômicas, política, militar, diplomática e até cultural. (WALLERSTEIN 1984: 38-39 apud Arrighi; Silver, 2001).

Para Arrighi, ao longo da história do capitalismo, houve mudanças sistêmicas, caracterizadas por processos de reorganização radical do moderno sistema-mundo, que alteraram substantivamente a natureza dos integrantes do sistema, sua maneira de se relacionar uns com os outros e o modo como o sistema funciona e se reproduz (ARRIGHI & SILVER, 2001: 30). Para ele, a expansão do moderno sistema-mundo até suas dimensões atuais deve ser compreendida através de uma série de reorganizações fundamentais que o colocaram em diferentes etapas de desenvolvimento. No entanto, uma característica fundamental manteve-se nas mudanças, o que as caracteriza como mudanças cíclicas. Cada etapa do capitalismo histórico, portanto, tem início, meio e fim.

Ao analisar cada estágio dessas reorganizações fundamentais de caráter cíclico, Arrighi se dá conta que em cada uma delas, um

determinado bloco ou comunidade de agentes governamentais e empresariais – a já citada relação simbiótica entre Estado e capital; entre poder político e econômico – era hegemônico no sistema-mundo. Esse bloco exercia sua hegemonia através de inovações nas estruturas existentes e de novas estratégias de combinação de estruturas, mediante as quais promoviam, organizam e regulavam a expansão da economia-mundo capitalista. Esse conjunto específico de inovações e estratégias típico de cada período – imposto por cada hegemonia – e que conquistou a liderança do sistema-mundo foi denominado “regime de acumulação em escala mundial” (ARRIGHI, 1996).

A partir dessa concepção, ele compreende os processos de mudança sistêmica, com reorganização radical do sistema-mundo, como transições hegemônicas, definidas como momentos de mudança do agente principal nos processos mundiais de acumulação de capital, bem como das estruturas político-econômicas em que tais processos estão sedimentados. Tais mudanças passam a ser expressão do interesse fomentado pela estrutura de acumulação do novo hegemom; a associação entre seus capitalistas e a forma da proteção política dada a eles pelo Estado é que estabelecerá as condições e modelos do sistema. Para interpretar essa trajetória histórica de transições de hegemonia Arrighi cria o conceito de ciclo sistêmico de acumulação: ciclos de ascensão e queda de hegemonias políticas e dos respectivos regimes de acumulação de capital e poder que lhes concebem, intervalados por períodos de transições sistêmicas.

Em cada estágio do capitalismo histórico, um determinado Estado hegemônico e os agentes capitalistas a ele relacionados estão na liderança do “andar superior” da economia. (ARIENTI&FILOMENO, 2007:119). O Estado hegemônico lidera o sistema interestatal e, assim, dispõe de poder político para garantir proteção a seus agentes capitalistas, que lideram as principais cadeias de mercadorias e tornam-se os líderes dos processos sistêmicos de acumulação de capital e poder na escala do sistema-mundo. Esses agentes hegemônicos governamentais e empresariais possuem estratégias combinadas de acumulação de capital em escala global, de concentração do excedente em novas atividades centrais, de constituição de novos centros e novas periferias e de nova hegemonia no sistema interestatal. Assim, o ciclo sistêmico de acumulação é o ciclo de vida da relação simbiótica existente entre esses agentes, de suas estruturas e estratégias que constroem, transformam e caracterizam cada estágio do desenvolvimento capitalista.

Assim como Braudel, Arrighi atribui ao capitalismo uma flexibilidade ilimitada, com ampla capacidade de mudança e de adaptação. A dinâmica cíclica do capitalismo histórico possui uma lógica essencial: destarte se apresente sob formas aparentemente mais complexas ou sofisticadas a depender do período, repete as mesmas contradições sistêmicas do capitalismo, que são resolvidas apenas temporal e parcialmente. Sintetiza ele:

[...] os ciclos sistêmicos de acumulação [...] apontam para uma continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos. Mas também constituem rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos. (ARRIGHI, 1996: 8)

Arrighi salienta que o principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos de acumulação é descrever e elucidar a formação, a consolidação e a desintegração desses sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu desde o “longo” século XVI até a atualidade (ARRIGHI, 1996:10). Aliás, ressalta-se, quando ele nomeia sua célebre obra de “O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo” (1996), é justamente por remeter ao século XVI, um período longínquo, o surgimento da estrutura sistêmica presente nos dias atuais: a associação simbiótica entre Estado e capitalistas no cenário europeu, transformando-se finalmente num sistema-mundo ao englobar a economia-mundo e outros impérios-mundo sob a mesma égide, por meio de transições hegemônicas e ciclos de distintas características constituintes, no entanto com uma regra comum (a acumulação incessante de capital e suas características inerentes).

O conceito de ciclo sistêmico de acumulação permitiu que Arrighi propusesse uma periodização do capitalismo histórico em sua *longue durée*. Cada ciclo é identificado por uma potência hegemônica, bem como respectivas fases de expansão material e financeira. O primeiro ciclo é o genovês e abrange o longo século XVI, isto é de cerca de 1450 a 1630. O segundo ciclo é o holandês, aproximadamente de 1630 a 1780. O terceiro ciclo é o britânico, alcançando o período de 1780 a 1930. O quarto ciclo sistêmico é o norte-americano, que viveu sua primeira fase, de expansão material e comercial (fase A de Kondratieff) de 1930-45 até a década de 1970.

Os ciclos apresentam caráter “sistêmico”, pois dizem respeito a um modo de desenvolvimento do moderno sistema-mundo em um determinado período em um determinado período; orientam a descrição da ascensão e queda das hegemônias e dos regimes de acumulação, bem como a análise da alternância entre fases de expansão material e expansão financeira dentro de um mesmo ciclo. Com efeito, em atenção à conceitualização de sistema-mundo, isso significa que abarca tanto os processos de transição e consolidação de hegemônias de um Estado nacional sobre o sistema interestatal quanto às transformações de larga escala nos processos de acumulação de capital ocorridas na economia-mundo capitalista.

Nesse sentido, tendo em conta o conceito dos ciclos de Kondratieff mencionado na seção anterior e uma possível confusão com o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação, Arrighi esclarece que este último é superior ao primeiro na explicação do sistema mundial capitalista (ARRIGHI, 1996). Os ciclos de Kondratieff são constatações empíricas que expressam a alternância de períodos mais refreados e mais intensos da competição intercapitalista – os períodos de expansão e retração da economia, ex.: Crise de acumulação pós-primeira guerra mundial até 1945 (fase B), “era de ouro” do capitalismo de 1945 a 1970 –, mas nada relacionam com o regime de acumulação organizado pela potência estatal hegemônica para orientar o sistema mundial.

Cada ciclo sistêmico de acumulação constitui-se de uma fase inicial, de expansão material, seguida de uma fase final, de expansão financeira. Esse é outro elemento que assegura o caráter cíclico e orgânico dado pelas análises de sistema-mundo: o início, o meio / amadurecimento (auge) e o fim. Nas fases de expansão material, os capitalistas usam seu capital monetário para a produção de uma gama de produtos a fim de auferir seus lucros com a comercialização. Nessa fase, a introdução de inovações no processo de acumulação e no sistema interestatal pelos novos agentes hegemônicos faz com que as atividades produtivas e comerciais proporcionem maior lucratividade em relação às demais atividades econômicas, ou seja: apresentem maior potencial enquanto meios para a valorização do capital. O investimento produtivo é o meio capaz de garantir aos capitalistas a reprodução de seu capital a substanciais taxas de lucros; a acumulação de capital dá-se predominantemente sob a forma produtiva (ARIENTI&FILOMENO, 2007:120).

De acordo com Wallerstein, é durante as expansões do sistema-mundo que ocorre a disseminação da capacidade tecnológica via imitação entre nações e empresas rivais, que procuram seguir a mesma

via de desenvolvimento do bloco hegemônico, minando, gradualmente, sua posição privilegiada nos processos mundiais de acumulação de capital. Esse argumento, por exemplo, compõe uma das bases estruturais do desenvolvimento industrial e tecnológico chinês a partir das reformas liberalizantes de Deng Xiaoping (1978-79), em que a emulação do processo tecnológico desenvolvido no centro, a partir de acordos de transferência de tecnologia quando empresas estrangeiras buscavam se instalar em território chinês, tornou-se um importante componente da política industrial chinesa.

Após certo tempo de expansão material, a superacumulação de capitais diminui a margem de lucro do capital reinvestido no comércio e na produção. As organizações e os indivíduos reagem a esse momento retendo maior quantidade de capital, criando uma massa de liquidez excessivamente abundante; o capital investido no setor produtivo gradualmente passa a ser capital monetário. Arrighi classifica esse momento como a crise sinalizadora do ciclo sistêmico de acumulação. O capital deixa progressivamente a rigidez, a concretude, a perda de flexibilidade em direção à liquidez, à liberdade de escolha, à flexibilidade. Quando os agentes capitalistas percebem que o comércio de moedas, a especulação e as operações de crédito, especialmente com os Estados que disputam o capital circulante, podem proporcionar maior capacidade de reprodução a seu estoque de capital, eles passam a desviar, em volumes crescentes, seus excedentes para os mercados financeiros.

Eis uma grande contradição do capitalismo, sua avidez incessante pelo lucro cria uma modalidade de acumulação, o rentismo, que é sinalizador do avizinhamento de uma crise no ciclo sistêmico em questão. O capital passa a prescindir do processo produtivo para se reproduzir, concentrando as atividades centrais – aquelas que geram maior transferência de valor para seus capitais – na valorização na esfera financeira. Assim, o lucro financeiro não encontra lastro real no setor produtivo. A fase de expansão financeira indica que as bases materiais do regime de acumulação de capital e poder no Estado hegemônico encontram-se esgotadas, na medida em que não proporcionam mais expectativas de lucros extraordinários nas suas estruturas produtivas (ARIENTI&FILOMENO, 2007: 121).

Portanto, para Arrighi, a financeirização é um prenúncio do fim de um determinado ciclo sistêmico de acumulação; é um período de crise hegemônica, de transformação estrutural do moderno sistema de Estados nacionais soberanos, de surgimento de novos regimes de acumulação, de novos modos de governo, de reorganização do sistema-

mundo sob nova liderança, durante o qual são lançadas as bases para a superação das crises financeira e para o início de um novo ciclo sistêmico, com transformações nas estruturas de produção e nas formas de hegemonia política. A criatividade que Schumpeter atribuiu ao capitalismo também ressurgiu nesse momento, na medida em que o sistema busca se reinventar a fim de superar sua crise, no entanto sem deixar de seguir um padrão: uma nova aliança entre Estado (poder político) e capital (poder econômico) buscando novas formas de acumulação incessante.

Os ciclos sistêmicos de acumulação permitem, portanto, entender a trajetória do capitalismo em evolução devido à passagem de um regime de acumulação comandado por uma dada aliança entre capital e Estado para um novo regime liderado por uma aliança capital e Estado, que rivaliza e contesta a hegemonia anterior. (ARIENTI&FILOMENO, 2007: 123)

Em sua análise histórica, Arrighi (1996) identifica na década de 1970 a crise sinalizadora do ciclo norte-americano, o que indicaria que, a partir daí, o capitalismo mundial orientado pela hegemonia norte-americana inicia sua fase de expansão financeira e, conseqüentemente, declínio do ciclo sistêmico. Sem entrar profundamente no mérito predileção arrighiana acerca do fim do ciclo sistêmico norte-americano, é certo de que alguns sinais indicativos ecoaram nas últimas décadas.

Por outro lado, alguns asseveram que o fato desse padrão cristalizado num sistema monetário e de financiamento calcado mais nos ativos financeiros do que na moeda e nas reservas bancárias ter surgido nos Estados Unidos, fomentado pelo banco central americano a fim de ensejar as condições para que o dólar seja o dinheiro da financeirização global, é justamente o que impossibilitaria uma alternância da Ordem; uma vez que a base da principal característica de acumulação contemporânea, a financeirização, é a moeda do principal hegemom, como vislumbrar uma alteração de Ordem?

Não convém ao trabalho aprofundar essa discussão, senão meramente apontar suas existências e implicações para a argumentação elencada. O fato é que o capitalismo atual, nesse momento de fase B, realizou plenamente a tendência a que a existência funcional do dinheiro superasse sua existência material. Os agentes das grandes corporações, principais atuantes desse sistema, são capazes de operar simultaneamente com grandes massas monetárias líquidas – verdadeiros galeões de instabilidade financeira sobre os mares conturbados dos países periféricos – e, assim, redefinir a territorialidade econômica a partir de seus interesses do mundo dos negócios. Obviamente, fazem

isso a partir de suas bases nacionais, porém suas estratégias técnico-produtivas e financeiras são mundiais. As decisões de alguns *global players* – que usualmente são firmas assentadas em regiões do núcleo orgânico e gozando da proteção de Estados nacionais dessa região – trazem mais fatores de desequilíbrio para a divisão internacional do trabalho do que a internacionalização capitalista anterior, em que foram possíveis industrializações, na periferia do sistema com a participação de multinacionais.

Para efeito do presente trabalho, prefere-se evitar também a controvérsia da assertiva arrighiana de prenúncio do fim do ciclo sistêmico americano, mas sem deixar de pontuar alguns elementos que ao menos corroboram para uma classificação de fase B do ciclo sistêmico capitaneado pelos EUA e que, em um eventual retorno a sua fase A, seguramente não o retorna no mesmo padrão de antes da fase B, pois os ajustes necessários para que o processo de acumulação volte a ocorrer foram suficientemente eficazes em constranger as estruturas a ponto de reformar o modelo estabelecido pela potência hegemônica vigente.

Eis dois exemplos: a necessidade da potência hegemônica (EUA) lutar vários conflitos em distintas regiões não é enxergada aqui como um sinal de sua capacidade militar – embora não deixe de ser –, senão, sobretudo, um indicativo da crescente contestação e incapacidade de hegemonia nos termos anteriores. Ademais, o pleito e as consequentes reformas de mecanismos de instituições multilaterais de governança global – as quais são símbolos da Ordem erigida pela potência hegemônica a partir de 1945 –, bem como surgimento de outros organismos multilaterais que não atendem o bel interesse americano – quando mesmo sequer os tem como membro – indica que o presente ciclo sistêmico de acumulação já não se encontra nos mesmos padrões em que fora estabelecido.

Portanto, ainda que não se atenha com exatidão à predileção categórica de Arrighi com relação ao fim do presente ciclo de acumulação, é certo que ele já não é mais o mesmo e a cesta de recompensas dos atores centrais que compõem o sistema vivencia um período clímax de interação e mudança. Nesse sentido, defende-se aqui que alguns países têm buscado alterar esta cesta de recompensas por meio de diversas ações, sendo a China, na atualidade, o que mais tem logrado êxito nesse sentido ao liderar as mais incrivelmente céleres e importantes mudanças no período da “Era da Informação” recente. Por outro lado, qual a posição estrutural da África nesse processo e as oportunidades e ameaças que se avizinham?

2. ÁFRICA DO SÉCULO XXI - O “manifesto destino” estrutural periférico e o ingresso tardio na globalização.

Destino
 À ternura pouca
 me vou acostumando
 enquanto me adio
 servente de danos e enganos

vou perdendo morada
 na súbita lentidão
 de um destino
 que me vai sendo escasso

conheço a minha morte
 seu lugar esquivo
 seu acontecer disperso

agora
 que mais
 me poderei vencer?

Mia Couto No livro “Raiz de Orvalho e Outros Poemas”

*“Enquanto a história da caça aos leões for contada pelos
 caçadores, os leões serão sempre os predadores”
 (Provérbio Africano).*

Frente ao arcabouço teórico apresentado, qual o papel desempenhado pela África no sistema mundo contemporâneo e quais oportunidades e ameaças estão em seu caminho? Esse capítulo trará a *longue durée* da trajetória africana no sistema mundial a fim de sinalizar a posição estrutural ocupada por este “rico-porém-pobre” continente. A viagem pela trajetória da inserção da África – sobretudo a subsaariana – no moderno sistema-mundo é essencial para entendê-la na contemporaneidade, bem como conjecturar acerca de seu futuro a médio e longo prazo, em especial a partir de uma suposição de promissor elemento de barganha entre as regiões do núcleo orgânico em uma eventual transição hegemônica.

A escolha do poema supracitado para iniciar a abordagem da trajetória africana representa mais do que um rebuscamento, prolixidade ou evasão ao tema; a ode a licença poética visa instigar o leitor a ir além do não coincidente elo entre o título do capítulo e o do poema. O

moçambicano Antônio Emílio Leite Couto, mais conhecido por seu pseudônimo Mia Couto, vencedor do Premio Camões (2013) e um dos ícones da literatura africana, em especial da realizada em língua portuguesa, é filho de imigrantes portugueses e remanescente de um passado não tão distante – infelizmente – para os africanos: de jugo colonial por parte dos países europeus e instabilidade política em razão de conflitos por suas independências. Como um trovador em prol da afirmação da língua portuguesa e da África, é igualmente defensor da emancipação africana frente às mazelas que a assombra, sem, contudo, iludir-se com o futuro, nem tampouco, sobretudo, de reconhecer e reivindicar o papel da África em seu próprio destino – seja no passado ou para o futuro. É, portanto, um símbolo personificado da realidade atual africana: resultado da interação histórica entre Europa e África e promotor de uma região cada vez mais vista, desejada (em sentido amplo) e integrada à globalização.

Assim, a partir das palavras do moçambicano Mia Couto, discorre-se sobre a estrutura da África no sistema contemporâneo a fim de vislumbrar se o destino da África subsaariana encontra-se, de fato, em “uma súbita lentidão com possibilidades escassas”, bem como se as possibilidades que se avizinham representam uma perspectiva de melhora.

2.1 – O contexto histórico: A escassez de modos de acumulação na Europa e a busca por novos modos de acumulação;

O continente africano é parte do mapa global europeu há muitos séculos. Ao contrário das Américas, sempre foi uma região conhecida e eventualmente até associada a progresso, conhecimento e modernização, cujos povos e civilizações marcaram a história por sua desenvoltura e avanço para a época – como o Egito antigo e seus faraós, a região de Núbia e seu elo entre a África central e o mediterrâneo via vale do Nilo, o Império de Kush, a civilização de Axum e os Fenícios e seu Império Cartaginês com sua voraz aptidão para o comércio –, despertando o interesse europeu em comercializar e a cobiça em dominar. A interação antiga entre África e Europa foi força motriz das primeiras experiências significativas de povos europeus no além-mar, as quais visavam dominar o comércio no mediterrâneo e foram responsáveis pela expansão territorial inicial dos primeiros grandes povos europeus, usualmente via militar, como os gregos e suas cidades-estados, os macedônios de Alexandre, o Grande e os romanos.

A dominação de Alexandre, o Grande, sobre a Grécia no período helenístico, sua expansão para o médio Oriente e posteriormente dominação da Pérsia, contribuiu para a incorporação do norte da África, sobretudo do Egito, cuja dominação foi consolidada com a fundação de Alexandria, sua capital, no intercâmbio de comércio, cultura e disputas políticas estabelecido na região. Os romanos também contribuíram ativamente para o desenvolvimento do comércio na região do mar mediterrâneo, chegando a travar intensos conflitos com os fenícios do Império cartaginês (Guerras Púnicas), localizado no norte da África. A interação entre estas regiões fomentou o surgimento de importantes cidades e entrepostos comerciais e incluiu efetivamente a região africana na rota de comércio europeia, que tinha o mediterrâneo como palco ligando a Europa com o médio Oriente e o Oriente distante.

O norte da África, em especial o Egito, rapidamente integrou-se à lógica mercantil/comercial nascente no período antigo, mantendo substanciais trocas comerciais e culturais, e estando envolto no jogo político logo apresentou avanços significativos em relação ao resto da África. Sua relação com o restante da África e sua influência foi significativa, sobretudo culturalmente, mas insuficiente para integrar esta região no modelo de comércio e avanços econômicos e tecnológicos que chegavam (MOKHTAR in UNESCO VII, 2010). Tendo o Egito como exemplo e em que pese à condição assimétrica de poder em que estavam, talvez tenha sido até melhor aos demais povos não terem tido acesso às relações de intercâmbio comercial e político com os Impérios da Europa, regidas pela ótica da conquista, exploração e expansão territorialista.

A África do norte sempre teve uma proximidade relativa com a Europa, remetendo aos impérios egípcios, aos fenícios e a pungência comercial de Cartago, bem como à dominação romana – tendo este último povo exercido soberania também sobre várias outras regiões e povos da Europa, criando, assim, um denominador comum antigo de dominação e interação sob a qual todos estes povos estiveram interligados. No entanto, muito pouco registro se tem da proximidade da África negra com os europeus neste período.

A incorporação na lógica econômica e comercial europeia desta enorme área do continente africano abaixo do Magreb cuja fronteira natural ao norte é a difícil região do Sahel, da qual também faz parte o inóspito deserto do Saara, demorou a ocorrer, em relação ao mostrado sobre a África do norte; não à toa, pois além da geografia dificultosa como empecilho para romper as barreiras naturais do deslocamento via terra, pesava a falta de tecnologia para navegações a longas distâncias e,

sobretudo, uma questão de necessidade e desinteresse: o comércio europeu, que tinha a Ásia – mais especificamente em suas regiões do Oriente próximo, médio e distante –, como principal região de intercâmbio comercial, sempre usufruiu do mar mediterrâneo e de mercadores que cumpriam as rotas comerciais até os longínquos interiores de Mongólia, China, Pérsia e Índia. Havia toda uma conjuntura geopolítica que não motivava os impérios e reinos europeus a se aventurarem a outras regiões.

As cidades-estados italianas de Gênova, Veneza e Florença cumpriam importante papel no processo de acumulação de capital europeu que resultou no domínio comercial sobre o mar Mediterrâneo durante a Idade Média, criando as bases necessárias (o desenvolvimento do capitalismo financeiro com as altas finanças e a estabilidade do valor da moeda com a variedade de meios de pagamento, por exemplo) para os importantes processos históricos que fomentaram a expansão territorial da Europa e o moderno sistema capitalista tal qual se conhece nos dias atuais (ver mais em ARRIGHI, 1996).

No entanto, a situação mudou ainda durante a Idade Média e forçou os europeus a buscarem alternativas para continuarem obtendo os lucros do rentabilíssimo comércio com o Oriente. A derrocada do império mongol, que assegurava o acesso à rota da Ásia Central e a segurança desta até o interior da China, e a ascensão do Império Otomano na Ásia Menor (Oriente próximo e médio)⁷ que passou a controlar as rotas comerciais da região e solapou a supremacia genovesa no Mar Negro, prejudicaram importantes rotas comerciais, como a de

⁷ Durante muitos séculos, para a Europa ocidental, as regiões localizadas a leste da península itálica eram classificadas em: Oriente próximo: curiosamente, região que hoje pertence a área da Europa, e compreendia a região dos Balcãs e o atual leste europeu banhado pelo Mar Negro – exceção da Rússia; Oriente Médio: iniciava a partir do outro lado do Estreito de Bósforo, onde estava a capital do império Turco-Otomano, Constantinopla (atual Istambul), e se estendia pelos países da Terra Santa e extremo leste do Mediterrâneo (atuais Palestina, Israel, Líbano, Síria,) com fronteira sul na Península do Sinai (Egito) e fronteira leste até o início da Ásia Central, mais ou menos na Pérsia (atual Irã); as regiões mais a leste deste marco eram denominadas de Oriente Distante, compreendendo onde atualmente estão China, Mongólia, península indiana e sudeste asiático. Como herança dessa classificação restou apenas o Oriente Médio, que embora se situe geograficamente na Ásia, usualmente manteve a antiga denominação.

Flandres – que levava os produtos recebidos nos portos italianos até o norte da Europa –, e atingiu incisivamente a Europa.

A desintegração do sistema de comércio eurasiático, dentro do qual se tinham construído as fortunas comerciais genovesas do fim do século XII e início do século XIV e abastecia a Europa de produtos que destarte caros eram essenciais até mesmo para conservação dos itens alimentícios em razão das técnicas do período, promoveu uma necessidade de restaurar tais rotas de comércio e/ou encontrar alternativas de comércio rentáveis a ponto de superar o inflacionamento de tais produtos em razão do fechamento das rotas.

A dificuldade financeira pela qual passavam os banqueiros genoveses, principais acumuladores de capital do período, mostra que uma expedição além-mar em busca de restabelecer o rentável comércio com as Índias não seria um empreendimento fácil, necessitando de vultosa quantia e, sobretudo, lastro político. Este lastro político poder-se-ia ser obtido na Península Ibérica que, como mostra Arrighi, apresentava ao menos três grandes atrativos para os genoveses: a parte meridional da península ibérica e a cidade vizinha de Magreb eram as regiões do Mediterrâneo mais integralmente dominadas por iniciativas genovesas, sendo perfeitamente natural eles se voltarem a elas, onde não enfrentavam concorrência, em um momento de crise e investindo no reino de Granada – ainda independente dos Mouros, o centro agroindustrial mais dinâmico da região – tornando-o uma verdadeira “colônia econômica genovesa”; em segundo lugar, a península ibérica, para os genoveses poderia ser o posto avançado natural de onde poderiam partir em busca dos suprimentos de que eles estavam sendo privados. Tornou-se imperativo que os negociantes genoveses buscassem ampliar seu controle sobre o ouro africano, que era levado para os portos do Magreb pelas caravanas comerciais do Saara, e que, idealmente, descobrissem uma rota comercial para o Oriente pelo Atlântico, a fim de substituir a rota centro-asiática perdida. Por estes dois pontos, a Península Ibérica era de grande importância estratégica para os genoveses e o ciclo de acumulação sistêmica desenvolvido por eles (ARRIGHI, 1996: 121).

Ademais, terceiro e mais importante: a Península Ibérica, para a classe capitalista genovesa, era o local mais promissor para encontrar aquilo de que ela mais precisava: sócios “produtores de proteção”, eficientes e com iniciativa. Neste momento, surge a importância do Estado-nação para o processo expansão territorialista europeu pelo mundo e a aliança entre Estado e capital que caracterizaria o referido processo: os governos territorialistas dos emergentes Portugal e Espanha

logo se mostraram adequados a essa finalidade, por diversas razões, desde o fanatismo religioso e o espírito de iniciativa atribuída a seus líderes e aristocratas, no âmbito de uma análise sobre os agentes, quanto a questões conjunturais e sistêmicas, no âmbito de uma análise da estrutura. A expansão do comércio promotora da expansão territorial europeia capitaneada pelos Estados da Península Ibérica foi promovida e organizada por uma instância empresarial dicotômica, unida por um estreito relacionamento orgânico de “intercâmbio político” nos termos schumpeterianos⁸, uma simbiose entre Estado (monarquia e aristocracia) e capital (banqueiros mercantis). A ascensão dos Estados nacionais propriamente ditos colocou as atividades de gestão do Estado e da guerra ainda mais longe do alcance da burguesia, diferentemente do modelo executado pelas cidades-estados italianas, e produziu uma estrutura de governo formada por um componente burguês e um aristocrático: “uma simbiose ativa de duas camadas sociais, uma das quais sem dúvida sustentava a outra economicamente, sendo, no entanto, sustentada politicamente pela outra” (SCHUMPETER, 1954: 138).

“A expansão material do primeiro ciclo sistêmico de acumulação (o genovês) foi promovida e organizada por um agente dicotômico, formado por um componente aristocrático territorialista (ibérico) – que se especializou no fornecimento de proteção e na busca de poder – e por um componente burguês capitalista (genovês), que se especializou na compra e venda de mercadorias e na busca de lucro. Essas especializações complementaram uma à outra e seus benefícios mútuos unificaram – e enquanto duraram, mantiveram unidos – os dois componentes heterogêneos do agente de expansão, numa relação de intercâmbio político em que, por um lado, a busca de poder pelo componente territorialista criou oportunidades comerciais lucrativas para o componente capitalista e, por outro, a busca de lucro por este último fortaleceu a eficácia e a eficiência do aparelho produtor de

8 O sentido atribuído à expressão “intercâmbio político” de Schumpeter e também utilizado por Arrighi (1996:123) deriva da compreensão de que “sem a proteção de algum grupo não burguês, a burguesia fica politicamente desamparada e é incapaz não só de liderar sua nação, mas até de cuidar de seu interesse particular de classe” (SCHUMPETER, 1954: 138).

proteção do componente territorialista” (ARRIGHI, 1996: 124).

Assim, a incorporação da África subsaariana ao sistema-mundo europeu, que se iniciou pela expansão marítima portuguesa, está intrinsicamente ligada ao primeiro ciclo sistêmico de acumulação de capital (o genovês) descrito por Arrighi. Os capitalistas genoveses chegaram a patrocinar uma expedição pelo Saara em 1447 e duas viagens pela costa ocidental africana na década de 1450, tudo à procura de um acesso direto ao ouro da África. Mas os rendimentos demorados desse tipo de iniciativa e, acima de tudo, a própria imprevisibilidade da perspectiva de custos e benefícios financeiros da expansão por águas desconhecidas deixaram o capital genovês relutante em prosseguir nessa direção, com a determinação e os recursos necessários para conseguir um avanço (ARRIGHI, 1996: 125). A alternativa ibérica com governantes territorialistas, que eram impelidos a abrir novos espaços comerciais por motivos diferentes dos lucros calculáveis e previsíveis aos quais os capitalistas genoveses estavam acostumados, em que pese o espírito cruzadista de “aventureiros”, serviu muito bem ao modo “racional demais” genovês, que era contraproducente para uma empreitada deste porte. Em pouco tempo de associação as iniciativas começaram a lograr sucesso e quando os “grandes descobrimentos” vieram, o capitalismo genovês finalmente deixou de agonizar e atingiu seu ápice, a ponto de ser central nas sucessões dos tronos dos Países ibéricos.

2.1.1 O jogo da dominação e a África na economia política do sistema-mundo Europeu;

A partir do século XII, foram se definindo por uma série de batalhas algumas fronteiras da Europa. Dentro das fronteiras foi nascendo o Estado-nacional na Europa como uma organização política centralizada, cuja figura dominante – o príncipe, ou Rei – e a burocracia em que se apoiava tomaram contornos próprios que não se confundiam com os grupos sociais mesmo os mais privilegiados, como a nobreza. Esse processo durou séculos, tendo a Paz de Westfalia em 1648 como ponto nevrálgico que marca o Estado-nação como organização política sistematizada na Europa – em que pese que a figura do Estado nacional já se mostrava presente na Ásia há bastante tempo. No entanto, uma série de elementos deste Estado já se encontravam presentes anteriormente em alguns reinos e isso os favoreceu na corrida para

acumulação e na associação das classes entre capital mercantil, que buscava suporte político, e grupo político em condição de fornecer o suporte requerido. A península ibérica, como já apontado, sobretudo Portugal, é exemplo desse processo. A unificação portuguesa foi um processo que culminou com a consolidação da monarquia através uma história que teve um dos seus pontos mais significativos na revolução de Avis de 1383-1385. Durante todo o século XV, Portugal foi um reino unificado e menos sujeito às convulsões e disputas, ao contrário de outros países como Inglaterra, França, Espanha e Itália (FAUSTO, 2009: 22). A Coroa portuguesa, a partir da força política e estabilidade alcançada, pode ser o grande lastro para as expectativas do capital mercantil, ávido por alternativas rentáveis destarte incertas já conhecidas no além-mar.

Há outras razões que explicam o pioneirismo português além do investimento genovês, que transformou Lisboa em um grande centro mercantil sob sua hegemonia e contribuiu com a inserção de novos meios de pagamento, os quais eram bastante utilizados no comércio de Portugal, sobretudo com o mundo islâmico no Mediterrâneo. Há elementos geográficos: a atração para o mar foi incentivada pela posição geográfica do país, próximo às ilhas do Atlântico e à costa da África, pois dada a tecnologia da época, era importante contar com correntes marítimas favoráveis, e elas começavam justamente nos portos portugueses ou nos situados no sudoeste da Espanha. Teses analisando os agentes indicam uma postura “aventureira” dos portugueses, que encontra amparo em alguns indivíduos da época como o Infante Don Henrique (1394 – 1460) e sua inovadora Escola de Sagres, Don Sebastião (1554 – 1578) e tudo o que representou para o Reino lusitano sua morte na Batalha de Alcácer-Quibir, bem como vários navegadores famosos: o instinto pelo desconhecido gerava atração (FAUSTO, 2009:24). Por fim, e particularmente importante para a história da África e sua incorporação no comércio europeu, a questão da limitação tecnológica para navegações a longas distâncias.

Naquela época, as técnicas de navegação eram bastante limitadas em relação ao que é hoje e não possibilitavam navegações de longo curso com segurança e precisão. As navegações eram do tipo “mareada”, em que não se afastava muito do continente. Por esta razão, o processo de avanço pela África foi ocorrendo de forma gradual. Quando principiaram as viagens lusitanas rumo à Guiné, as cartas de navegação ainda não indicavam latitudes ou longitudes, senão rumos e distâncias. O aperfeiçoamento de instrumentos como o quadrante e o astrolábio, que permitiam conhecer a localização de um navio pela

posição dos astros, representou uma importante inovação. Ademais, foi desenvolvida uma arquitetura naval mais apropriada, com a construção da caravela, embarcação leve e veloz para as condições da época, com pequeno calado, o que permitia maior aproximação com a terra firme sem risco de encalhar, bem como suportava bastante carga em seus porões, dando mais autonomia à expedição e tornando-as relativamente menos custosas, na medida em que eram mais rápidas e rentáveis.

A presença europeia na África subsaariana deu-se inicialmente pelo litoral e remonta ao século XV, sobretudo a partir da conquista de Ceuta, no norte da África, em 1415, usualmente considerada o ponto de partida da expansão ultramarina portuguesa. O reconhecimento da costa ocidental da África foi um longo processo que levou em torno de 53 anos, da ultrapassagem do Cabo Bojador por Gil Eanes (1434) até a temida passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias (1487). A partir da entrada no Oceano Índico, foi possível a chegada de Vasco da Gama à sonhada Índia. Sem penetrar profundamente no território africano, os portugueses foram estabelecendo na costa uma série de feitorias, que eram postos fortificados de comércio, e estabelecendo laços políticos com reis e chefes tribais locais, que também tinham interesse nos produtos comercializados pelos europeus; a parte comercial do núcleo era dirigida por um agente chamado feitor. Cabia a ele fazer compras de mercadorias dos chefes ou mercadores nativos e estoca-las, até que fossem recolhidas pelos navios portugueses para a entrega na Europa. A opção pela feitoria praticamente tornava desnecessária a colonização efetiva do território ocupado pelas populações africanas e, assim, a relação inicial foi de exploração comercial, e não dominação colonial.

A Coroa organizou o comércio africano, estabelecendo o monopólio real sobre as transações com ouro, obrigando a cunhagem de moeda em uma Casa da Moeda e criando também, por volta de 1481, a Casa da Mina ou Casa da Guiné, como uma alfândega especial para o comércio africano. O objetivo inicial na África era encontrar ouro e substituir os mercadores árabes na comercialização deste produto e do marfim, a qual se dava a partir do Egito. De modo inicial, a comercialização de escravos não era o objetivo de Portugal, que apenas o aderiu em larga medida quando começou a perder suas principais feitorias na região de Elfirm e na Costa do Ouro no Golfo da Guiné e Biafra. Estas conquistas foram de grande importância, pois elas asseguraram aos portugueses o controle das saídas de algumas grandes rotas do comércio do ouro e dos escravos, estabelecido há séculos, entre

o Sudão Ocidental e as costas mediterrâneas, através do Saara e do Magreb (MALOWIST in UNESCO V, 2010:2).

Durante todo o século XV e no início do século XVI, os portugueses conseguiram estabelecer numerosas feitorias na costa ocidental, e fazer com que a população do litoral e seus chefes participassem do comércio com os europeus. A partir de 1481-1482, a fortaleza de Elmina tornou-se a feitoria mais importante da Costa do Ouro. Outras feitorias ampliaram-se, igualmente, pela região, como em Axim, Shema e Acra. Ao estabelecerem novas feitorias, os portugueses esforçavam-se para obter a autorização dos chefes autóctones e para comprar, de diversas formas, a benevolência deles. Na África Oriental, eles empregaram outros métodos: dominaram pela força Sofala, Mombaça, e outras cidades costeiras, onde implantaram guarnições e recolheram o imposto em benefício ao rei de Portugal. Ao mesmo tempo, eles procuravam apoderar-se do comércio do ouro, do marfim e dos metais existentes entre a costa, o interior e a Índia (MALOWIST in UNESCO V, 2010:3).

Ao que tudo indica, esta progressão explica-se não só pelas trocas com a Índia, mas também, e, sobretudo, pelas relações econômicas com a África. Além disso, esta formidável fonte de metal precioso, vindo do continente negro, permitiu a João II e ao seu sucessor Manuel estabilizarem a moeda de prata, de cunharem o *cruzado*, moeda de ouro de grande valor, e, sobretudo, de reforçarem a frota, bem como, de desenvolverem a administração do Estado e das colônias. Esta última medida teve um grande alcance no âmbito político e social, pois ela ofereceu à aristocracia e à pequena nobreza a possibilidade de obterem numerosos cargos, tão prestigiosos quanto lucrativos. Deste modo, a inoportuna oposição da aristocracia à política centralizadora da monarquia se finda, e a coesão do Estado é reforçada.

O comércio com a África, e mais tarde com a Índia, acelerou fortemente a ascensão da classe dos negociantes portugueses, que, no século XV, ainda se encontravam, relativamente, pouco favorecidos. Ao longo deste primeiro quarto do século XVI, poder-se-ia pensar que Portugal entrou em uma fase duradoura de expansão econômica e política. Esta esperança é, todavia, arruinada pelo caráter retrógrado e estático da estrutura socioeconômica do país. A expansão ultramarina necessitava de importantes investimentos financeiros e, para comprar ouro e escravos, foi preciso escoar, pelas encostas africanas, grandes quantidades de objetos de ferro, bronze e cobre, bem como têxteis baratos, sem falar da prata, dos produtos alimentícios e do sal. Estes bens não eram produzidos em Portugal e deviam ser comprados, no

início, junto aos mercadores estrangeiros ou em Bruges, e, depois, nas grandes praças comerciais europeias da época. Além disso, o desenvolvimento da frota dependia das importações de madeira de obra e de outros produtos florestais provindos, essencialmente, dos países bálticos, que também forneciam certo volume de cereais, cuja produção, em Portugal, era insuficiente desde o século XIV.

A contabilidade deste último, primeiro em Bruges, depois em Antuérpia, revela a estreita dependência financeira da Coroa frente às grandes empresas familiares como aquelas dos Frescobaldi, Affaitati e Fuggers. No primeiro estágio da expansão, os soberanos de Portugal conseguiram assegurar o domínio da importação do ouro proveniente da África, e, em certa medida, do trato dos escravos – ou, pelo menos, conservaram os benefícios indiretos do trato. Conseguiram isto graças a um sistema de licenças por eles concedidas, mediante elevadas taxas, a negociantes, basicamente portugueses, e a alguns estrangeiros. Frequentemente, em tempos difíceis, a Coroa portuguesa renunciava aos seus direitos na África, em benefício dos negociantes (salvo Elmina). As licenças precisavam os limites da zona geográfica na qual as operações comerciais eram autorizadas.

Por volta de 1525, os portugueses começaram a encontrar dificuldades para achar ouro, mesmo na região de Elmina. Nas costas africanas, eles já não mais dispunham do suficiente de mercadorias para oferecer em troca ou mesmo competir com outros mercadores estrangeiros. Seguramente, o vasto interior de Elmina e de Acra mantinha-se ainda rico em ouro. Desta situação, aproveitam, particularmente, os europeus rivais dos portugueses – a saber, os negociantes franceses, ingleses e holandeses – já que eles dispunham de maiores meios financeiros e não sofriam taxa de importação, pois suas mercadorias eram quase que exclusivamente de origem metropolitana – ao contrário de Portugal, que já as obtia a partir do comércio nos principais centros europeus.

Enfim, a França, a Inglaterra e a Holanda ainda não sucumbiam sob os pesos de uma administração pletórica que regulamentava o comércio exterior e regia a vida nas colônias. O aparelho administrativo português era, ao mesmo tempo, dispendioso e lento a se adaptar às flutuações constantes, próprias do comércio exterior. Na África, os mercadores que chegavam da França, da Inglaterra ou da Holanda possuíam os meios suficientes para comprar em maior escala e vender a melhores preços do que aqueles de Portugal. Documentos datados dos anos 1570 mostram que os portugueses tinham consciência desta

situação, mas que eram incapazes de remediá-la. (MALOWIST, 2010: 7)

A abertura do comércio atlântico permitiu à Europa e, mais particularmente, à Europa Ocidental, aumentar sua dominação sobre as sociedades das Américas e da África. Desde então, ela teve um papel principal na acumulação de capital gerado pelo comércio e pela pilhagem, organizados em escala mundial. A emigração dos europeus para as feitorias comerciais da África e dos territórios da América do Norte e do Sul fez surgir economias anexas que se constituíram no alémmar. Estas desempenharam, em longo prazo, um papel decisivo na contribuição para a constante ascensão da Europa que impingia sua dominação sobre o resto do mundo (MALOWIST in UNESCO V, 2010:2).

O comércio atlântico, do qual a África era pedra angular para o modelo de acumulação montado pela Europa Ocidental, foi a escapatória necessária para a crise de acumulação que o velho continente passava.

Portugal foi atraído inicialmente para a África Negra pelo ouro, que era anteriormente exportado pelos países islâmicos. Não obstante, eles não tardaram a perceber que a África possuía uma outra mercadoria, também fortemente procurada pelos Europeus: os escravos – “a madeira de ébano”. Os portugueses não ignoravam que isto pudesse resultar em uma intensificação dos conflitos entre os diversos povos e Estados africanos – os prisioneiros de guerra tornando-se o principal objeto deste comércio –, mas eles deixaram muito cedo de se opor às objeções morais, pois, como muitos outros na Europa, eles acreditavam que o tráfico abria aos negros o caminho para a salvação: não sendo cristãos, os negros haveriam de ser condenados por toda a eternidade se eles ficassem em seus países. (MALOWIST in UNESCO V, 2010: 8) Pelo lado de alguns reis e soberanos africanos, também não havia nenhum desinteresse no fim do tráfico de escravos, muito pelo contrário: eles lucravam bastante com o comércio de cativos, que eram os itens de trocas para diversos produtos comercializados pelos europeus; as relações comerciais com os europeus fortaleciam a posição de algumas tribos e povos perante os demais. (MALOWIST in UNESCO V, 2010: 24).

Em suma, as diversas tribos se enxergavam como oponentes e ainda não se viam enquanto unidade e iniciadas dentro de uma lógica perversa e subalterna. A inserção da África na economia mundial, que teve o sistema atlântico como símbolo, tem grande protagonismo dos próprios africanos – não apenas os cativos que construíram a fortuna da

Europa a partir da espoliação do Novo Mundo na própria África e especialmente nas Américas naquele momento –, sobretudo povos dominadores e que negociavam com os europeus, sem se dar conta que sua participação naquele comércio se resumia a um mero escambo e dizimação de seus conterrâneos, arremessando o continente a séculos de jugo.

Durante todo o século XV, eles tiveram um crescente interesse pelo comércio dos escravos e, ao longo do século XVI, como nos outros seguintes, os territórios capazes de lhes fornecerem escravos em grande quantidade, cada vez mais, suscitavam-lhes cobiça. É sob esta ótica que é preciso alocar a penetração portuguesa no Congo (onde não havia nem ouro e nem prata), encetada no começo do século XVI, e a conquista posterior de Angola, que foi precedida pelo rápido avanço do comércio de escravos na ilha de Luanda (MALOWIST in UNESCO V, 2010:10). O rio do Congo permitia acesso à África Central, que se tornou ao longo dos séculos, sobretudo no XVII, uma importante zona de aprisionamento de cativos, ao lado de Angola.

Por volta de 1600, todavia, inaugurou-se uma nova fase da penetração europeia na África, ao longo da qual o comércio de escravos terá uma importância crescente, inclusive para os holandeses. A conquista de Angola, em 1641, estava estreitamente ligada às necessidades dos holandeses no Brasil e Antilhas posteriormente, seguindo o exemplo dos portugueses. Os holandeses perderam o nordeste do Brasil e foram expulsos de Angola em 1648. Não obstante, a associação estreita destes dois territórios, que se baseava no trato dos escravos, persistiu até o século XIX (MALOWIST in UNESCO V, 2010). O continente africano deixou de ser uma apenas uma rica fonte de ouro para tornar-se, antes de tudo, um infindável reservatório de mão de obra, sem o qual seria impossível a criação e a exploração de numerosos e grandes domínios europeus na América e, por consequência, o grau de acumulação dos países da Europa.

Primeiro, na América espanhola, depois, no Brasil, percebeu-se rapidamente que a população indígena não podia suportar a dura cadência do trabalho imposto nas grandes plantações, ao passo que os africanos, nas mesmas condições, mostraram-se excelentes trabalhadores. Um comércio muito ativo organizou-se em torno do transporte marítimo de mercadorias da África e das Américas: os escravos africanos partiam rumo às Américas – Latina Antilhas e sul dos Estados Unidos –, enquanto os produtos agrícolas e metais preciosos eram enviados das Américas rumo à Europa Ocidental. A ocupação da terra deu-se por *haciendas/fazendas-latifúndios*, no sistema de

plantation – monoculturas para exportação, usualmente geridas por colonos europeus ou membros das elites locais sob sua égide, demandantes de mão de obra intensiva em grande quantidade.

A descoberta e a colonização da América, onde as atividades produtivas recém-implantadas demandavam mão de obra em larga escala, inseriu de vez a África no comércio europeu, ao elevá-la ao papel de fornecedora oficial de mão de obra para o crescimento da exploração na América Latina; ambas as regiões na verdade, foram estruturadas de modo periférico: os lucros do comércio escravocrata com os africanos e da exploração nas bases do exclusivo-metropolitano com a América eram todos canalizados à Europa. Portanto, tudo pareceu favorecer a exportação dos negros da África para a América; o tráfico negreiro, entretanto, apenas alcançou a sua plena expansão quando foram criadas as grandes plantações de cana-de-açúcar.

O comércio europeu evoluiu ao longo dos séculos: desde o objetivo inicial de ouro e metais preciosos (esp. séculos XV e XVI); passando pelo lucrativo comércio de cativos (esp. séculos XVII e XVIII); até o novo imperialismo ao final do século XIX e a busca por matérias-primas que subsidiassem a 2ª Revolução Industrial (ferro, manganês, cobre, petróleo, trigo e etc.), com uma lógica territorialista em busca de mercados consumidores e colônias para abrigar o excedente populacional europeu via emigração.

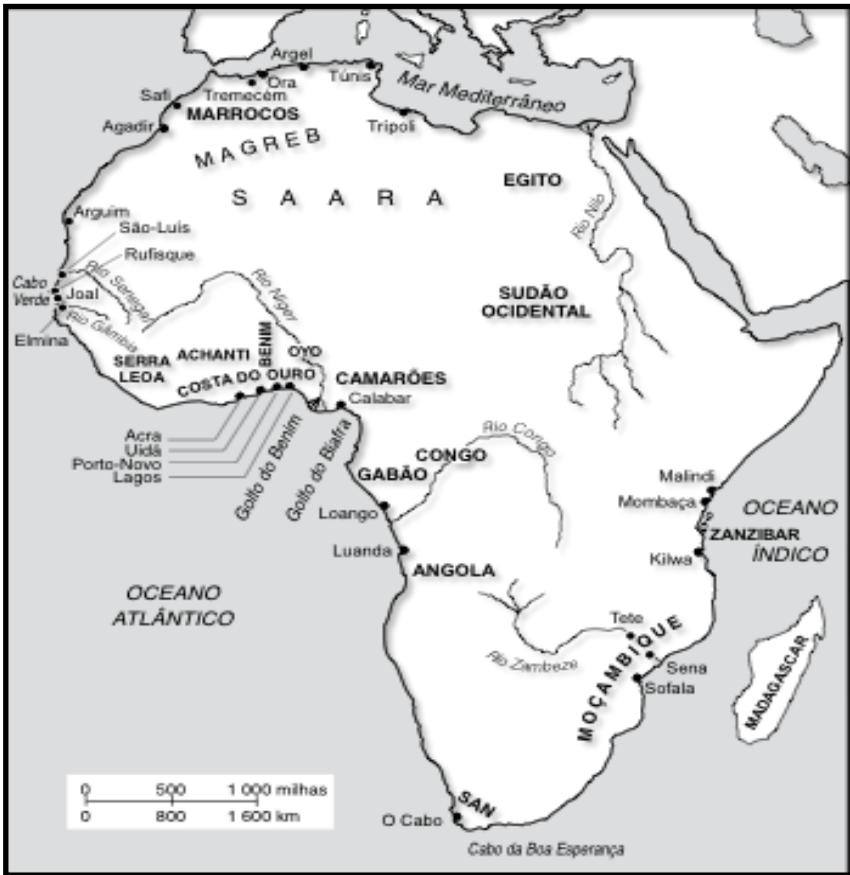


Figura 1 - Os principais pontos de contato do comércio europeu no século XVII (mapa estabelecido por J. Jiles e extraído do livro de domínio público *A História da África*, volume V, Unesco).

Essa maciça exportação de mão de obra africana para a América Latina, Antilhas e para os territórios do sul dos Estados Unidos levou à impressionante expansão na produção e no comércio de bens de consumo, ocorrida na zona atlântica entre os séculos XVI e XIX. No entanto, em razão da grande proporção de escravos na população dessas regiões e do exclusivo-metropolitano que impossibilitava laços comerciais com outros governos que não ao da Metrópole ao qual estava submetido, não houve a criação de um mercado interno captador de recursos em prol de uma produção industrial voltada para consumo interno. Os lucros das atividades mineiras e da agricultura eram

transferidos para a Europa na importação de artigos manufaturados. As trocas desiguais, acentuadas pelos laços coloniais, deram início à estrutura da economia mundial da forma que enxergamos atualmente.

A partir do jugo da África por meio da exploração comercial e da América por meio da dominação colonial oficial, foi possível à Europa encontrar os meios de acumulação e solucionar a crise do século XV, rompendo as estruturas econômicas e sociais tradicionais e levando a cabo o processo de transformação capitalista; mais do que isso, a acumulação foi de uma magnitude tão grande que catapultou a Europa – e posteriormente a região nordeste dos Estados Unidos – à condição de núcleo orgânico do mundo muito rápido, controlando o desenvolvimento e concepção das atividades mais lucrativas das cadeias mercantis estabelecidas e não possibilitando de modo algum que essas novas regiões integradas à cadeia comercial tivessem outra participação senão a de meras espectadoras e supridoras. Ademais, possibilitou aos europeus que em um futuro próximo houvesse condição de enfrentar as restrições de alguns Estados asiáticos – o que não ocorreu durante os séculos XV, XVI e XVII – e abrisse a Ásia para o comércio internacional sob a égide do modo de produção e mercado europeu, ampliando, pela primeira vez, o sistema-mundo europeu iniciado nas cidades-estados italianas em um alcance global.

A definição do papel do Novo Mundo neste sistema econômico e do modo de ocupação da terra que predominaria cimentou as bases do atual sistema-mundo e das demais regiões do globo quando esse sistema finalmente tornou-se global. Depreende-se, então, que o comércio atlântico capaz de dar início à transformação capitalista na Europa Ocidental é o mesmo que engendra os laços de subordinação, subdesenvolvimento e dependência na América Latina e no continente africano, bem como o elemento desencadeador que fornece o grau de acumulação necessário à Europa para vencer a resistência de grupos nacionais na Ásia e lograr êxito na conquista sobre aquela região alguns séculos depois também, no momento do “novo imperialismo”. Ademais, vê-se, portanto, que desde o começo do século XVI e, em particular, ao longo da segunda metade desse século, a África desempenhou um papel extremamente importante, ainda que pouco invejado, de fornecedora de mão de obra escrava e de certa quantidade de ouro para uma economia mundial em pleno desenvolvimento.

A inserção da África subsaariana no comércio internacional e no "moderno sistema-mundo" europeu deu-se, inequivocamente, de forma espoliativa, subalterna e periférica desde os primórdios, na qualidade de fornecedora de bens primários e mão de obra cativa para o núcleo

orgânico do capital – em que pese o racismo como elemento fático e herança maldita da inferiorização concedida àquela enorme região no sistema-mundo europeu, que infelizmente transpôs os séculos e perdura até os dias atuais com o avançar do moderno sistema-mundo; sendo o racismo, associado a outras questões, um dos elementos e estruturadores dessa lógica.

A luz do arcabouço teórico apresentado em toda última subseção, a fim de compreender a posição estrutural da África no sistema-mundo contemporâneo e de que modo a relação com a China indica (ou não) alteração de status na corrida do hamster para o desenvolvimento (para ambos), é que se remonta ao período do final do século XIX, em especial à Conferência de Berlim (1884 – 1885), ambientada no contexto do que a historiografia convencionou chamar de novo imperialismo, sob a retomada do colonialismo, e sua consequência: “a partilha da África”.

Dessa forma, o estudo da história da África e de sua inserção no comércio internacional em larga escala é imperioso para a compreensão da economia política internacional e da estrutura dos Estados no mundo contemporâneo, bem como para trazer subsídios a um dos propósitos do presente trabalho, qual seja: enxergar a África como uma zona de disputa entre – e provável destino da projeção de – países semiperiféricos buscando ascender e de países do núcleo orgânico visando manter suas condições como tal. As abordagens de sistema-mundo, tendo o historicismo e a herança braudeliana como características constitutivas, têm muito a acrescentar neste sentido. Por isso, cabe abrir um espaço para trazer a contribuição destes autores sobre vários conceitos, já utilizados ao decorrer deste primeiro capítulo, que devem ser mais bem explanados e justificados como opção do presente trabalho, a fim de corroborar com o propósito elencado acerca da posição africana no contexto atual e do vislumbre com relação ao cenário futuro.

2.1.2 A segunda revolução industrial e o Congresso de Berlim: o “manifesto destino” de ingresso da África pela porta dos fundos do sistema;

A “partilha da África” (*scramble for Africa*) pelas potências europeias representa um dos fenômenos mais espetaculares e menos compreensíveis do novo imperialismo. Até 1880, em cerca de 80% de

seu território a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e linhagens, impérios e unidades políticas de natureza variada (BOAHEN in UNESCO VII, 2010: 1). Por volta de 1876, só 10% do território africano estavam sob domínio colonial efetivo. Como se pode ver na figura 2, em toda a África ocidental essa dominação limitava-se às zonas costeiras e ilhas do Senegal, à cidade de Freetown e seus arredores (que hoje fazem parte de Serra Leoa), às regiões meridionais da Costa do Ouro (atual Gana), ao litoral de Abidjan, na Costa do Marfim, e de Porto Novo, no Daomé (atual Benin), e à ilha de Lagos (no que consiste atualmente a Nigéria). Na África setentrional, em 1880, os franceses tinham colonizado apenas a Argélia. Da África oriental, nem um palmo de terra havia estava sob controle de qualquer potência europeia, enquanto, na África central, o poder exercido pelos portugueses restringia-se a algumas faixas costeiras de Moçambique e Angola. Só na África meridional é que a dominação estrangeira se achava firmemente implantada, estendendo-se largamente pelo interior da região (BOAHEN in UNESCO VII, 2010: 2; SARAIVA 2007).

Em 1900, a posse colonial passou a cobrir 90% do território do continente africano e em 1914, antes da primeira grande guerra, apenas a Libéria e a Etiópia mantinham-se livres das amarras das potências europeias (SARAIVA, 2007:99). “Entre 1876 e 1915 mais ou menos um quarto da superfície terrestre do globo estava distribuído ou redistribuído sob a forma de colônia entre meia dúzia de estados.” (HOBSBAWN, 1987:59). A divisão deu-se em colônias de tamanhos diversos, porém de um modo geral com tamanho muito superior ao da organização política pré-existente nesses territórios, muitas vezes não guardando qualquer relação elas. E isto tem estreita relação com a lógica colonialista do novo imperialismo.



Figura 2 - A África em 1880, em véspera da partilha e conquista das potências europeias. Figura extraída do livro de domínio público A História da África, UNESCO VII, 2010.

Desde o século XV, as relações entre Europa e África eram, de um modo geral, marcadas pelo comércio livre, sem dominação efetiva de território. Com o fim do hediondo tráfico de escravos, os africanos haviam se mostrado capazes de se adaptar a um sistema econômico baseado na exportação de bens agrícolas e os produtos usuais: metais preciosos. No entanto, o novo imperialismo trouxe elementos que não figuravam até então no *modus operandus* da relação entre os continentes: o colonialismo de facto.

O novo imperialismo diferiu bastante em relação ao antigo. Enquanto a lógica de dominação territorial durante a Revolução Comercial se limitou mormente ao Hemisfério Ocidental e às ilhas tropicais, os teatros principais do imperialismo a partir de 1870 foram África e Ásia. O imperialismo da época mercantilista orientava-se principalmente no sentido de engrandecer o poder e a riqueza do Estado – acumular ouro nos cofres públicos para que o governo pudesse manter exércitos e equipar suas armadas; o novo imperialismo agia em benefício dos cidadãos ricos da metrópole e suas firmas, proporcionando saída às suas mercadorias e oportunidade de emprego para o capital excedente. Ademais, as matérias-primas mais ardentemente desejadas na primeira onda colonialista eram o ouro, a prata, os produtos agrícolas tropicais e os abastecimentos navais; por sua vez, na segunda corrida colonial havia menos interesse por tais itens, mas sim uma ávida busca por territórios ricos em ferro, cobre, petróleo, manganês e trigo.

Com relação à ocupação populacional, o segundo momento tinha mais marcadamente o objetivo de estabelecer colônias de povoamento, sendo a aquisição de terras vista como uma maneira de abrigar o excesso populacional das metrópoles, bem como assegurar o controle social sobre as regiões ora conquistadas, as quais tinham uma densidade demográfica e organização política mais bem estabelecida em relação àquelas da primeira onda colonial (BURNS, 1955).

Em princípio, os africanos não viam nenhuma necessidade de mudar suas relações seculares com a Europa, pois caso houvesse o interesse dos brancos europeus de impor mudanças pela força e avançar sobre suas terras, eles resistiriam e infligiriam derrotas aos brancos, tal como vinham fazendo nos últimos dois ou três séculos (BOAHEN in UNESCO VII: 7). Contudo, um fato escapava aos africanos e que foi fundamental para a mudança do padrão da relação: em 1880, a segunda revolução industrial na Europa estava em seu ápice, acarretando em grande progresso tecnológico e em implicações diferentes do usual até então. A revolução nas comunicações, transportes, indústrias química e bélica – cujos exemplos principais podem ser a invenção do telégrafo,

do navio a vapor, estradas de ferro, indústrias químicas, técnicas medicinais e a metralhadora Maxim foi maior exemplo – gerou uma demanda por novas matérias-primas. Os europeus que os africanos iriam enfrentar dessa vez eram diferentes: tinham novas ambições políticas, econômicas e tecnologia relativamente avançada. A supremacia militar dos europeus nunca havia sido maior do que no último quartil do século XIX, sendo fator decisivo para determinar a dominação. Em suma, os africanos não vislumbraram que os tempos de livre-cambismo e controle político oficioso cedera lugar ao novo imperialismo e um modelo de competição de monopólios rivais, que buscava a máxima rentabilidade a qualquer custo.

A industrialização, ao alastrar-se por muitos outros países além da Grã-Bretanha, determinou extensa competição por mercados e por novas fontes de matérias-primas. A despeito do problema de encontrar saída para o excesso de produtos manufaturados, o governo da maioria dos países acabou cedendo às pressões dos capitalistas que reclamavam tarifas protetoras e reservas de mercado sob a proteção do Estado. Resultou daí uma produção ainda mais elevada e a conseqüente procura de novas colônias como mercado para escoamento dos produtos que a metrópole não podia consumir. Em tais condições, tornou-se virtualmente impossível a prossecução do regime de livre-câmbio internacional, que parecia tão promissor para a paz e a prosperidade do mundo, alicerce do Concerto Europeu do período.

Começava a erodir as bases do “século de paz” iniciado pelo Congresso de Viena (1815) e baseado na concertação política entre as principais potências. O Concerto Europeu, por meio de uma de suas características de atuação diplomática mais marcantes, resolveu se reunir e organizar uma conferência para tratar da exploração comercial e econômica das empresas de seus países em outras regiões do globo e tentar pacificar a competição dos monopólios rivais, a fim de evitar prováveis conflitos – o que anos depois se mostrou inevitável.

A Conferência de Berlim (1884-1885) foi, então, uma manifestação das potências centrais, por meio de seu usual canal diplomático de concertação, a conferência, a fim de tentar arrefecer atos hostis e organizar a competição entre seus capitalismo e realizou-se em conseqüência direta desses conflitos entre as potências europeias na África. Ao contrário do que usualmente é dito, na conferência, da qual participaram todas as potências europeias e os Estados Unidos, não foi propriamente decidida a partilha da África, e nem tampouco foram estabelecidas as fronteiras entre as colônias.

O objetivo principal foi a manutenção do livre-comércio nas regiões disputadas na bacia do Congo pela Bélgica, França, Grã-Bretanha e Portugal; isso foi decidido ainda no espírito consensual do Concerto Europeu. O que lhe deu relevância histórica, porém, não foram as suas resoluções em relação ao livre-comércio, mas sim as resoluções potencialmente protecionistas. Os participantes decidiram condições mais duras, segundo as quais as aquisições coloniais seriam reconhecidas pelos outros Estados europeus. Por fim, definiu-se o princípio do *utis possidetis*⁹, a chamada ocupação efetiva, como critério-chave de reconhecimento de domínio colonial pelas outras potências europeias. Com isso, a presença mais informal, baseada no mero comércio legítimo, não serviria mais para definir domínio colonial (SARAIVA, 2007:100).

Uma vez definida essa condição, a Conferência de Berlim provocou uma dramática intensificação do *scramble for África*. Em vários acordos, Grã-Bretanha, França e Alemanha definiram, entre 1885 e 1890, as fronteiras exatas das esferas de influência e das colônias: a partilha da África foi finalizada. Além da bacia do Congo e da África Ocidental, o Egito tornou-se um terceiro foco de disputas coloniais entre a França e Inglaterra¹⁰, sobretudo a partir da inauguração do Canal de Suez, em 1869, quando o país tornou-se o enclave crucial do caminho

⁹ *Utis Possidetis*: do latim. Alexandre de Gusmão, diplomata brasileiro ainda no período colonial contribui para inserir tal princípio no direito internacional, quando o mesmo é estabelecido como definidor de fronteiras entre Portugal e Espanha no Tratado de Madri, em 1750. A partir de então, passa a ser balizador em uma série de tratados limítrofes e de ocupação. (Ver mais em GOES FILHO, 2015)

¹⁰ O antagonismo anglo-francês no Egito remete ao período das Guerras Napoleônicas e tem como um dos símbolos a Pedra Roseta, o que demonstra a preocupação com o conhecimento e as riquezas da ancestral cultura egípcia. A Pedra Roseta é um monumento em pedra que traz inscrições em três diferentes línguas e permitiu, finalmente, a tradução da grafia do egípcio antigo; com isso, esperava-se que fosse possível obter acesso às eventuais riquezas dos antigos faraós, bem como, mais palpavelmente, ao conhecimento antigo. Quando os ingleses derrotaram os franceses no Egito, em 1801, fizeram incluir no tratado de guerra a posse da Pedra Roseta, que foi transferida para o Museu Britânico, onde encontra-se exposta até hoje. Cabe ressaltar que o Egito reivindica a sua devolução. Assim como muitas outras obras de arte levadas de seu território original, o objeto é um símbolo da espoliação estrangeira sobre outros povos e atualmente um marco na diplomacia envolvendo o retorno a seus países de origem de objetos culturais e obras de arte extraídos indevidamente ou durante o período de dominação por outros povos.

marítimo para a Índia britânica, passando a ocupar posição estratégica na rede mundial do Império britânico. Para assegurar o Egito e o Rio Nilo estrategicamente, a Grã-Bretanha estendeu seu domínio colonial ao Sudão, Uganda e Quênia. A política mundial inglesa do século XIX definia a Índia como prioridade irrenunciável, cuja proteção, em larga escala, determinava a política colonial no Mediterrâneo, no Egito, no Afeganistão e no sudoeste asiático (SARAIVA, 2007:108).

O quarto foco de atividade colonial da década de 1880 era a África Austral, que experimentava uma inserção no sistema mundial diferente do que ocorria no restante da África. Tendo sido fundada como estação de abastecimento da Companhia Holandesa das Índias Orientais, a colônia do Cabo foi conquistada pelos ingleses no final do século XVIII. Houve uma ocupação mais sistemática do território pelos colonizadores britânicos, que empurravam as fronteiras da colonização cada vez mais para o interior. Com isso, forçou a migração dos colonizadores de origem holandesa (bôeres) para o interior do subcontinente, o que acarretou na fundação pelos bôeres de várias repúblicas independentes e as sucessivas anexações britânicas – e consequentes conflitos – desses territórios desde 1845.

A partir da descoberta de diamantes em 1867 e das maiores jazidas de ouro do mundo em Transvaal – república bôer –, em 1885, a situação da região mudou radicalmente. O ouro como fundamento da economia fez da África do Sul uma colônia de povoamento branco que, sozinha, atraía mais imigrantes brancos do que o resto da África (SARAIVA, 2007:102). A partir da descoberta dos diamantes a Grã-Bretanha empreendeu duas tentativas de tomar o poder no Transvaal. A chamada Guerra dos Bôeres terminou com o triunfo britânico sobre o subimperialismo dos bôeres, afirmando sua hegemonia regional com a declaração de protetorado sobre uma região administrada pelos alemães, bem como sobre outra, contra os portugueses, que tinham pretensões de estabelecer um vasto corredor de domínio entre Moçambique e Angola – a despeito da débil condição ao final do século XIX. O choque entre as potências em razão de seus movimentos imperialistas – dos quais são exemplos as duas crises marroquinas (1905-1906 e 1911) e da projeção sobre a região dos Balcãs, usualmente apontadas como causas da Primeira Guerra mundial – mostra a falência do Concerto Europeu e, por consequência, de um de suas últimas expressões, que foi a Conferência de Berlim.

Certamente, a depressão econômica de 1873 a 1896, a concorrência crescente entre os Estados europeus e o recrudescimento do protecionismo representam fatores que, associado ao nacionalismo

ascendente desde a década de 20 do século XIX, marcaram decisivamente a mentalidade da época. Esses fatores econômicos formam o pano de fundo da segunda onda colonial e do novo imperialismo, sem representar, contudo, sua causa ou motivo exclusivo.

As explicações para a partilha da África na literatura são distintas e variaram ao longo do tempo; concentrou-se, até a década de 1960, nos motivos econômicos – exportação de mercadoria e de capital. Em seguida, ganharam importância as teorias políticas baseadas em estratégias globais, prestígio nacional ou manutenção do equilíbrio europeu como fatores decisivos. Paralelamente, desenvolveram-se tendências para explicar o colonialismo como um fenômeno sustentado pela psicologia e pela mentalidade de massas (atavismo social, darwinismo social) ou como expressão de nacionalismo exacerbado (nacional-imperialismo). As explicações centradas na própria África interpretam a sua partilha como reação à resistência africana contra a penetração comercial e cultural do continente pelo imperialismo informal do livre-comércio desde a abolição do tráfico de escravos (HOPKINS, 1973 *apud* SARAIVA, 2007: 109).

No presente trabalho crê-se que nenhuma das explicações monocausais são convincentes o suficiente para justificar isoladamente o fenômeno e suas consequências. Consoante o arcabouço teórico utilizado, as explicações são estruturais da formação do moderno sistema-mundo, que envolvem quesitos econômicos, político-territoriais, socioculturais e demográficos. Em suma, a devida explanação deve situar o fenômeno em uma abordagem holística, de modo a evitar, inclusive, a minimização do papel dos povos subjugados nesse processo.

A reação dos africanos às ameaças externas foi muito diversificada e tributária da situação. O leque de reações estendeu-se desde abertas colaborações com os europeus a prolongadas resistências armadas. Alguns povos tentaram usar meios diplomáticos contra a ameaça imperialista; outros tentaram manipular a competição das potências europeias e locais (como os bôeres) para ganhar concessões e mais autonomia. A reação aos europeus dependia igualmente das tensões e dos conflitos sociais e políticos nas sociedades africanas e entre elas. Muitas vezes, o expansionismo de sociedades fortes contra os seus vizinhos levou estes a colaborar com os europeus. Em geral, a luta anticolonial era fragmentada e raramente ela conseguiu superar as divisões que marcaram a política pré-colonial africana.

Contudo, o papel de resistência africana deve ser valorizado, salientando que destarte a grande superioridade militar europeia, a estabilização e o processo de “pacificação colonial” de muitos desses

territórios alongou-se até o início do século XX, arrastando-se em alguns casos, como o de Angola, até a década de 1920, e, no caso como do Marrocos, até 1933. O reino da Etiópia pode ser o exemplo mais notável ao afastar o perigo da colonização vencendo a Itália na batalha de Adoua, em 1896, graças às volumosas compras de armamento moderno pela casa real etíope e ao alto grau de coesão militar do reino.

Este período selou o “destino manifesto” de portas dos fundos para o ingresso da região africana no sistema-mundo europeu, o qual finalmente tornava-se mundial neste período. A partir daí, sobretudo a partir da década de 1930, iniciam-se os primeiros movimentos independentistas, que só começam a ter eco realmente com o fim da Segunda Guerra mundial, especialmente nas décadas de 1950-60 e até 1970.

Destarte a importância dos movimentos de descolonização, não será dado foco especial a esse período, uma vez que não são o objeto de estudo do trabalho. Contudo, pode-se dizer que, de um modo geral, não representaram nenhuma inovação com relação à posição de muitos dos países da região no sistema internacional. Ao contrário, a emancipação alçou muitos num período de instabilidade profunda, incipiente produção econômica e atraso tecnológico, acentuando o grau de vulnerabilidade social e a discrepância em relação às economias do núcleo orgânico.

2.2. – A África no sistema-mundo contemporâneo: da luta contra a “quartelização” das décadas perdidas (1980-90) à integração no capitalismo global do século XXI.

A instabilidade política no período de independência e pós-independência, ocasionada por uma endemia de sangrentos conflitos por grupos rivais em busca de territórios, riquezas e projeção em vários países, solapou o continente africano, em especial a África subsaariana, numa crise generalizada.

A situação foi agravada em larga medida pelo contexto sistêmico de escassez de recursos oriundos da crise de hegemonia dos EUA dos anos 1970, que fez com que esse país, para tentar resolver seus problemas de legitimidade política e de crise de lucratividade¹¹,

¹¹ Sucintamente, a crise de legitimidade relacionou-se com o custo social e econômico oriundo da política de coação para conter o comunismo no terceiro

promovesse uma virada em sua política econômica mais ampla, através da política de elevação dos juros, que redirecionou os fluxos de capitais para os Estados Unidos, em detrimento de algumas das regiões periféricas.

O colapso africano “foi parte integrante de uma grande mudança da irregularidade inter-regional do desempenho econômico do Terceiro Mundo. Nesse período, desenvolveu-se uma forte bifurcação entre o desempenho em queda da África subsaariana, da América Latina e, do outro lado, o desempenho em ascensão da Ásia oriental e meridional” (ARRIGHI, 2006: 41). Em 1975, o PNB regional per capita da África subsaariana foi de 17,6% do PNB per capita mundial; em 1999, caíra para 10,5%. No caso da América Latina, o PNB per capita representava 71% do PNB mundial per capita no ano de 1960, no ano de 1999 representava 60%. Já no primeiro mundo, para as mesmas datas, o PNB per capita passou de 359% em relação ao PNB per capita mundial para 486% (ARRIGHI, 2002).

Enquanto uma economia global e dinâmica se instaurava em boa parte do mundo a partir do final dos anos 1970, a África Subsaariana experimentava um processo de significativa deterioração de sua posição relativa no comércio, investimentos, produção e consumo em relação a todas as demais áreas do globo. Ao fazer uma abordagem histórica, Castells (1999) expõe que entre 1870 e 1970, durante a incorporação da África à economia capitalista, “[...] as exportações africanas tiveram crescimento acelerado, com sucessivos aumentos da participação no total de exportações dos países em desenvolvimento” (p. 108). Contudo, a década de 1980 marcou uma reversão nessa tendência, já que “[...] em 1950 a África respondia por mais de 3% das exportações mundiais; em 1990, contudo, apenas por cerca de 1,1%” (idem, *ibidem*). Além disso, as exportações africanas mantiveram-se restritas a *commodities* primárias, como menciona Castells e, dada a fragilidade dos mercados internos, a industrialização por substituição de importações e a produção agrícola para os mercados internos também não se sustentaram: “entre 1965 e 1989, o índice do valor agregado total de bens industrializados em relação ao PIB não passou de 11%, comparado a um aumento de 20% a

mundo, exemplificada principalmente pelo fracasso na Guerra do Vietnã. A crise de lucratividade relacionou-se, principalmente, à maior pressão competitiva sobre as empresas em geral, por conta da própria entrada de competidores (empresas japonesas e europeias, principalmente alemãs) na disputa pelos mercados globais. Para detalhes, ver Arrighi (2006).

30% verificado em todos os países em desenvolvimento” (CASTELLS, 1999:110).

Para esse autor, tais condições levaram a maioria das economias africanas à dependência da ajuda internacional e dos empréstimos externos. Em números, isso significou para a África 30% do montante destinado ao auxílio financeiro no mundo todo, enquanto a dívida externa total saltou de 30,6% em 1980 para 78,7% em 1994 (em termos de porcentagem de PIB). Nota-se também que, paralelamente, o investimento externo direto na região foi praticamente irrisório. Assim, “[...] cientes da impossibilidade de a África saldar a dívida, os credores do governo e as instituições internacionais valeram-se dessa dependência financeira para impor políticas de ajuste sobre os países africanos, exigindo subserviência em troca do perdão parcial da dívida ou de sua renegociação” (CASTELLS, 1999:113). Por isso, as décadas de 1980 e 1990 marcaram a “marginalização da África na economia global”, ou o que alguns convencionaram chamar de “A tragédia africana”.

O fato é que o processo de financeirização caminha *paripassu* com a “Era da Informação”. A financeirização tornou-se o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo e, como padrão de riqueza, estabelece contornos paradoxais e perversos à dinâmica do sistema. Os estrangulamentos ao produtivismo nesse padrão de riqueza induzem a uma problematização do desenvolvimento em bases produtivas, entendida como uma limitação ao amplo e generalizado crescimento com inovações tecnológicas que seja difundível homoganeamente por setores e países. Ademais, sinaliza um movimento desequilibrador da divisão internacional do trabalho e disparidades crescentes de renda, riqueza e de sociabilidade entre as áreas.

"A valorização e a concorrência operam sob a dominância da lógica financeira (...) não se trata mais do que os capitais se utilizem da intermediação financeira para um processo de produção que é o meio de valorização (...) buscam valorizar-se simultaneamente através do processo da renda (vinculado diretamente à produção) e do processo de capitalização (...) formam (...) a partir de suas “microestratégias” de valorização do capital próprio, uma macroestrutura financeira” (BRAGA, 1985:374-375).

A financeirização passa a ter importante papel à medida que “a instituição Mercado” é capaz de impor as condições do jogo e fragilizar governos no que concerne à proteção de seus interesses nacionais e de seus indivíduos. É nesse sentido que as regiões mais periféricas demonstram mais nitidamente sua fragilidade e impotência.

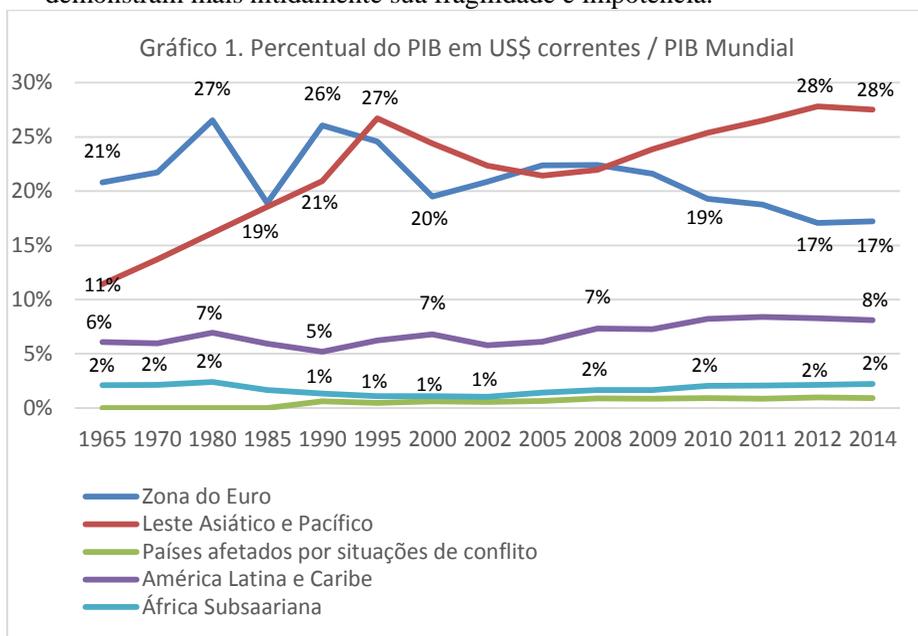


Gráfico 1. Percentual do PIB em US\$ correntes em relação ao PIB Mundial em uma série de 1965 a 2014. Elaboração do autor a partir da base de dados *World Development Indicators* 2015 do Banco Mundial (databank.worldbank.org). No apêndice encontram-se os dados que deram origem ao gráfico 1.

Como se pode ver no gráfico 1, o PIB da região da África subsaariana reduz-se pela metade em proporção ao PIB mundial a partir de 1980, de 2% para 1%. A mesma perda de relevância econômica atinge a América Latina no período, de 7% para 5%. Muito embora venha sendo bastante comemorado o “ressurgimento africano” no século XXI, como será mais bem abordado em seguida, pode-se observar que, na verdade, o que ocorre é uma recuperação dessa região a patamares semelhantes aos quais ela já estava antes das “décadas perdidas”. Desse modo, na *longue durée*, estruturalmente, os países abaixo do Saara têm adquirido o mesmo grau de relevância de 30 anos atrás. Pode-se afirmar categoricamente, corroborado pelos dados, que a intensificação da

globalização e seus efeitos colaterais de exclusão social, a financeirização e as medidas liberalizantes orquestradas pelos países centrais e as instituições de crédito por eles amparadas têm um nexo causal direto com esse atraso.

Esses elementos subsidiam a argumentação de Castells com relação ao surgimento do “Quarto Mundo” a partir da intensificação da globalização e o advento do que ele chama de “Era da Informação”, sendo a África subsaariana o principal exemplo. A “quartelização” de zonas/regiões do globo seria fruto da acentuada exclusão dessas regiões com relação aos padrões estabelecidos nas zonas centrais (núcleo orgânico) não apenas econômicos, mas, sobretudo sociais. A “marginalização” da África na Economia Mundial a partir do final dos anos 1970 é mostrada por diversos indicadores: queda da produção industrial – verificado por seu componente no PIB –, queda da participação do comércio global, PIB per capita, volume de IEDs recebidos, mortalidade infantil, alfabetização e escolaridade e etc.

A revolução tecnológica com base na informação transformou o modo de pensar, produzir, de consumir, negociar, de administrar, comunicar, de viver, de morrer, de fazer guerra; enfim, alterações estruturalmente a maior parte dos processos de interação entre o ser humano; dos mais simples aos mais complexos. Constitui-se uma economia global dinâmica no planeta, ligando pessoas e atividades importantes de todo o mundo e, ao mesmo tempo, desconectando das redes de poder e riqueza as pessoas e os territórios considerados não pertinentes sob a perspectiva dos interesses dominantes. Uma cultura de virtualidade rela, construída em torno de um universo audiovisual cada vez mais interativo, permeou a representação mental e a comunicação em todos os lugares, integrando a diversidade de culturas e uma complexa rede eletrônica. O espaço e o tempo, bases materiais da experiência humana, foram transformados à medida que o espaço de fluxos passou a dominar o espaço de lugares, e o tempo intemporal passou a substituir o tempo cronológico da era industrial (CASTELLS, 1999: prefácio).

A internet, que talvez possa ser considerada o símbolo máximo da revolução tecnológica e da “Era da Informação” contemporânea, pode ser mais um bom indicador para mostrar a estratificação no sistema internacional. Como mostra a tabela 1, a África, por exemplo, a despeito de ter aproximadamente 16% da população mundial, tem índices bastante inferiores com relação à utilização e à penetração da internet em sua população, mesmo em números absolutos. Porém, no intervalo de 2000 a 2014 foi a região que mais apresentou crescimento no acesso

e utilização da internet, quase 7000%! Não coincidentemente, a posição entre as regiões no sistema internacional contemporâneo assemelham-se ao grau de acesso/uso da internet em sua população, o que está atrelado também ao grau de assimilação de inovação tecnológica por parte dessas regiões.

| USO DA INTERNET E ESTATÍSTICA POR POPULAÇÃO | | | | | | |
|--|-------------------------------------|--|------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| Estimativas de 31 de Dezembro, 2014 | | | | | | |
| Regiões Mundiais | População Estimativa em 2015 | Usuários Internet em 31/12/2000 | Usuários de Internet atuais | Penetração (% da População) | Crescimento de 2000 - 2015 | % Usuários da tabela |
| África | 1,158,353,014 | 4,514,400 | 318,633,889 | 27.5 % | 6,958.2 % | 10.3 % |
| Ásia | 4,032,654,624 | 114,304,000 | 1,405,121,036 | 34.8 % | 1,129.3 % | 45.6 % |
| Europa | 827,566,464 | 105,096,093 | 582,441,059 | 70.4 % | 454.2 % | 18.9 % |
| Oriente Médio | 236,137,235 | 3,284,800 | 113,609,510 | 48.1 % | 3,358.6 % | 3.7 % |
| América do Norte | 357,172,209 | 108,096,800 | 310,322,257 | 86.9 % | 187.1 % | 10.1 % |
| América Latina e Caribe | 615,583,127 | 18,068,919 | 322,422,164 | 52.4 % | 1,684.4 % | 10.5 % |
| Oceania / Austrália | 37,157,120 | 7,620,480 | 26,789,942 | 72.1 % | 251.6 % | 0.9 % |
| TOTAL MUNDO | 7,264,623,793 | 360,985,492 | 3,079,339,857 | 42.4 % | 753.0 % | 100.0 % |

Tabela 1. Uso da Internet por região e estatística populacional. Para ver mais sobre discussão do uso da internet por regiões em LUCERO, 2011. Fonte: Internet World Stats – www.internetworldstats/stats.htm

De acordo com a lógica dominante do espaço de fluxos, áreas consideradas sem valor na perspectiva do capitalismo informacional e que não sejam objeto de interesse político significativo a qualquer tipo de poder são ignoradas pelos fluxos de riqueza e de informação e, em última análise, privadas da infraestrutura tecnológica básica que nos permite comunicar, inovar, produzir, consumir e, de um modo geral, viver no mundo de hoje (CASTELLS, 1999); assim, a África foi, em larga medida, deliberadamente, alijada do processo de participar do mundo contemporâneo, recebendo a alcunha de “a última fronteira do capitalismo global”. Este alijamento acarretou um processo de exclusão que atrelado à insuficiência de políticas de integração social deram ares catastróficos ao que já não era positivo; Castells passa a chamar de integração perversa este processo fundamental que caracteriza certas

formas específicas de produção no capitalismo informacional. Uma argumentação muito similar a do geógrafo baiano Milton Santos ao caracterizar a lógica de integração do capitalismo contemporâneo: uma globalização perversa (SANTOS, 2001).

A Era da informação é marcada por uma conexão entre a globalização e a enorme e assustadoramente crescente capacidade da espécie humana em mudar o planeta e o padrão de relação por meio da tecnologia e da atividade econômica (HOBSBAWN, 2008: *preface*). Essa alteração da noção de espaço e do tempo agravou a distância entre as zonas periféricas e centrais. A velocidade da informação, do padrão de conhecimento e de como a acumulação de riqueza se dá acarretou uma necessidade de adaptação por parte das regiões, o que obviamente tendeu a acontecer de forma mais morosa pelas periferias do sistema. Isso corrobora para afirmações que taxam a África subsaariana como a “última fronteira do capitalismo contemporâneo”. E essa “barreira” ao capitalismo contemporâneo foi uma faca de dois gomos: não apenas pela alteração de condição sistêmica e por imposição dos países centrais, mas também pela ausência de condições políticas e infraestrutura para assimilar as mudanças sistêmicas de forma mais céleres.

A despeito da força dos argumentos sistêmicos e do peso da estrutura sobre as unidades na análise apresentada, faz-se questão de mencionar que as unidades não deixam de ter relevância ímpar. Há também elementos endógenos que contribuem para a região subsaariana ser solapada à categoria de “quarto mundo” nas últimas duas décadas do século XX. Para Paul Collier, três seriam os argumentos principais: um meio institucional pouco confiável; falta de infraestrutura de produção e comunicações, bem como capital humano; e políticas econômicas incorretas, que prejudicam investimentos e as exportações por causa de empresas locais favorecidas por suas “boas relações” com a burocracia estatal (COLLIER apud CASTELLS, 1999: 116). De um modo geral, a África seria uma “empresa” arriscada, capaz de desencorajar até mesmo os mais ousados. Sem condições de competir na nova economia global, a maioria dos países africanos concentrou-se em seus mercados internos de pequeno porte, que são desprovidos de capital tecnológico agregado e incapazes de constituir bases para a acumulação de capital endógeno.

Contudo, o contexto atual apresenta mudanças, pouco mais de meio século após a primeira independência africana – completou-se, em 2007, o meio século da independência da Costa do Ouro (Gana de hoje), a primeira da África negra, liderada por N’krumah, em 1957 – e após cinquenta anos de criação da OUA, hoje UA, ocorridas em 2013. Sobre tudo a partir do início do século XXI, a situação começou a mudar.

A estabilidade política de vários desses países e suas riquezas naturais, atreladas à demanda avassaladora dos países em desenvolvimento por produtos primários – *commodities* de um modo geral -, fomentou o surgimento de diversas oportunidades comerciais.

A África vem superando o drama histórico das guerras internas. O número de países africanos com conflitos armados internos caiu de treze para cinco, nos últimos dez anos. Os conflitos na África foram chaga da história recente com impacto econômico incontestável, como demonstra relatório conjunto das organizações não governamentais Oxfam, Iansã e Saferwood, publicados recentemente (IANSA; OXFAM; SAFERWOOD, 2007). O relatório informa que cerca de US\$ 284 bilhões foi o custo para o desenvolvimento do continente causado pelos 25 conflitos armados internos entre 1990 e 2005; isso representou uma perda anual de 15% do PIB e uma perda média de US\$18 bilhões¹². O curioso é que essa soma corresponde aproximadamente ao valor de toda a ajuda financeira internacional recebida pela África no mesmo período (SARAIVA, 2015: 29). A redução dramática dos mesmos faz pensar, ainda que ingenuamente, que os recursos utilizados para abastecê-los podem, enfim ser dirigidos ao desenvolvimento do continente.

A região representa quase um quarto da superfície do planeta (22, 5% das terras do globo), com 30 milhões de quilômetros quadrados. A inferiorização costumeira com que a África é abordada – inclusive na Academia – parece tirar um pouco sua dimensão, o que facilmente é contestado com a expressividade desses números. A despeito de tais conflitos e das condições sociais em níveis muito aquém do aceitável – acarretando em alta taxa de mortalidade –, a região possui uma tendência de crescimento populacional enorme, graças à alta taxa de fecundidade – que é de 4,7 crianças por mulher. Isso garante uma taxa de crescimento populacional anual à África de 2,55%, concentrando 16% da população mundial ou quase 1,2 bilhão de pessoas. Ocorre que esse número deverá subir para cerca de 1,7 bilhões em 2030 e dobrar até 2050, passando a estimar 2,5 bilhões de pessoas ou 25% da população mundial nessa data¹³.

¹² Dolar a preços constantes de 2000. Dados publicados no relatório *Africa's Missing Billions*, Outubro de 2007, das ONGs Iansã, Oxfam e Saferwood, que pode ser obtido através do link <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/africas%20missing%20bils.pdf>

¹³ Dados obtidos no *World Population Prospect: The 2015 Revision*, da Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU.

Os países da África subsaariana serão especialmente responsáveis por essa mudança; a Nigéria, por exemplo, ultrapassará os EUA. Entre 2015 e 2100, é esperado que 33 países da região – muitos deles considerados menos desenvolvidos LDCs¹⁴ - ao menos tripliquem sua população. Dentre eles, populações de Angola, Burundi, Malawi, Mali, Níger, República Democrática do Congo, Somália, Tanzânia e Uganda têm uma projeção de crescimento para 2100 de pelo menos cinco vezes (WPP, 2015: 4). Isso naturalmente gera a uma enorme pressão por acomodação dessa população através da criação de estruturas econômicas e sociais.

Senhora de recursos minerais globais, a África é fonte de cobiça por 66% do diamante do mundo, 58% do ouro, 45% do cobalto, 17% do manganês, 15% da bauxita, 15% do zinco e de 10% a 15% do petróleo. São aproximadamente trinta os recursos minerais do mundo que a África guarda em seu subsolo. Mas só participa de 2% do comércio mundial e possui apenas 1% da produção industrial global (SARAIVA, 2015:36).

Adaptações macroeconômicas à globalização moveram as economias de todo o continente para equilíbrios na área da gestão dos negócios dos Estados. Saudáveis vêm sendo as inflações médias do continente africano, contidas na faixa de 6% desde 2003. As exportações avançam na proporção de 43% a 45% do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos. Na média da África negra, os investimentos internos equivalem a 19,4% do PIB, percentual maior que o do Brasil nos dias de hoje, embora seja ainda considerado baixo para a sustentabilidade do crescimento econômico. As expectativas para 2015 e anos seguintes são alentadoras, a seguir a métrica, segundo as casas mundiais de *ratings* e de investimentos globais.

Cresce a África, no que tange ao crescimento anual do PIB, mais que a Europa e as Américas, particularmente depois da crise de 2008. Reformas econômicas liberalizantes, redução de vulnerabilidades externas geradas por saldos exportadores e crescente atração de investimentos externos diretos são fatos, entre outros, celebrados como de sinalização de sustentabilidade econômica pelos africanos e ainda surpreendem os elaboradores dos relatórios das agências internacionais, como o FMI e o Banco Mundial (SARAIVA, 2015).

Os esforços para normalizar e trazer estabilidade política à região são uma perene preocupação para os organismos internacionais. A Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA)¹⁵

¹⁴ Sigla para *Least Developed Countries* (LDCs)

¹⁵ Sigla para *United Nations Economic Commission for Africa*.

estima que os países africanos percam cerca de US\$148 bilhões por ano em razão da corrupção¹⁶, por exemplo. O monitoramento da corrupção por parte da UNECA visa fortalecer a governança institucional e também os valores democráticos por trás. Contribuir para o fortalecimento das instituições torna-se imperativo num continente em que elas mal tiveram condições de se impor. O fluxo de financiamento de atividades ilícitas na África é maior do que o fluxo da receita de ajuda oficial para o desenvolvimento (AOD) combinado. A UNECA estima que o fluxo anual de financiamento de ilícitos apenas através de atividades de desvio de comércio é cerca de US\$ 60 bilhões, tendo crescido a uma taxa real de 32,5% na década entre 2000 e 2009¹⁷. Essa estimativa é bastante superior a de outras regiões em desenvolvimento e, por isso, a organização elenca as atividades de ilícitos financeiros como uma ameaça séria ao crescimento do continente e ao desenvolvimento.

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional¹⁸, a África cresce entre 5 a 8% ao ano desde 2002; durante o período de 2004 a 2007 manteve um crescimento médio de 7% ao ano. Em 2014, seu crescimento foi de pouco mais de 5%, enquanto a média mundial foi de 3%, dos países em desenvolvimento de 4% e o Brasil de próximo a 1%. Atores internacionais de toda ordem, cada vez menos as organizações não governamentais humanitárias dos países ricos e cada vez mais atores econômicos e estratégicos globais querem dividir, com os africanos, balanços e projeções que já se preparam no seio dos institutos africanos e mundiais acerca da última fronteira territorial da internacionalização econômica do capitalismo. Esses atores internacionais têm sido seduzidos por boas oportunidades, que não estão isoladas e são parte de uma estratégia concertada de atração do capital estrangeiro, sendo a NEPAD e os corredores agrícolas dois exemplos oportunos a ser considerados.

2.2.1 – The New Partnership for Africa’s Development (NEPAD)

¹⁶ Acessado em 25/06/15, às 20:25 <http://www.uneca.org/stories/corruption-public-procurement-case-infrastructure-africa>

¹⁷ Acessado em 25/06/2015, às 20:20, no sítio eletrônico do Fórum Econômico Mundial: https://agenda.weforum.org/2014/12/how-corruption-is-stifling-africas-growth/?utm_content=buffer10999&utm_medium=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=buffer

¹⁸ Dados extraídos do Relatório *World Economic Outlook Database*, versão de Outubro de 2014.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África é um documento oficial adotado pelos chefes de Estados africanos, em outubro de 2001, em Abuja, capital da Nigéria. O ponto central do texto de Abuja apresenta seus objetivos como uma promessa feita pelos dirigentes africanos, fundada sobre uma visão comum, assim como uma convicção firme e dividida, que tem como missão urgente a erradicação da pobreza, a colocação dos países africanos, individual e coletivamente, no caminho de um crescimento e de um desenvolvimento duradouros, participando ativamente na economia e na vida mundial. Ficou enraizada na determinação dos africanos a ideia de trabalhar firme, para erradicar os males do subdesenvolvimento e da exclusão de um planeta em curso de mundialização. Essa percepção já vinha sendo matizada no pensamento de vários intelectuais africanos.

A NEPAD não é uma organização, e sim uma iniciativa com estrutura de direção, composta de um Comitê de concretização, com vinte chefes de Estado e de Governo, um Comitê de Pilotagem, com os representantes dos países fundadores e um secretariado. Portanto, sem personalidade jurídica de direito público, embora haja um mínimo grau de institucionalização. A alta autoridade do processo de instituição da NEPAD é a Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da UA e, desde 2002, o comitê de concretização assume um papel de coordenação em sua qualidade de "subcomitê" da Cúpula. Ademais, não estabelece direitos e obrigações mútuas entre as partes; não gera norma que obrigue as partes signatárias. Os Chefes de Estados e Governos assinaram o compromisso de desenvolver a África, de combater os problemas cruciais como a pobreza e a miséria, o desarmamento, e a proteção do meio-ambiente. Dessa forma, a Declaração pode ser classificada como *gentlemen's agréments*¹⁹. A relevância e o caráter urgente das metas definidas pela Nova Parceria para o desenvolvimento da África transcendem a classificação de simples compromisso de cavalheiros porque envolve questões importantes voltadas para os desafios da humanidade: fome, pobreza, miséria, mortalidade infantil, AIDS, meio-ambiente, educação, desarmamento, etc.

¹⁹ *Gentlemen's agreement* é uma figura jurídica no Direito Internacional, muito comum antigamente. Na prática, são acordos de cavalheiros, regulados por normas de conteúdo moral, cujo respeito repousa sobre a "honra". Concluídos entre Chefes de Estados ou de Governo, e estabelecendo uma linha política a ser adotada entre as partes [...] tais acordos têm por objetivo enunciar a política que seus signatários pretendem seguir, tornando-se, para eles, um compromisso de honra. Ver mais em REZEK, 2011.

Os líderes africanos têm avocado a responsabilidade de coordenar e liderar as iniciativas de desenvolvimento econômico em curso na África, diferentemente de outras ocasiões. A interpretação que perpassa a iniciativa é de que o desenvolvimento depende ao mesmo tempo de iniciativa própria e da parceria com os outros: sem nenhuma dúvida, o desenvolvimento da África é, antes de qualquer coisa, de responsabilidade dos próprios africanos. Muito tem se discutido acerca do posicionamento desses líderes perante as oportunidades externas surgidas no século XXI. A NEPAD, nesse sentido, fez uma leitura bastante pragmática do continente:

“A África pós-colonial herdou Estados fracos e economia disfuncionais que foram agravados ainda por uma liderança fraca, pela corrupção e má governança em muitos países. Esses dois fatores, conjugados às divisões causadas pela Guerra Fria, minaram o desenvolvimento de governos responsáveis em todo o continente” (NEPAD, parágrafo 21 do documento oficial).

Com efeito, a África quer, hoje, retomar em mãos seu próprio destino, bem como a iniciativa da reflexão sobre o desenvolvimento, depois de ter sido, durante muitos anos, uma consumidora de ideias importadas do exterior, como reconhecido no próprio documento de criação da NEPAD. No quadro da reforma da Organização da Unidade Africana (OUA), a NEPAD foi criada para resolver os desafios da mundialização e do século XXI. A unidade dos países africanos, como provam as diferentes teses pan-africanistas, permitirá juntar suas riquezas minerais e agrícolas, suas experiências intelectuais, a fim de criar um *"front commun africain"*, que permite impor-se na comunidade internacional (DIALLO, 2008).

Para tornar operacionais os objetivos da UA, a NEPAD tornou-se, em 2001, um programa de desenvolvimento socioeconômico. Ela fixa para a África objetivos ambiciosos: realizar uma taxa de crescimento médio anual de 7% do PIB e fazer com que o continente alcançasse os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (OMD), até 2015. Ela identifica três condições preliminares essenciais ao desenvolvimento da África: assegurar a paz, a segurança e o respeito da democracia, da boa governança política e dos direitos do homem, promover a boa-governança econômica e das empresas; escolher a região como quadro de desenvolvimento da África. Embora os valores embutidos na

abordagem sejam os valores de boa governança como fortalecimento da democracia representativa, cuja difusão é largamente sustentada e apoiada pelos países do ocidente, o que obviamente transparece nas ações de organismos e agências das Nações Unidas, cabe ressaltar que foi sua estipulação partiu dos próprios africanos. De qualquer maneira, não se pretende aqui, porém, fazer juízo de valor acerca da concepção de boa governança.

Para realizar seus objetivos, a NEPAD requer a mobilização de 64 bilhões de dólares por ano, ou seja, 12% do PIB do continente. Com recursos internos insuficientes, ela pressupõe um financiamento externo público e privado, e recomenda um melhor acesso das exportações africanas aos mercados ocidentais, exigindo então uma nova parceria com o mundo desenvolvido. Assim, por um curto termo, ela conta com os meios clássicos, mas “aprimorados”, do desenvolvimento: uma acentuada ajuda pública ao desenvolvimento e uma diminuição mais rápida da dívida. Para reduzir a dependência à ajuda, ela privilegia o investimento estrangeiro direto como uma fonte de financiamento complementar a longo termo (DIALLO, 2008). Durante muito tempo percebido como uma expressão do neocolonialismo, este é hoje um dos principais pilares da NEPAD, a qual busca fazer do continente uma zona atrativa para os investidores africanos e estrangeiros.

2.2.3 – Os corredores agrícolas

O conceito de Corredores Agrícolas africanos²⁰ emergiu no Fórum Econômico Mundial de Davos e prontamente recebeu apoio de diversas empresas e governos estrangeiros. São descritos como oportunidades de investimentos, especialmente para pequenos produtores, mas são efetivamente muito mais vantajosos às grandes corporações e instituições com relações com os governos. Além do Fórum Econômico Mundial, a ideia recebeu apoio de instituições dos grupos das maiores economias (G8 e o G20), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial.

A ideia primordial do conceito é a conversão de milhares de hectares de solo para agricultura em escala industrial voltada para o comércio exterior, por meio da construção de infraestrutura (rodovias, ferroviárias, irrigação, celeiros e armazéns, portos e etc.) e dirigidas por

²⁰ O conceito é “*African Agricultural Growth Corridors*”

companhias privadas. Visa abarcar áreas da África com potencial agricultável cujo referido potencial, alegadamente, não tem sido atingido e necessita de otimização. De modo geral, as populações que habitam essas regiões em sua grande maioria ainda vivem da agricultura de subsistência. As áreas identificadas para esse propósito em sua maioria ocupam o sudeste africano, nos países de Moçambique e Tanzânia, com fornecimento de água abundante e solo fértil, bem como florestas e minerais. A região do Corredor de Nacala, onde o Brasil desenvolve um de seus maiores projetos de Cooperação Sul-Sul, o ProSavana, é um exemplo.

O objetivo dos projetos relacionados aos corredores é estabelecer infraestrutura específica para atrair investimentos e facilitar o desenvolvimento da agricultura comercial, gerando “desenvolvimento” para as regiões. No entanto, várias contradições têm sido apontadas, sobretudo por movimentos sociais das regiões. Um dos grandes pressupostos do programa seria garantir a segurança alimentar através da oferta de mais alimentos. Contudo, é de se questionar de que forma monoculturas exportadoras podem contribuir, de forma direta, para o problema da segurança alimentar. Nesse sentido, várias críticas salientam a questão da apropriação territorial por parte de empresas estrangeiras, apoiadas pelo grande capital e seus respectivos países, em prol de aproveitarem-se das riquezas naturais africanas, ensejando a interpretação de dominação por espoliação de David Harvey (HARVEY, 2004)²¹.

Muito embora não seja objetivo do presente trabalho, a questão social é elemento a ser bastante discutido frente às propostas de “desenvolvimento” ofertadas aos africanos, bem como as gestadas por eles mesmos. É de se pesar, aliás, que os interesses da maior parte da população usualmente não convergem com os interesses das elites dirigentes, e a capacidade de percepção por parte dessas elites costuma estar comprometida com seu interesse de manter-se no poder, e não promover as ações e reformas necessárias para o desenvolvimento efetivo da região e melhoria das condições de vida de sua população. Esses interesses diversos levam à interpretação de quebra do compromisso de classes, que têm como consequência instabilidade política e eventualmente conflitos militares.

²¹ Sobre o tema da apropriação de terras agrícolas sob alegação de investimento externo direto para o desenvolvimento, sobretudo a partir de países também em desenvolvimento, ver mais em FLYNN, 2007; FERRANDO, 2013; CHICHAVA, 2013; FREITAS 2014.

2.3 – Conclusão

Por fim, de um modo geral, o continente africano assiste uma transição positiva para um novo patamar de inserção internacional neste início de século XXI. Atores internacionais de toda ordem – em que pese o crescente interesse de atores globais econômicos e comerciais em detrimento das quase exclusivas organizações internacionais humanitárias de outrora têm se projetado para a região. Consoante Saraiva (2015), pode-se observar a elevação do *status* da África no nascer do século XXI em três linhas gerais, a saber:

- Avanço gradual dos processos de democratização dos regimes políticos e contenção dos conflitos armados;
- Crescimento econômico associado a *performances* macroeconômicas satisfatórias e alicerçado na responsabilidade fiscal e na preocupação social;
- Elevação da autoconfiança das elites por meio de novas formas de renascimentos culturais e políticos.

O “continente esquecido” e assolado por tragédias, tido como a “última fronteira do capitalismo global” passa a ser alvo do interesse de várias nações. O “renascimento africano” coloca aquele continente na berlinda da cena internacional contemporânea. A carência de infraestrutura começa a ser suprida por um volume crescente de investimentos estrangeiros diretos. Reformas econômicas liberalizantes e redução de vulnerabilidades externas geradas por saldos exportadores e crescente atração de investimentos externos diretos são fatos, entre outros, celebrados como de sinalização de sustentabilidade econômica pelos africanos.

Os processos que acumulam e concentram o capital também produzem cidades e, por consequência, fomentam o crescimento de regiões. Na medida em que a sobrevivência das famílias depende da presença do capital através do emprego, do investimento, da redistribuição ou de qualquer outro vínculo forte, a distribuição da população acompanha a do capital. “Entretanto, às vezes o capital também segue o trabalho barato; a relação é recíproca” (TILLY, 1996:65).

Esse é um dos elementos que baseiam a perspectiva ora apresentada que elenca a África como um provável “*hot spot*” de projeção e disputa entre as potências centrais e semiperiféricas em busca de espaço por matérias-primas, mercados e proletários baratos. O estrondoso crescimento populacional em curso na África – tendência

perene para as próximas décadas – possibilita a formação de um exército laboral de reserva, carente de oportunidades na mesma proporção de seu crescimento e, assim, nas condições mais desejadas pelo capital transnacional do século XXI: vulnerabilidade social agravada pela baixa capacidade de mobilização institucional para fazer frente às situações de exploração em demasia. A África possui dois grandes ativos valiosos para os grandes capitalistas do século XXI: fornecedor abundante de matérias-primas, através de suas riquezas minerais, naturais e terras; e um exército populacional, vulnerável socialmente e em busca de oportunidades “pronto pra ser explorado”.

O capitalismo enquanto sistema sobrevive de sua reinvenção. Quando há o esgotamento de seu modelo em determinada região, ou se altera a essência do lócus da produção – comercial, produtivo, financeiro, sem se esquecer da lição de Braudel: todos os lócus sempre estão presentes, apenas em determinado período um se torna majoritário –; ou migra para regiões em que o esgotamento está longe e oferece amplas oportunidades de exploração. Esse movimento ocorreu a partir do final da década de 1960 e sobretudo na década de 1970 para a Ásia, que oferecia, ressalvadas as devidas proporções, condições semelhantes no que tange à reserva de mão de obra. O mesmo destino deverá estar reservado à África. À medida que esses outros “bolsões” de condições favoráveis ao grande capital forem se esgotando (como Ásia e Leste Europeu a partir do desmantelamento do império soviético), a tendência é que ele migre para regiões que ofereçam melhores condições de espoliação; nesse sentido, a África surge como destino imediato, para o bem ou para o mal.

A marginalidade usualmente atribuída à África e eventualmente reproduzida nesse trabalho é, portanto, relativa. Ao passo que os principais indicadores, sobretudo econômicos, ainda mostram a África como um continente com pouca relevância no cenário internacional de acumulação de riqueza, poder e conhecimento, ela está no centro de uma concorrência fortíssima de interesses e interessados de várias partes do globo. Há uma África em crescente internacionalização e nada marginal nesse sentido. O protagonismo das lideranças africanas na gestão dessas iniciativas também deve ser comemorado, pois, como interpretação decorrente das citações elencadas no começo do capítulo, o destino africano deve ser pensado, gerido e executado por seus próprios nacionais a fim de que finalmente “as doenças matem menos que os remédios”.

O continente “berço da humanidade” torna-se uma zona de disputa e um estudo de caso valioso para buscar compreender vestígios

de alteração da ordem internacional, como proposto por alguns teóricos. No que concerne à disputa territorial e econômica, nenhum lugar do mundo tem tanto potencial para ser o palco destas disputas como a África.

3 – A PROJEÇÃO CHINESA PARA A ÁFRICA EM REVISTA

“Não importa se o gato é branco ou preto, desde que cace o rato”.

Frase atribuída ao ex-líder chinês Deng Xiaoping

Neste capítulo serão apresentadas sucintamente as bases econômicas, estruturais e as orientações políticas que alçaram a China à condição de potência econômica e postulante – ainda que negado diretamente – a *hegemon*. A partir daí, será visto o relacionamento da China com a África em termos de dinâmica, objetivos, oportunidades e ameaças, buscando com isso explicitar qual a posição dessa última na estratégia chinesa de inserção, bem como em que medida essa relação permite à África oportunidades de ascensão no sistema internacional – em que pese sobre qual o custo.

Ultimamente, muitas críticas têm sido feitas sobre essa relação, sobretudo de países Ocidentais, e apontado até mesmo uma ótica imperialista na relação sino-africana. Por isso, também será discutido em que medida essas críticas têm fundamento.

3.1 – As bases do crescimento chinês recente: Deng Xiaoping e as reformas estruturais;

Desde 1949, quando a República Popular foi criada, a China passou por duas transformações fundamentais. De um lado, houve um contínuo e acelerado processo de industrialização, responsável por elevada e persistente taxa de crescimento econômico; de outro, ocorreu uma profunda transição institucional, com a transformação de uma economia centralmente planejada num capitalismo de Estado. O que distingue a experiência chinesa em confronto com outras experiências de transição institucional é a superposição desses processos sem que a industrialização, a máquina de crescimento essencial da China, tivesse sofrido solução de continuidade.

Desde 1978, as “estruturas sociais de acumulação” mudaram amplamente com a dissolução das comunas, com uma veloz urbanização, com a emergência de uma classe capitalista e de um grande setor privado doméstico e internacionalizado, com a formação de um mercado de trabalho, com a comercialização do direito de uso das terras e com a privatização do excedente social. Do mesmo modo, as relações

externas mudaram profundamente. Do isolamento autárquico vigente até a década de 1980, a China transformou-se num centro manufatureiro e segundo maior exportador mundial e um dos maiores mercados internacionalizados. Essas transformações ocorreram sem interromper a trajetória de acumulação liderada pelo Estado.

Há um relativo consenso de que o extraordinário crescimento econômico chinês a partir de 1978 se deveu a uma combinação entre uma alta taxa de acumulação de capital industrial em uma economia com excedente de mão de obra. Os ciclos econômicos que se iniciaram com os processos de reforma e abertura instituídos por Deng Xiaoping, em 1978, apresentam uma maior semelhança com os ciclos típicos das economias capitalistas em que as restrições externas, as desproporções intersetoriais e as variações da demanda efetiva exercem grande influência sobre a taxa de investimento. Nesse sentido, com maior ou menor reconhecimento explícito, o crescimento de longo prazo na China parece ter seguido uma dinâmica tal como a descrita por Arthur Lewis (1954) em seu clássico ensaio sobre o crescimento (industrial) com oferta ilimitada de mão de obra: *getting rich first* (MEDEIROS, 2013: cap. 9).

O início dos anos 1990 foi marcado por embates políticos que resultaram na afirmação da abertura e da liderança de Deng Xiaoping com sua emblemática “caminhada ao sul” e com um conjunto de reformas liberalizantes (dos preços, da administração das empresas, da distribuição, do trabalho). Premido, de um lado, pela sucessão de eventos internacionais que levaram ao colapso da União Soviética e, de outro, pelo conflito no PCC entre uma ala liberalizante e reformista e outra socialista e marxista, Deng costurou uma aliança a favor das reformas, mas sem abrir mão do controle do processo político pelo PC. A base desse acordo era o apoio dos militares ao processo de reforma. Em sua “caminhada ao sul”, Deng Xiaoping negociou com os administradores das cidades costeiras, como Guangdong, a transferência de maiores recursos para o governo federal para que este financiasse a modernização do Exército, selando, assim, o que denominou de “grande compromisso” (mais em XIAO-BO, 2009).

A persistência na trajetória industrializante decorre da própria estrutura econômica chinesa caracterizada ao longo de todo o período por uma vasta população ocupada na agricultura de alimentos, comprimida num espaço de terra arável relativamente escasso²² e amplo

²² A taxa de terra arável *per capita*, 0,08ha (em 1993), é uma das mais baixas do mundo – quase um décimo da americana –, levando a uma extraordinária taxa

excedente de mão de obra rural, tornando a acumulação de capital industrial base para o aumento da produtividade agrícola e para a absorção do excedente rural. O tamanho da população, a disponibilidade de terras agricultáveis e a base energética impuseram ao desenvolvimento chinês constrangimentos e desafios peculiares que moldaram, do ponto de vista econômico e social, sua estratégia de desenvolvimento. Em 1990, a população chinesa era, em sua vasta maioria – 90% –, rural. Em 1995, depois de um gigantesco processo de urbanização, a população urbana formava cerca de 30% da população total e, em 2007, a população urbana constituía 45% da população chinesa. Em 2015 finalmente o país logrou sua transição demográfica e a maioria de sua população já estava nas cidades, com 54%²³.

A industrialização, tal como nos países do sudeste asiático, tornou-se a via obrigatória do desenvolvimento, e a absorção do excedente rural nas atividades de maior produtividade configurou-se como o principal fator para a elevação do produto médio por ocupado. Os investimentos em infraestrutura e em máquina e equipamentos afirmaram-se, por sua vez, como o motor da produtividade industrial. Mas de forma distinta das demais economias dinâmicas do sudeste asiático, a importância do mercado interno decorrente da modernização da agricultura, da expansão da renda média de uma vasta população, dos investimentos interindustriais e do processo de urbanização sobressaíram na liderança do crescimento econômico ainda que as exportações tivessem contribuído tanto para a expansão dos mercados quanto e, sobretudo, para financiar as crescentes necessidades de importações de máquinas e equipamentos e produtos intermediários.

Medeiros (2013) reconhece a enorme importância das exportações para a dinâmica econômica chinesa no segundo período, mas ressalta que tal dinâmica esteve determinada também por uma lógica de mercado interno, por via de altas taxas de acumulação associadas à acelerada urbanização, a investimentos industriais e, gradualmente, à expansão da renda da população e seu impacto sobre a ampliação e difusão de bens industriais e de consumo. Argumenta que a

homem por terra e a uma degradação das terras disponíveis (MEDEIROS, 2013: cap 9 in CGEE, 2013 v. 2).

²³ Dados populacionais de *World Population Prospect 2015*. Estimativas indicam que em 2030 a população urbana da China esteja em torno de 70%, com mais de 1 bilhão de pessoas nas cidades. <http://www.economist.com/news/special-report/21600797-2030-chinese-cities-will-be-home-about-1-billion-people-getting-urban-china-work>

administração de uma taxa de câmbio desvalorizada ajudou a dar competitividade à agressiva política de exportações e que a política monetária expansiva foi, até recentemente, bem mais importante para o crescimento do que a política fiscal.

O Estado chinês preservou, tal como ocorreu na Coreia do Sul e em Taiwan no auge de seus processos de arranque industrial, amplo controle sobre os investimentos na indústria pesada por meio das empresas estatais e dos bancos públicos, ampla coordenação do processo do desenvolvimento por meio de planos quinquenais, controle sobre preços básicos e, em particular, sobre os fluxos financeiros externos.

O progresso econômico chinês a partir do processo de reforma iniciado por Deng Xiaoping em 1978 é uma das maiores histórias de sucesso econômico nas últimas três décadas. De uma economia praticamente isolada em meados da década de 70 do século passado, a China gradualmente e sistematicamente liberalizou seu comércio e suas políticas de investimento. Neste período, também logrou êxito em uma das maiores diminuições de pobreza de que se tem registro: cerca de 120 milhões de pessoas saíram da pobreza extrema, a despeito das mazelas sociais ainda ser um problema crônico no modelo chinês, sobretudo em razão da política trabalhista. Ao contrário de muitas outras economias em transição, a China não optou por um modelo de rápida privatização de suas estatais – tampouco adotando a lógica econômica ortodoxa que era imposta aos países em desenvolvimento pelas instituições de Bretton Woods, como foi o caso dos países da América Latina –, mas sim adotou uma aproximação gradual ao estimular o desenvolvimento de empresas privadas dentro do regime comunista, incluindo de capital estrangeiro. Essa transição gradual marcou o caminho em que se deu o processo de liberalização e o desenvolvimento de zonas econômicas especiais pelo país (ver mais em Xiao-bo, 2009).

Com efeito, pode-se dizer que a experiência chinesa de crescimento acelerado das últimas décadas reforça a ideia de que a intervenção do Estado na economia, com o intuito de promover uma política ativa de consolidação da indústria, na condução das políticas macroeconômicas e na criação de um ambiente atrativo para a captação de investimentos externos diretos, é fator crucial para o desenvolvimento. Como pode ser visto na tabela 2, foi bastante expressivo o crescimento do setor secundário da composição do PIB Chinês, entre 1952 e 2006, passando de menos de 10% para 48% em 2006; atualmente corresponde a mais da metade de todo o PIB. Ao mesmo tempo, percebe-se a perda de importância relativa da agricultura, o que obviamente está associado à baixa taxa de terra arável.

| | 1952 | 1978 | 1995 | 2000* | 2006* |
|-------------|------|------|------|-------|-------|
| Agricultura | 58,6 | 33,7 | 23,2 | 15 | 12 |
| Indústria | 9,9 | 34,7 | 41,1 | 46 | 48 |
| Serviços | 31,5 | 31,5 | 35,7 | 39 | 40 |
| PIB | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Tabela 2. Estrutura do PIB Chinês 1952 - 2006. Elaborada por Medeiros, 2013 a partir do *World Development Indicators*.

De um modo geral, a fórmula da confluência do público e privado é a que tem apresentado melhor resultado para os países em desenvolvimento. Como mostra Amsden (2001), essa confluência – a partir da “seleção” de firmas nacionais para competir internacionalmente subsidiadas por bancos de desenvolvimento e fomento estatais – e os investimentos em capacidade tecnológica foram elementos centrais na evolução dos poucos países que conseguiram ascender na rígida estrutura internacional.

Como será visto ao se analisar o modelo de inserção chinês contemporâneo para a África, esses elementos continuam como peças-chave do motor chinês, atrelado agora a um crescente comércio exterior, que já representa mais de 40% do PIB. Esses dois últimos pontos citados – a evolução industrial a partir da incorporação tecnológica e a demanda energética em razão da mudança da estrutura produtiva – são cruciais para compreender a inserção internacional da China contemporânea. Em razão disso, cabe discuti-los brevemente.

3.1.1 – A engenharia reserva e absorção de tecnologia: o controle sobre as atividades mais rentáveis das cadeias mercantis;

Ao discutir a (possibilidade) de ascensão dos países em desenvolvimento, cuja autora os chama propositadamente de “o resto”, e as principais economias, Amsden (2001) salienta a necessidade de transferência e incorporação tecnológica por parte desses países aos seus setores produtivos, bem como demonstra de que forma o investimento em educação técnica – relacionado ao investimento em educação de modo geral – é ponto importante rumo ao objetivo de ascender rumo ao desenvolvimento a partir da produção de itens com maior valor agregado. A partir da análise de vários dados, ela conclui que a transferência tecnológica por parte dos países desenvolvidos foi um processo altamente imperfeito e a despeito das várias promessas, não foi a transferência de tecnologia o elemento responsável pela assimilação de

elementos tecnológicos às cadeias produtivas dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, ela mostra que os casos de sucesso existentes nos países em desenvolvimento (resto) estão atrelados ao processo de engenharia reversa, ou seja: pura e simplesmente cópia.

Some of the most successful industries, even if minor in overall size, acquired their technology simply through reverse engineering (copying) and studying foreign blueprints. They thrived by catering to small, specialized (often monopolistic) market niches, operating with low inventories and simple cost accounting systems. All this, plus transport costs, made foreign machinery uncompetitive. (...) By way of conclusion, there is virtually no case of a major investment in "the rest's" early industrial history being undertaken without some foreign technology transfer, if only copying²⁴. (AMSDEN, 2001: 58-61)

E nesse sentido, talvez nenhum país tenha sido tão exitoso quanto à China. Um fato que distingue a formação de recursos humanos na China contemporânea é a rapidez da formação de PhDs. na área de ciência e tecnologia. Segundo estudo de Freeman (2007), em 1975, a China não produzia praticamente nenhum PhD; em 2002, o país formou 13 mil, 70% destes em ciência e engenharia; entre 1995 e 2003, o número de alunos matriculados nos primeiros anos de programas de doutorado nessas áreas aumentou seis vezes.

Tal como os países que tiveram uma inserção geopolítica importante no pós-guerra, a China, muito rapidamente, desenvolveu tecnologias militares de ponta – o primeiro teste nuclear bem-sucedido foi em 1964, o primeiro míssil guiado foi em 1966, e o primeiro lançamento de satélite foi realizado em 1970 (WUANG; HONG, 2009)

²⁴ Tradução nossa: Algumas das indústrias mais bem sucedidas, mesmo que de menor porte, adquiriram a sua tecnologia simplesmente através de engenharia reversa (cópia) e estudo dos modelos estrangeiros. Eles prosperaram por meio de aprovisionamento dos pequenos, especializando-se em nichos de mercado específicos (usualmente monopolistas), operando com baixos estoques e sistemas de contabilidade de custos simples. Tudo isso, somado aos custos de transporte, tornou o maquinário estrangeiro não competitivo. (...) A título de conclusão, não há praticamente nenhum caso de um grande investimento nos países "do resto" na história industrial sem alguma transferência de tecnologia estrangeira, quando não por meras cópias.

–, estabelecendo, nessa área, importante sistema de inovação e atualmente utilizando do conhecimento nessa área para estabelecer importantes acordos de cooperação com países em desenvolvimento, ampliando seu *softpower*.

Segundo Yusuf e Nabeshima (2007), baseando-se em dados do Banco Mundial e Unctad, o gasto em pesquisa e desenvolvimento (P&D) da China atingiu, em 2005, 1,3% do PIB, bastante superior ao do Brasil, Índia ou México. Nos anos mais recentes, tendo em vista as prioridades tecnológicas estabelecidas na indústria eletrônica, tem sido crescente o reconhecimento no mercado chinês e nos EUA de patentes de firmas chinesas. Sob a direção do Ministério de Ciência e Tecnologia, um amplo conjunto de estímulos fiscais foi criado para as atividades de pesquisa. Firms nacionais chinesas, como a Huawei, ZTE, Lenovo, etc., beneficiaram-se desse sistema. Nos anos mais recentes, diversas empresas multinacionais que se destacam por inovações de ponta na área eletrônica, como Microsoft, Nokia, Google, Intel, construíram laboratórios de P&D na China. A construção de parques tecnológicos em Pequim e Xangai, com crescente envolvimento das universidades e moderna infraestrutura de pesquisa, bem como o crescente envolvimento de universidades de ponta no esforço de pesquisa tecnológica têm se afirmado amplamente nos últimos anos como peças do sistema nacional de inovação da China (MEDEIROS, 2013: 444).

Em razão dessa política de incentivo a tecnologia e em estreita consonância à política de internacionalização chinesa, desde 2000 a China passou a ter empresas figurando na lista das maiores corporações oriundas dos países em desenvolvimento. Algumas delas, inclusive, estão situadas entre as maiores de seus respectivos setores em âmbito internacional, conforme apontado em estudo de Proença et alli (2011). Como destacado por Cunha (2011) ao tratar da inserção internacional chinesa,

A política de ‘*Going Global*’ evidencia a estratégia chinesa de construir “campeões nacionais”. Além de nuclear o esforço industrializante, os conglomerados chineses vem sendo incentivados pelo governo a avançar em seus processos de internacionalização. Os conglomerados estatais na área de petróleo e gás, como a Sinopec, Cnooc e a Petrochina representam a articulação entre a busca de segurança energética, a política externa e a estratégia de crescimento de longo prazo. Ainda

na área de commodities há outros gigantes com controle ou participação estatal, como a Aluminum Corporation of China (Chalco) e a Baosteel. No setor de bens de consumo, telecomunicações e produtos eletrônicos, há empresas como Huawei, TCL, Lenovo, Boe Technology e Galanz. Há, ainda, corporações que estão em trajetória de em setores como alimentos e bebidas (Tsingtao e Cofco International), comércio e navegação (China Ocean Shipping Group e Sinochem Corp) e construção civil (China State Construction and Engineering Company) (p. 16).

A base essencial do dinamismo exportador chinês, ao longo das duas últimas décadas, foi a sua integração por meio do processamento de exportações na cadeia produtiva lideradas pelos produtores da indústria de tecnologia da informação e na cadeia liderada pelos consumidores da indústria leve de consumo. Em 2005, a participação da área de processamento de exportações – isto é, nas áreas em que as importações são realizadas para exportações com tratamento tarifário favorável – sobre as exportações totais era de 55% (MEDEIROS, 2013: cap. 9).

A primeira se afirmou a partir dos investimentos diretos estrangeiros (IDEs) asiáticos nos anos 1990, essencialmente oriundos de Hong Kong, Taiwan e Japão, dirigidos às ZEEs (nas regiões costeiras de Shenzhen, Zhuhai, Shuotou e Xiamen) e voltados à exportação para os EUA e demais países da OCDE, e teve uma expansão extraordinária nos anos mais recentes com influxo de investimentos provenientes dos demais países da OCDE. A codificação, a modularização de processos produtivos particularmente significativos na indústria eletrônica, permitiu o deslocamento para a China de atividades de montagem de processos produtivos com elevada importação de componentes e produtos intermediários.

O que diferencia especificamente a China de outros países que afirmaram suas exportações por meio de regimes de processamento, como, por exemplo, o México e suas maquilarias, é que, ao lado das atividades de processamento de exportações, houve um grande esforço de capacitação tecnológica com significativo impacto sobre as exportações não processadas e sobre a substituição de importações. Para esse propósito, foram criadas, sob a coordenação do Ministério de Ciência e Tecnologia, 53 zonas de desenvolvimento em atividades de

alta tecnologia (WANG; HONG, 2009) que receberam grandes fluxos de investimento procedentes das grandes firmas multinacionais e destinaram-se principalmente ao mercado interno. Assim, mais importante do que industrializar-se (quantidade), é a qualidade dessa industrialização verificada pelo grau de absorção do componente tecnológico às cadeias mercantis de maior participação por parte de determinado Estado.

Ao lado das definições gerais estabelecendo prioridades para a evolução tecnológica industrial mediante estímulos indiretos (fiscais e creditícios), a política tecnológica chinesa se deu diretamente a partir da sua influência sobre os investimentos das grandes empresas estatais e sua capacidade, enquanto Estado, de estabelecer acordos com essas empresas estrangeiras para entrar no fechado, porém enorme, mercado chinês concedendo transferências de tecnologia a empresas nacionais, abrindo mão conscientemente de prerrogativas relacionadas à proteção intelectual e permitindo a simples emulação de tecnologias por parte das contrapartes chinesas.

Essa evolução das prioridades ocorreu exemplarmente na indústria eletrônica, considerada uma das indústrias prioritárias desde 1980 (ZHAO; HUANG; YE; GENTLE, 2007) e desde 1988 sob a responsabilidade de um ministério específico. A política tecnológica nesse setor se deu a partir de uma estratégia específica: transferência de tecnologia em troca de acesso ao mercado interno. Tal política (TT-MI), desenvolvida ao longo dos anos 1990, foi a base da crescente internacionalização do mercado interno chinês e, ao mesmo tempo, da busca de uma maior autonomia tecnológica. Com efeito, a regulação do ingresso de empresas estrangeiras estabelecidas no *Catalogue for the Guidance of Foreign Investment Industries* (2007) estabelecia um conjunto de restrições e promovia a formação de *joint ventures* com empresas locais e estabelecimento de políticas de transferência tecnológica (MEDEIROS, 2013: cap. 9).

Amsden conclui que nem todos os “aprendizes” são iguais, de forma que alguns conseguiram incorporar a tecnologia “transferida” ou copiada de modo melhor que outros. Nesse sentido, a China foi um verdadeiro exemplo. Contudo, seu êxito nesse processo deu-se justamente em razão da força do regime comunista frente ao capital internacional, invertendo o processo de jugo tradicional (qual seja: capital estrangendo a ação Estatal) e forçando as empresas que buscavam as tão promissoras melhores condições de produção (mão de obra e terras baratas, flexibilização de legislação ambiental e etc., ensejando menores custos logísticos) a permitirem a emulação de sua

tecnologia e investirem substancialmente em desenvolvimento tecnológico no país oriental.

Essas informações são corroboradas pelos dados de registro de propriedade intelectual, pois de acordo com o Relatório *World Intellectual Property Indicators* 2014, da Organização Internacional de Propriedade Intelectual (WIPO), a China desde 2012 passou a ser o país que mais apresenta solicitações de registro de patentes e de marcas, com um aumento de 26% de 2012 a 2013 no que concerne às patentes – taxa que se manteve basicamente constante desde 2011 – e de pouco mais de 13% na solicitação do registro de marcas no mesmo período, neste último apenas ligeiramente superior aos EUA. Cabe destacar que aproximadamente 1/3 dos pleitos estão estritamente relacionados a itens de alta tecnologia, tais como: tecnologia computacional, aparatos e maquinários elétricos relacionados à energia, mensuração, comunicação digital e tecnologia médica (WIPO, 2014:6).²⁵

Essa é uma perspectiva particularmente interessante ao se analisar o crescimento africano recente, pois embora os indicadores econômicos estejam positivos e estáveis, não há sinal de melhoras na mesma proporção no que concerne aos principais indicadores de educação e, sobretudo, pesquisa e produção tecnológica, como pode ser

²⁵ Cabe destacar que os dados relacionados às solicitações de registro de patentes, marcas, inovações industriais ou variações de plantas usualmente encontram divergências pois as principais referências provêm de duas bases distintas: a WIPO, que é uma organização internacional voltada para a área e concentra escritórios em distintas regiões/países do mundo; e o USPTO – *United States Patent and Trademark Office* – baseado nos EUA, porém têm grande relevância pelo pioneirismo e importância ao participar da implementação do regime de propriedade intelectual, que teve papel de destaque na ação externa daquele país sobretudo a partir dos anos 1970-80. É natural, pois, que pleitos de registros oriundos de vários países ocorram mais no WIPO, e no USPTO quando relevante pra ação do produto naquele país. Os dados que indicam o 1º lugar à China são do WIPO; embora o USPTO também acuse o acintoso crescimento chinês, lá os EUA ainda lideram, pois a China apenas recentemente passou a registrar patentes também no USPTO, conforme diz Yusuf: “Até o fim de 2006, a China ocupava o 24o lugar no mundo em número total de patentes garantidas pelo USPTO, com 3.178 patentes. Pelos cinco anos terminados em 2006, ela se manteve em 20º lugar no mundo, com 2.053 parentes. Enquanto esses valores representam um aumento significativo desde 2001, quando a China foi 24o do *ranking* mundial, patentes chinesas estão somente agora sendo recebidas no Escritório de Patentes e Marcas Registradas Americano (USPTO)” Yusuf 2007: 14.

visualizado na publicação do Banco Mundial *World Development Indicators 2015*. A partir do arcabouço teórico de Amsden – em que pese o reforço da interpretação sistema-mundista –, os dados econômicos positivos representam muito pouco para a África em termos estruturais e ao longo do tempo, pois a ausência de incorporação de conhecimento tecnológico à pauta exportadora indubitavelmente apenará e desqualificará esse crescimento.

3.1.2 – O crescimento da demanda energética e de insumos relativos à urbanização acentuada.

Presentemente, a China tem se afirmado como um grande consumidor (em termos absolutos) de energia e importador de petróleo. Ao contrário do que possa parecer sobretudo quando se imagina a grande população chinesa, tais realidades são uma novidade na estrutura econômica chinesa, tendo em vista o seu passado, e estão associadas ao ciclo recente de expansão baseada na indústria pesada.

Como observa Rosen e Houser (2007: p17), em 2001 a China respondia por 10% da demanda mundial de energia e era praticamente autossuficiente em sua demanda por petróleo, carvão e gás. Em 2007, sua demanda por energia era 50% superior, e sua dependência energética aumentou de forma substancial. A partir de 2003 o consumo de energia cresceu de forma vertiginosa, associado diretamente à expansão da indústria pesada (aço, ferro, cimento, alumínio e vidro), impulsionada pela urbanização.

No que concerne à demanda por insumos para indústria pesada e construção civil, o ritmo de crescimento chinês é tão assustador que alguns números soam inacreditáveis. Em um recente trabalho denominado “*Making the Modern World: materials and dematerialization*”, o historiador tcheco-americano Vaclav Smil apresenta uma estatística surreal: nos três anos de 2011 a 2013, a China utilizou mais concreto (cimento) do que a quantidade utilizada pelos EUA durante todo o século XX. Foram 6,6 giga toneladas de cimento utilizadas pelos orientais contra 4,5 giga toneladas pelos americanos!

A estrutura da oferta de energia da China é muito peculiar. Em 2005, 69,6% da oferta de energia eram supridos pelo carvão, ficando o petróleo com 21,1% (ROSEN & HOUSER, 2007). Até recentemente, a China era exportadora líquida de carvão e petróleo, tornando-se, entretanto, grande importadora líquida de petróleo nos anos mais recentes. O gás é responsável, até o presente, por uma contribuição

pequena na oferta de energia, embora seu uso tenha sido crescente. A grande utilização do carvão em sua base energética, o elevado crescimento da demanda por petróleo, ao lado da escassez de terras agricultáveis, transformaram a China num grande importador de matéria-prima e alimentos com importante impacto sobre sua estratégia de desenvolvimento.

Ciente dessa realidade e dos efeitos – sobretudo em se tratando de qualidade de vida e saúde sobre a população – nas grandes cidades do modelo de crescimento adotado e do ainda arcaico parque produtivo no que tange à matriz energética, a China tem investido fortemente em energias limpas e fontes alternativas aos hidrocarbonetos. Há vários estudos que já a colocam em um patamar de igualdade e provável rivalidade com os EUA por regiões capazes de fornecer insumos para energia alternativa em um futuro próximo. Contudo, enquanto essa realidade ainda está distante, o xadrez geopolítico é desenhado pela atual necessidade de segurança energética e garantia de insumos para o crescimento do parque produtivo. E eis aqui uma das principais razões de seu estreitamento comercial com a África, como será visto a seguir.

3.2 – China e África, uma relação com antecedentes políticos antes dos econômicos e com menos estratégia do que aparenta.

Alguns analistas chineses costumam dividir as seis décadas de relação econômica Sino-Africana em três estágios: de 1949 a 1979, as atividades econômicas chinesas na África foram essencialmente motivadas pela agenda política chinesa e tinham foco em fornecer apoio econômico aos países recém independentes a fim de construir laços diplomáticos, apoiando os movimentos “anti-imperialista e anticolonialistas” africanos, bem como ganhar prestígio internacional para a República Popular da China, como símbolo da sua política da “China única” (*one China policy*), que visa enfraquecer Taiwan e baliza a política externa chinesa até os dias atuais. Do começo do período de abertura e reformas econômicas de Deng Xiaoping em 1978-9 até meados dos anos 1990, o foco da política externa chinesa se alterou a fim de fomentar o desenvolvimento econômico interno resultando em um gradual ajuste de prioridades na política da China para a África: de favores políticos para “cooperação econômica mutuamente benéfica” e de fornecer assistência para promover “contratos de serviço, investimentos e comércio”. A partir dos anos 1990, a ideia de utilizar tanto os mercados e recursos domésticos quanto o internacional

começou a prevalecer nas relações econômicas externas da China. Esta mudança levou a um aumento na cooperação econômica internacional do país e o surgimento da estratégia que balizou a inserção internacional chinesa sobretudo a partir de 1996: a “saída para fora” (*going out policy*).

Como a China se tornou uma potência econômica global, a percepção simplista da África como mera supridora de produtos primários para o crescimento chinês inevitavelmente ignora outros aspectos chaves da inserção internacional chinesa para aquela região e da posição da África dentro da estratégia global chinesa. Durante o período de Hu Jintao a frente da potência comunista, foi colocado em prática o paradigma de política externa “para todos os lados, todas as direções”²⁶ que teoricamente propugna que a política externa chinesa não faz diferença entre regiões ou países. Sob esse princípio, a China desenhou uma estratégia específica para todas as regiões e países no mundo, balizada sob a expressão: “as grandes potências são a chave; a periferia chinesa é a prioridade; países em desenvolvimento são a fundação; e as plataformas multilaterais são os estágios/caminho” (YUN SUN, 2014). Embora isso sugira que todas as regiões são importantes, obviamente nem todos são tratados iguais. De qualquer maneira, a África recebe uma atenção especial, sobretudo por ser uma região onde a China não encontra uma rivalidade sistêmica forte o suficiente para constranger seu campo de ação, como ocorre mesmo em sua periferia na Ásia ou no Oriente Médio. A ausência de custos políticos a serem assegurados na África por outras potências garante à China maior autonomia de ação naquela região.

Os princípios de política externa e inserção internacional da China a partir da década de 1990 (*all round all directly* e *going out policy*) em conjunto, podem ser considerados aplicações fáticas da expressão de Deng Xiaoping apresentada no início do capítulo: não importando especificamente as orientações políticas e econômicas de determinado parceiro, desde que sua relação seja útil para a China. São poucos os constrangimentos que atualmente fazem a China deixar de considerar esse princípio, sendo a política da “China única” uma das principais. Isolar o regime de Taipei, o Kuomintang, de Taiwan, é objetivo norteador da política externa chinesa desde a Revolução em 1949 e até hoje ocupa espaço importante. A diplomacia chinesa compromete-se ativamente com esse princípio, o que é ponto balizador da relação externa chinesa com vários países. A despeito de eventuais

²⁶ Em inglês, *all-round, all-directional*. Ver mais em YUN SUN, 2014.

discordâncias e desconfianças com relação à ascensão chinesa, o paradigma de política externa implantado é a “ascensão pacífica”, permeado por uma lógica de realismo defensivo (ver mais em ROSS & FENG, 2008). Os chineses buscam projetar-se internacionalmente tentando minimizar e arrefecer animosidades, seja em sua zona de projeção natural, a Ásia, onde enfrenta constrangimentos de ação por parte de EUA e Japão, seja em outras regiões.

A presença chinesa na África busca satisfazer quatro grupos de interesses. Politicamente, a China busca apoio da África em sua “política da China única” em detrimento de Taipei, bem como para sua agenda política em organismos multilaterais como a ONU. E neste processo a África é muito importante, pois seus 54 países com os quais a China mantém relações representam $\frac{1}{4}$ da Assembleia Geral da ONU. Economicamente, são vários os interesses, mas primordialmente a África é vista como uma fonte supridora de produtos primários e oportunidade de negócios para abastecer o mercado doméstico chinês, especialmente de produtos agrícolas. Do ponto de vista da segurança, a crescente presença dos interesses comerciais na África tem levado a uma crescente preocupação com relação aos desafios, como a proteção às firmas e pessoas chinesas em regiões perigosas ameaçadas por instabilidade política e crimes. O efeito prático é a participação chinesa com tropas em missões de estabilização de paz na região, bem como uma maior contribuição no combate à pirataria no Oceano Índico, especialmente na região do “chifre da África”, onde passa um relevante fluxo do comércio mundial e está correntemente ameaçada pelos piratas somalis. Por último, mas não menos importante, a China também enxerga um ambiente fértil para implantação de algumas suas posições; o sucesso do “modelo Chinês” em países africanos não democráticos ou recorrentemente acusados de desrespeito aos direitos humanos oferece apoio à política ideológica chinesa, na medida em que evidencia que os ideais democráticos ocidentais não são universais (YUN SUN, 2014).

Em suma, os objetivos chineses na região podem ser elencados da seguinte forma: a) assegurar o suprimento de produtos primários para a China, incluindo produtos agrícolas; b) criar mercado para os produtos e serviços chineses; c) obter terra para propósitos agrícolas; d) Abrir um canal de migração de chineses para a África; e) obter apoio diplomático dos países africanos em instâncias multilaterais; f) oferecer uma alternativa ao modelo de desenvolvimento ocidental; g) oferecer uma alternativa ao modelo de cooperação ocidental; e h) enfatizar o status chinês de superpotência e participar mais ativamente dos benefícios a que faz jus tal posição (VAN DIJK, 2009).

A África encaixou na estratégia chinesa de *going out; going global* por uma série de motivos. Primeiramente e o mais salientado quando se estuda a relação China-África em contexto recente, a riqueza africana em reservas de energia, minérios e produtos primários abastece diretamente a exponencial demanda chinesa por produtos desta ordem a fim de alimentar seu crescimento econômico. Em segundo lugar, a China cultivou uma vigorosa relação com a maioria dos países africanos nas últimas décadas, o que resultou em bons relacionamentos, fazendo dos países africanos parceiros desejáveis quando comparados a outras áreas do globo onde a China encontra uma certa resistência ou constrangimentos distintos impostos por outros atores, sobretudo os EUA. Como os EUA ou a UE, em alguma medida, limitam o tabuleiro geográfico onde a China pode se projetar com mais facilidade – sudeste asiático, nordeste asiático, sul da Ásia ou mesmo o Oriente Médio –, a África, que geralmente se apresenta mais amistosa à China, soa como uma opção sem muitas barreiras/constrangimentos para a execução da estratégia *going out*.

A China também mantém seus olhos na África pelo potencial de seu mercado. As manufaturas chinesas gozam de vantagens comparativas únicas ao produzir têxteis, eletrônicos e outros produtos de custo relativamente baixo, o que atende perfeitamente a demanda do mercado de países africanos menos desenvolvidos. A importância do mercado africano se mostrou valiosa especialmente após a crise financeira de 2008. Enquanto a demanda por “bugigangas” chinesas para outros mercados estagnaram ou mesmo diminuíram no período da crise, as indústrias chinesas precisaram buscar mercados complementares para exportar tais produtos e encontraram eco nos mercados africanos. Essa é uma das explicações para a China ter ultrapassado os EUA como maior parceiro comercial da África justamente neste período.

Muito embora os críticos dêem enorme atenção para o estreitamento recente das relações China-África salientando o caráter econômico, a presença chinesa na África remonta há longa data, origina-se da política e seguirá tendo uma forte conotação política e estratégica. Desde a década das Revoluções (anos 70) a China passou a estabelecer relações diplomáticas com vários países africanos, bem como aplicou investimentos – cujo mais conhecido é a estrada de ferro entre Tanzânia e Zâmbia – e contribuiu com cooperação, a despeito de sua diminuta capacidade política naquela época para tal. Contudo, o grande marco político dessa relação e divisor de águas foi o dia 4 de junho de 1989, ante o drama da Praça da Paz Celestial e o isolamento

imposto pelo Ocidente ao regime político de Pequim. Começou aí a conexão África-China, por razões mais políticas que econômicas, que agora, na economia, tem todas as condições de ser a mais duradoura sobre todos os demais intentos de qualquer país, mesmo os Estados Unidos, de estabelecer bases de cooperação ativa como o renascimento africano.

O fato objetivo é que, desde 1990 – e renovando-se em 2000, com a criação do Fórum de Cooperação África-China (FOCAC), o qual já teve sua terceira edição, a China desembarcou na África de forma estrutural. É difícil andar em qualquer rua comercial de qualquer país africano que não esteja inundada por produtos chineses. Não há capital na África sem uma obra pública imponente feita com recursos chineses. Não há infraestrutura importante de aeroportos e estradas que não tenha uma mão chinesa.

Essa aproximação não enfrentou um contrabalanceamento na mesma proporção por parte dos principais países europeus e dos EUA, a despeito das preocupações desses países. Os Estados Unidos da América, no entanto, tendem a manter na África uma pauta velha, marcada pela preocupação no campo quase exclusivo da segurança internacional, com ênfase no tema do terrorismo, obstruem a formulação de uma política mais assertiva em relação ao continente ancestral de seu presidente. Isso também é um elemento crucial para o favorecimento da “opção chinesa” para muitos países na região.

No entanto, muito do que é apresentado com relação à aproximação chinesa – em que pese os dados econômicos e comerciais a serem exibidos posteriormente – sugere que a China teria uma proposta clara de dominação política e econômica para a África, o que não é verdade quando examinado a relação sob uma ótica mais aguçada. A entrada da China na África tem sido conduzida por um conjunto amplo de agentes, muitos dos quais não estiveram sujeitos ao controle do Estado chinês e possuíram/possuem interesses concorrentes (TAYLOR, 2009). Em virtude disso, tornou-se extremamente complexo delimitar os interesses públicos e privados da China no continente (BRESLIN, 2009). Conforme mostra Van Dijk, a China na verdade vem tendo certa dificuldade em estabelecer uma concertação entre suas iniciativas devido à amplitude de atores envolvidos e os díspares interesses.

Os principais atores chineses atuantes na África subsaariana podem ser agrupados em cinco grupos, cujos objetivos nem sempre convergem, quais sejam: a) Governo Chinês: tenta implementar a estratégia governamental relacionada à África e tenta coordenar a ação dos diferentes atores. Eventualmente confusa, em razão de disputas

dentro da própria burocracia estatal, ministérios e órgãos distintos almejando maior reconhecimento; b) Empresas estatais: moveram-se para a África como parte da política “go out” em busca de suprimentos de commodities; c) Companhias chinesas privadas: atuando na África em busca de oportunidades e visando cortar a competição no mercado chinês; d) Embaixadas chinesas nos países: buscam informar as empresas chinesas atuantes nos países de sua respectiva jurisdição e tenta coordenar a atuação dos diferentes atores, em estreita relação à política do governo; e) População chinesa: possuem diferentes interesses, mas têm encontrados fortes motivos econômicos para trabalhar na África, em especial em razão do movimento das firmas (público e privadas) chinesas e, após isto, têm estabelecido pequenos negócios nos países africanos, como manufaturas e comércio²⁷.

A China também utiliza alguns instrumentos econômicos para angariar a aproximação política para além dos IEDs e do comércio, que serão tratados na sequência. A assistência e ajuda ao desenvolvimento fornecida pela China difere de muitos países por misturar linhas de financiamento a obras, empréstimos a fundos perdidos e perdão de dívidas. Essa confusão, muito embora não seja incidental, é reforçada pela estrutura da burocracia chinesa, que atribui ao mesmo ministério as competências de comércio e cooperação, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Comerciais da China (MOFCOM).

Os dados ilustram o crescimento das relações sino-africanas, uma vez que o comércio passou de 4 bilhões para quase 107 bilhões de dólares em pouco mais de uma década (1996-2008), 45% a mais do que no ano anterior, representando um crescimento de quase 27 vezes e saldo comercial positivo para o continente africano de mais de 5 bilhões só em 2008. Contudo, os anos seguintes reservaram ainda mais surpresas e números estonteantes nesse relacionamento, sobretudo em razão da crise financeira internacional de 2008, que atingiu nevrálgicamente as principais economias ocidentais, mas não a China e outros emergentes.

Em 2009, a China ultrapassou os EUA e passou a ser o principal parceiro comercial da África. De fato, o comércio sino-africano teve um

²⁷ Estima-se que mais de 1 milhão de chineses já vivam em países da África subsaariana; uma relação que nem sempre é fácil, com relatos de racismos de ambas as partes e protestos em alguns países contra a presença de chineses como mão de obra barata. Como exemplo, Dijk relata o caso de cerca de 400 trabalhadores chineses precisaram ser retirados da Guiné Equatorial em razão de protestos contra a atividade deles naquele país (VAN DIJK, 2009: 14)

crescimento médio de 30% ao ano desde 2000, quando representava apenas 10 bilhões de dólares; em 2012, atingiu US\$ 198,5 bilhões, com 42% de exportações dos orientais para os africanos e 58% de importações, acarretando num déficit comercial de US\$ 27,9 bilhões! (YUN SUN, 2014: 7) Além disso, a África tem representado mais de 1/3 do suprimento petrolífero da economia chinesa, com destaque para os países de produção recente na região Subsaariana do continente. Entre 2000 e 2005, os fluxos comerciais entre a China e a África mais que triplicaram (FRENCH, 2005), um ritmo de crescimento jamais observado anteriormente.

Nesse sentido, a economia política internacional da China tem ampliado rapidamente a capacidade do país asiático de realizar investimentos no exterior, sobretudo devido à modernização do parque produtivo, aos excedentes de capitais (poupança, reservas e superávits comerciais) e aos apoios governamentais (como recentes regulamentações promulgadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento e Comissão de Reforma - NDRC - e do Eximbank chinês). Os Investimentos Externos Diretos (IED's) da China têm crescido de forma expressiva, partindo de 100 milhões em 1980, passando para 1 bilhão em 2000 e chegando em 22,5 bilhões de dólares em 2007. São especialmente IED's de empresas de propriedade estatal e de fundos de investimento. No caso da África, o volume de IED's chineses cresceu sete vezes entre 2002 e 2006, de 74,8 milhões de dólares para 519 milhões, com cerca de 3% do total destinado a áreas cruciais como infraestrutura, recursos naturais e bens de consumo (chegando a 25% na Zâmbia e 20% na República Democrática do Congo em 2006).

No caso dos IED's, cabe destacar o papel das multinacionais chinesas, sobretudo as estatais e as de capital misto, como instrumento da Política Externa Chinesa (PAUTASSO, 2010). De 1992 e 2008, a participação do continente africano no comércio exterior da China passou de 0,8% para 3,7%, ou seja, embora sobre uma base pequena, trata-se de um crescimento relativo importante. Angola, por exemplo, tornou-se o maior parceiro comercial da China na África e também o maior supridor chinês de petróleo.

Embora haja uma notável evolução das relações sino-africanas, o cerne das relações comerciais está concentrado em um número pequeno de países. Isto é, África do Sul, Sudão, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria e Angola representam cerca de 90% do comércio entre China e África (MEDEIROS, 2008, p. 48). Angola representa quase 1/5 deste total. De qualquer forma, a

compreensão desse crescimento notável explica-se pela forma como se dá a projeção diplomática chinesa sobre os países periféricos.

O Eximbank chinês, banco criado em 1994 pelo governo do país, é o principal financiador dos mais de 200 projetos de construção na África. O modelo Chinês envolve práticas disparas em relação a outros países e está atrelado às principais commodities dos países cujo comércio e investimento em infraestrutura é realizado.

Angola é um exemplo claro: Os investimentos chineses oriundos do Eximbank integram o Programa de Investimento Público do Ministério das Finanças de Angola. São três acordos de crédito assinados nos dias 2 de Março de 2004, 19 de Julho de 2007 e 28 de Setembro de 2007, nos valores de 2 bilhões, 500 milhões e 2 bilhões de dólares, respectivamente. Considerando os três acordos, são mais de uma centena de projetos, em setores como saúde, educação, energia, águas, pesca, correios e telecomunicações, obras públicas e agricultura. Os projetos são apresentados pelo governo angolano e encaminhados através do Grupo de Trabalho Conjunto, formado pelo Ministério das Finanças de Angola e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Comerciais da China (MOFCOM). Um Gabinete de Apoio Técnico de Gestão da Linha de Crédito da China acompanha a execução de projetos financiados. Somente após a conclusão da obra, o Eximbank realiza o pagamento às empresas contratadas (geralmente, as empreiteiras chinesas) pelo débito da importação de petróleo angolano (com taxas de juros baixas e prazos alongados de pagamento sem mobilização de moeda forte – dólar) (PAUTASSO, 2010).

Angola produzia 150 mil barris de petróleo por dia em 1980 e em 2008 alcançou mais de 1,972 mb/d (PAUTASSO, 2010). Além de contribuir para a segurança energética chinesa, Angola se tornou um crescente mercado para as empresas chinesas em um continente que, apesar dos problemas socioeconômicos, tem expressiva população e demanda em expansão. O resultado geral é o deslocamento econômico-diplomático euro-americano do continente para a China e a alteração da correlação de forças no quadro da transição sistêmica.

Nos últimos quatro anos, os investimentos dos bancos de desenvolvimento da China na África já superam o total dos investimentos europeus e é muito superior ao que países em desenvolvimento, como o Brasil, podem fazer, apesar dos financiamentos e investimentos do BNDES. Além da expansão do comércio e dos investimentos chineses na África, esse continente responde por 44% dos recursos de assistência ao desenvolvimento do país asiático (ALDEN, 2007).

Segundo Alden (2007), o discurso sobre a presença chinesa na África costuma qualificar o país alternativamente como: potência desenvolvimentista que visa uma aliança duradoura de longo prazo; potência competidora, orientada aos interesses de curto prazo, sem preocupação com o desenvolvimento, o meio ambiente e os direitos humanos e trabalhistas; ou ainda como colonizadora, posto que lhe interessa deslocar as demais potências ocidentais fazendo uso do discurso da cooperação sem imposições.

O quadro tecido por Alden (2007) mostra a complexidade da atuação chinesa no continente africano, integrando interesses econômicos e geopolíticos e atuando de forma complementar nas esferas bilateral, regional e multilateral. Nesse sentido, o discurso de nova potência colonizadora, utilizado por grande parte da imprensa e da comunidade acadêmica ocidental no que diz respeito à presença da China na África, é inadequado e apenas se sustentaria parcialmente se for compensado pelo seu papel desenvolvimentista, sem descartar os impactos negativos trazidos pelo aumento da competição e da dependência econômica. Como o arcabouço teórico utilizado no trabalho salienta, a mera projeção econômica embora importante indicador não pode ser per se elemento assertivo para caracterizar a ação estatal como colonialista. Como exemplo dessa interpretação e participando uma breve análise comparada, o contraponto com a África permitiria afirmar que a ação chinesa na América Latina seria menos colonizadora e menos desenvolvimentista, mesmo nas nações com complementaridade evidente com a economia chinesa, e que o efeito da China como nação competidora se mostra mais evidente.

A tentativa dos países semiperiféricos de reposicionamento no sistema internacional busca garantir a eles maior projeção e capacidade de barganha, baseado na expectativa que eles têm sobre suas condições de influir sobre o próprio sistema e, assim, atingir uma cesta de recompensas mais qualificada. Para Robert Gilpin, o sistema advém de interações a partir dos interesses dos atores e as recompensas estão dispostas numa ordem direta com relação aos que dispõem de maior capacidade de ação (GILPIN, 1981 p. 24); ou seja: uma alteração no sistema internacional está atrelada a alteração de capacidades relativas dos atores de influenciar na estrutura das preferências, o que afeta a expectativa de ganhos e provoca uma reação à sensação de maior/menor capacidade de ação dos outros atores. Dois dos elementos chave da maior capacidade de ação no sistema são o grau de autonomia e de influência disponível.

Para Benjamin Cohen, há dois modos de influenciar no sistema: ativo ou passivo. Independentemente, a autonomia é um pré-requisito; e a autonomia é a capacidade de evitar/postergar um ajuste requerido pelo sistema ou por outro ator, ou mesmo impô-lo a outro a fim de não ter que absorvê-lo. Enfim, autonomia decisória e evitar constrangimentos alheios à vontade do ator naquele determinado momento. No modo passivo, a influência se dá como um corolário da necessidade de ajuste, na medida em que outros atores têm de fazer os ajustes impostos pelo ator mais forte, mesmo que não premeditadamente, ou pela conjuntura; assim, a influência dá-se meramente por maior capacidade de ação e menor condição dos outros atores. No modelo ativo, o ator com mais capacidades busca intencionalmente transferir a outros o fardo do ajuste e seguir a política que melhor lhe convém, tendo plena noção de sua capacidade de impô-lo aos outros atores do sistema. O modo ativo, na prática, transforma o modo passivo em um controle efetivo e instrumental do uso do poder (COEHN, 2005 p. 4).

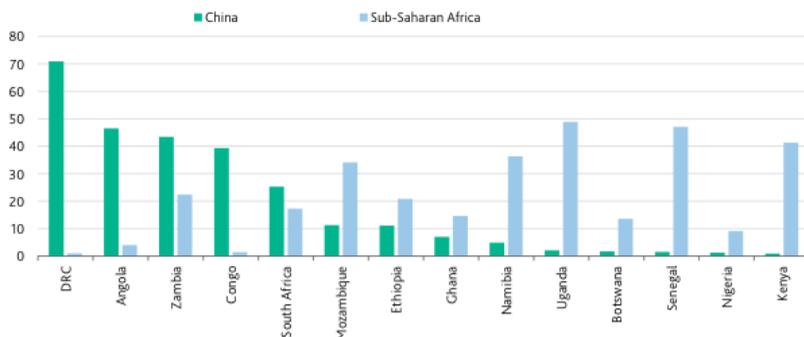
O crescimento chinês a taxas cavalares por vários anos e a opção por projetar-se internacionalmente fez com que aquele país tornasse o maior parceiro comercial de dezenas de países do mundo e contribuísse sobremaneira com a ampliação do fluxo de comércio e investimentos estrangeiros diretos nos anos recentes. Com efeito, amparando-se no aporte teórico de Cohen, a China ganhou elementos de autonomia para agir da forma como melhor lhe convinha no cenário da internacional – como manter o yuan/renmibi desvalorizado por longos períodos a despeito de inúmeras críticas dos outros parceiros comerciais; ou mesmo pleitear com outros países em desenvolvimento posições mais condizentes com a atual condição de poder destes países em organismo multilaterais, como o FMI. –, bem como condições para melhor influenciar os demais atores. Estes elementos combinados fornecem uma melhor expectativa por parte do governo Chinês com relação à “cesta de recompensas” do sistema internacional.

Um exemplo da capacidade de influencia adquirida pelo governo chinês – neste caso a capacidade indireta – é o reflexo das decisões de sua política econômica sobre outros parceiros comerciais. Nos últimos anos – sobretudo a partir de 2013 –, a China anunciou que iria gradualmente diminuir seu ritmo de crescimento econômico, por meio de decisões de diminuição do meio circulante: diminuição do crédito disponível, mais especificamente. A despeito da confortável situação macroeconômica em que o país se encontra – a China possui aproximadamente US\$ 3,5 trilhões em reservas internacionais, por exemplo –, havia um certo receio que a inflação pudesse prejudicar

ainda mais e que seria necessário estabilizar o ritmo do crescimento. Em 2014, o crescimento do PIB chinês já foi em um patamar menor do que em anos anteriores, “só” 7,5%. O problema é de que maneira essa diminuição do crescimento afeta, por consequência, a diminuição do fluxo de comércio e de investimento estrangeiro direto e seus efeitos sobre os demais parceiros comerciais. O relatório “Panorama para 2015” da agência de riscos Moodys apontou a diminuição do crescimento chinês como um fator de dificuldade para muitos países do mundo.

Sub-Saharan Africa's exposure to Chinese demand varies among countries

2012 exports share (% of total) by trade partner



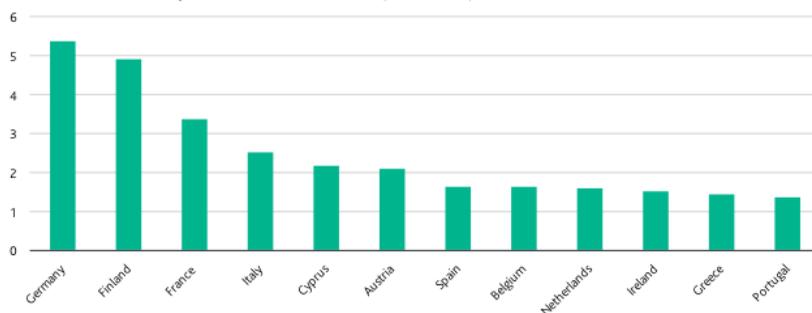
Source: UNCTAD

Gráfico 2. Grau de exposição da África Subsaariana em relação à demanda chinesa por porcentagem da exportação. Elaborado por *MOODYS, Economic Outlook 2015* a partir de dados da UNCTAD.

Ao observar o gráfico 2, é impressionante notar o grau praticamente zero de autonomia de muitos desses países frente a qualquer alteração macroeconômica na China que resulte em diminuição do comércio e demanda por commodities. A República Democrática do Congo – maior exportadora individual de Petróleo para a China – tem esse país como receptor de 70% de tudo que exporta. Angola, um dos países da África negra que tem tido bom desempenho econômico no passado recente, tem praticamente metade de todas suas exportações para a China. A África do Sul, o país mais rico do continente africano, possui aproximadamente 25% de sua pauta de exportações vinculada à demanda chinesa. São números impressionantes para um curto período de tempo, o que tem suscitado bastante receio em autoridades americanas e da UE, como será mostrado posteriormente.

Poder-se-ia argumentar que destarte a importância chinesa considerável, ela se dá apenas em razão destes países não possuírem um nível de industrialização considerável a ponto de tentar contrabalancear este efeito. No entanto, os números para América Latina e zona do Euro mostram que são poucos os países que estão imunes ao efeito da diminuição do crescimento chinês, especialmente os maiores destas regiões. Na América do Sul, o Chile é o mais vulnerável à desaceleração chinesa com cerca de 6,9% de seu PIB resultante de exportações para os orientais, seguido por Venezuela (3,8%), Peru (3,5%), Uruguai (2,3%), porém com uma pauta comercial mais relacionada a produtos primários agrícolas do que minérios/energia) e Brasil (2,1%). A despeito do Brasil ser um país que tradicionalmente ainda participa pouco do comércio internacional em proporção ao tamanho de sua economia, a China tem um peso significativo, sobretudo em caso de diminuição de aquisição de commodities e de investimentos estrangeiros direto, o que começou a ser sentido a partir do final de 2014 e em 2015. Alguns dos principais projetos em curso no Brasil – como concessões de portos, aeroportos ou mesmo de campos de petróleo do pré-sal, têm participações chinesas ou estão atrelados à demanda chinesa por *commodities*.

Euro area countries' exposure to China is small (% of GDP)



Sources: IMF DOT, Moody's

Gráfico 3. Exposição dos países da zona do Euro com relação à China em suas exportações. Elaborado por MOODY'S, *Economic Outlook* 2015 a partir de dados da UNCTAD.

A zona do Euro também não fica imune, ainda que a China represente em média apenas cerca de 3% das exportações; conforme o gráfico 4, a maior economia europeia tem pouco mais de 5% de seu PIB vinculado à China. Tudo isto mostra que a China não é mera suposição de ator-rival no sistema; sua atual condição lhe dá todas as prerrogativas para desde já começar a pleitear maior poder e, por consequência,

elencar melhor as recompensas a receber a partir da expectativa de interação dos atores no sistema.

3.2.1 – China imperialista? O receio despertado nos países estrangeiros e a alegação do imperialismo chinês.

Assim como salienta a argumentação arrighiana sobre os ciclos sistêmicos de acumulação e a hegemonia predominante em cada um deles, o momento predecessor à transição sistêmica e reordenamento de poder é um dos eventos mais desestabilizadores do sistema internacional e está associado a crescentes disputas pela redistribuição de acesso a mercados, recursos, influência; em suma: a melhores posições na cesta de recompensas.

Apesar da China ser a segunda maior parceira comercial da África, atrás dos EUA, e da Europa manter também substancial importância nas relações comerciais com a África, a China é quem tem sido recorrente acusada de impor padrões neocolonialistas ou imperialistas.

O desejo da China de se tornar uma potência econômica mundial, estabelecendo um contrapeso à hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional, ganhou força no período recente. A expansão da economia chinesa nos primeiros anos do novo século foi responsável por 25% de todo o crescimento econômico global (ELLIS, 2005).

A forte ligação entre o mercado global e o norte-americano, dado o elevado poder econômico dos Estados Unidos, fez com que a China, como *hegemon* aspirante, utilizasse outras estratégias de aproximação com as diferentes regiões do mundo. No caso da África, isso ocorreu principalmente após ficar evidente que a China superaria a Índia em acordos de infraestrutura para petróleo no continente. Esse acontecimento serviu de justificativa para os Estados Unidos identificarem o primeiro país como “uma grande ameaça para a sua segurança energética”, como bem definiu a analista da *Central Intelligence Agency* (CIA), Erica Strecker Downs (BERI, 2005, p. 387).

A grande demanda por produtos naturais no começo do século XXI, ocasionada não somente, mas especialmente por um estrondoso e contínuo ritmo de crescimento chinês, gerou uma pressão competitiva sobre as economias desenvolvidas e em desenvolvimento, afetando a distribuição mundial da oferta e os preços das principais commodities, gerando impactos sobre toda a economia global. Neste momento – comungando a movimentos de maior estabilidade política, a despeito de

muitos países ainda não terem vivido isso em sua plenitude –, a África passa a surgir como uma opção vantajosa, haja vista sua gigante oferta de produtos primários. Para explorá-los, no entanto, requerem-se investimentos vultosos em infraestrutura; e assim algumas regiões da África conseguem ressurgir na Economia global.

Em outras palavras, a busca por recursos naturais se tornou um aspecto fundamental para a China sustentar seu fenomenal crescimento econômico. Esse fato, somado à necessidade de encontrar mercados para seus produtos – em um contexto de ampla capacidade de intervenção dos Estados Unidos –, à necessidade ampliar alternativas a eventuais constrangimentos políticos impostos em âmbitos multilaterais e/ou pelas potências ocidentais tem exigido do estado chinês a redefinição de sua estratégia geopolítica e econômica global, bem como a formação de novas alianças.

Em 1950, por exemplo, o fluxo comercial entre China e África foi de meros US\$ 121 milhões e em 2000 este número extrapolou com sobras a barreira dos US\$ 10 bilhões, apresentando um crescimento anual de 30% desde então. Em 2012, o comércio sino-africano alcançou a incrível marca de US\$ 198.5 bilhões, sendo 42% em exportações e 58% em importações, e um déficit na balança comercial de US\$ 27,9 bilhões de dólares para a China. Em 2009, os orientais ultrapassaram os EUA como o maior parceiro comercial da África. A distância entre o fluxo comercial China-África e EUA-África cresceu exponencialmente deste então. Em 2012, o total do comércio dos EUA com a África foi de US\$ 99,8 bilhões, aproximadamente 50% do total transacionado entre chineses e africanos (YUN SUN, 2014). Há uma competição velada estabelecida e que usualmente é exposta por meio dos receios de alguns países ocidentais. Pela primeira vez, desde a era do comércio de escravos, os fluxos de exportações e importações africanos foram reorientados do Hemisfério Norte para o Oriente (CLAPHAM, 2005).

O poder econômico da China tem se ampliado de modo ininterrupto nas últimas décadas, afetando regiões como a África, onde um volume relativamente modesto de investimento estrangeiro, se comparado ao de outros locais, adquiriu grande relevância para o desenvolvimento africano, dado o pequeno tamanho de sua economia. No entanto, o crescente envolvimento e as tensões, em particular, da China com os Estados Unidos também trouxeram implicações para as relações internacionais e o desenvolvimento da África. Como Raine (2009, p. 9) observou:

(...) o continente tornou-se a arena na qual as potências da Ásia e do Ocidente puderam testar

individualmente suas intenções e estabelecer oportunidades e limites de cooperação, seja no contexto da manutenção da paz, seja na busca de mercados ou para garantir recursos naturais.

Entre as avaliações críticas acerca das relações sino-africanas, cabe destacar o estudo recente da Comissão de Comunicação da UE, em que se destaca a crescente presença da China na África. Outro estudo sobre a política dos EUA para a África, publicado em 2006, o *Council on Foreign Relations* revelou preocupações acerca das formas de penetração da China no continente africano, argumentando que as vantagens da China na competição pela África decorreriam de seu apoio a regimes que violam os direitos humanos. Igualmente, causam certa estranheza as declarações “preocupadas” do FMI, do Banco Mundial, do Departamento do Tesouro dos EUA e do Banco Europeu de Investimento de que a África estaria se endividando com os créditos fáceis oferecidos pela China (GILL; HUANG; MORRISON, 2007: 11).

Com relação à África, há um certo temor dos países ocidentais - e das instituições multilaterais em que eles exercem importante influência (Banco Mundial e FMI) sobre os efeitos do crescimento da China para aquela região, com relação a questões de boa governança, democracia e todo um arcabouço de medidas econômicas impingidas por muitos anos à região por estas instituições. Para os ocidentais, a presença econômica e chinesa na África fomenta uma série de problemas. Em sequência à cúpula China-África realizada em Pequim em novembro de 2006, os líderes internacionais logo entenderam a importância do encontro, e a chanceler alemã Angela Merkel salientou abertamente: “Nós, europeus, não devemos deixar o continente africano para a República Popular da China... Nós devemos manter presença na África” (CAMPBELL, 2008). Por parte das instituições de Bretton Woods, o comentário foi de que a China, por meio de seus empréstimos irrestritos, teria “minado anos de esforços em arranjos econômicos estruturantes para possibilitar perdão de dívidas condicionadas” (CAMPBELL, 2008: 93). Paul Wolfowitz, então porta voz do FMI, argumentou que a China poderia enfraquecer a posição do FMI e do Banco Mundial sobre a África.

Nesse sentido, a política chinesa para a África pode ser vista como positiva por estes países também por minimizar o impacto dos constrangimentos sistêmicos causados aos mais pobres em razão das políticas de austeridade impostas pelas instituições controladoras da ordem econômica internacional. Quiçá, num futuro a médio e/ou longo prazo, o Banco do BRICS já possa também minimizar a influência

destas instituições, o que pode começar a acontecer a partir do momento em que estes países colocarem em prática de fato o comércio exterior em suas moedas locais, o que ainda tem acontecido em caráter inicial.

Ademais, a busca chinesa para melhorar sua economia industrial e reposicioná-la na cadeia global de suprimentos encontra na África uma vasta e não explorada rede de recursos laborais, identificando-a como “ideal” para a implantação das fábricas chinesas de mão de obra intensiva. Isto suscita dois problemas cruciais que têm sido apontados por muitos acadêmicos para alegar o imperialismo ou neocolonialismo na postura chinesa: o aumento da migração de chineses para a África a fim de ocupar postos de trabalho – usualmente como donos de companhias ou trabalhando para firmas chinesas – e que tem suscitado duras críticas sobre o componente do racismo no modelo chinês de cooperação²⁸, na medida em que parcela alta de trabalhadores e empresas subcontratadas tem que ser chineses; e também o aumento de pequenas manufaturas, sobretudo têxteis, que utilizam de padrões de produção muito mais baratos e estão aniquilando as manufaturas locais, acentuando a primarização da economia; por fim, a presença destas manufaturas expõe uma sapiência chinesa – e quiçá um futuro problema para as nações africanas – na medida em que essas manufaturas na África têm crescido em ritmo acelerado a fim de buscar brechas nos acordos comerciais, pois os países africanos de baixa renda (LICs) possuem acordos de preferência tarifária (Acordos de Lomé e Cotonou são exemplos) com as ex-colônias europeias (ACP) e assim conseguem exportar sua incipiente produção manufaturada. O aproveitamento desta brecha por firmas chinesas que utilizam padrões de produção diferenciados e usualmente não bem vistos pelos europeus pode ensejar estes últimos a buscar uma revisão desta benefício o que muito prejudicaria os países africanos (ALDEN, 2006).

Para a África, a China é um parceiro a mais, fundamental à construção do país em formação e de desenvolvimento tardio. Trata-se de uma oportunidade de barganhar a inserção internacional, ao mesmo tempo em que busca preservar certa autonomia e construir uma política externa de liderança regional na região Subsaariana.

Os principais projetos apontados para atração de investimentos ao continente – sejam a NEPAD ou os corredores agrícolas – pressupõem forte concertação com o capital internacional, o que, como dito, já foi bastante associado às iniciativas neocolonialistas. Essas críticas, embora

²⁸ Ver mais em BAAH & JAUCH, 2009. Denúncias também em <http://www.brazilafrika.com/china-quer-firmar-parceria-com-a-africa/>

arrefecidas, não deixaram de existir. A resposta aos contrários a elas, que parte especialmente de vários líderes africanos, é de que dessa vez eles estão no seio da formação dessas alianças; não como meros passageiros. Nesse sentido, eles rechaçam o termo neocolonialismo, por acreditarem fazer parte dessas iniciativas em condições de ditar-lhes os rumos, dispondo da discricionariedade suficiente para optar pelos melhores projetos. Fato é que o capital que tem sido investido – e que reconhecidamente tem uma preferência por *commodities* – tem sido extremamente útil para criar infraestrutura básica, sem a qual seriam bastante improváveis as melhoras dos indicadores africanos.

O que se pode questionar a partir daí, e tendo em conta as várias críticas de atuação e espoliação de recursos africanos por parte das principais potências, que têm corroborado algumas interpretações de imperialismo por parte do capital estrangeiro, seria uma ideia de quebra do compromisso de classes interno às nações. A ideia é de que a frágil concertação na política interna nesses países os aproxima da classificação dada por Athul Kholi, de Estados de múltiplas classes fragmentadas:

Leaders of these states attempt to promote industry by supporting private enterprise, but given the political compulsions of maintaining legitimacy, the relationship of state and business tends to be cooperative at times but distant and even conflictual at other times. Similarly ambiguous is the relationship of the state with the working class. In the absence of well-developed parties, leaders may emphasize a pro-working class rhetoric to shore up political support, but, on balance, they feel obliged to maintain a functioning private economy, including a working class whose gains must not outstrip gains in productivity. The relations between the political elite and the vast numbers of the poor, both in the cities and in the countryside, tend to be unorganized (JANIS, 2007: 82 apud Kholi 2004: 400²⁹.)

²⁹ Tradução nossa: Os líderes desses estados tentam promover a indústria apoiando a iniciativa privada, mas dadas as pressões políticas de manutenção de legitimidade, a relação entre Estado e negócios tende a ser cooperativa por vezes, mas distante e até mesmo conflituosa em outros momentos. Da mesma forma, ambígua é a relação do Estado com a classe trabalhadora. Na ausência de partidos bem desenvolvidos, os líderes podem enfatizar uma retórica classe pró-

Na medida em que governantes e elites saúdam e celebram efusivamente iniciativas como essas, e movimentos sociais, sobretudo sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, alegam inúmeras violações aos direitos de trabalhadores por meio de más condições laborais, baixos salários, exploração, discriminação, expropriação de camponeses nas zonas rurais e etc., é explícito que o compromisso entre as classes nesses países está muito aquém do necessário para acomodar os diversos interesses.

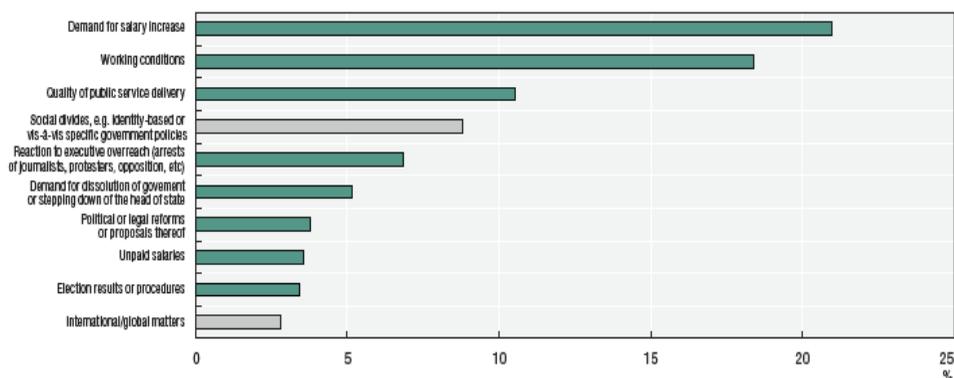


Figure 3. Principais motivos de protestos na África subsaariana em 2014. Extraído do AEO, 2015. Segundo os autores, baseado em matérias jornalísticas das agências Reuters e AFP.

Conforme mostra a figura 3, segundo o relatório *African Economic Outlook* 2015, os dois principais motivos de protestos públicos na África no ano de 2014 foram demandas por aumentos salariais, com pouco mais de 20%, e queixas relativas às condições laborais. Muito embora sejam duas temáticas particularmente caras e sensíveis à China, má gestão de situações similares é comum em todos os países do mundo e as razões dos protestos elencadas existem também em todas as regiões, praticadas por diversos governos e companhias

trabalho para angariar apoio político, mas, no cômputo geral, eles se sentem obrigados a manter uma economia privada em funcionamento, incluindo uma classe trabalhadora cujos ganhos não devem ultrapassar os ganhos de produtividade. As relações entre a elite política e do grande número de pobres, tanto nas cidades quanto no campo, tendem a ser desorganizadas. (JANIS, 2007: 82 *apud* Kholi 2004: 400)

internacionais. No entanto, não deixa de ser um elemento Cabe destacar, pois, que muitas dessas iniciativas já têm sido associadas a empresas estrangeiras em atividade no continente africano, inclusive Chinesas.

No que toca ao mundo atual, isso passa a ser preocupante especialmente em razão do “modelo social” chinês, em que a ausência de justiça social e respeito à legislação laboral é latente. Como antecipava Polanyi (2000), o progresso econômico dá-se em função da desarticulação social. A “necessidade” crescente de reestabelecer os lucros pode provocar perdas sociais importantes que podem se expandir quando comungadas ao modelo econômico chinês, que tem se mostrado exitoso a despeito da falta de atenção a padrões laborais considerados adequados pela OIT. Contudo, é salutar “separar o joio do trigo”: o padrão adotado internamente pela China embora possa assustar outros países, sobretudo os de padrão laboral mais ocidentalizado, não pode ser utilizado previamente para justificar necessariamente neocolonialismo.

Nesse sentido, entende-se que a presença da China na África, não representa “um novo colonialismo” ou imperialismo, tampouco reforça o “caráter inexorável” da condição periférica africana. A relação bilateral sino-africana apesar de suas contradições e assimetrias, apresenta-se para ambos, em medida diversa, como oportunidade mais do que como constrangimento nesta conjuntura de transição sistêmica e reconfiguração da ordem mundial. Isto não quer dizer que desaparecem contradições inerentes às assimetrias e aos interesses nacionais nos relacionamentos interestatais.

Com relação a algumas posições críticas ao modelo chinês e acusações de imperialismo, algumas contestações são imperiosas, como a de Campbell, a seguir:

First, and most importantly, China was never a participant in the inglorious transatlantic slave trade. Second, there has been no tradition of Chinese colonialism, genocide and occupation in Africa. Third, China embraced the African liberation process with diplomatic, political, material and military support. Fourth, both China and the AU formed the part of the South-South bloc in the WTO, opposing the patenting of life forms and the hegemonistic plans of US-based biotech corporations. Fifth, China has not been identified with the structural adjustment policies

*that impoverished Africa over the past 30 years. (CAMPBELL, 2008:100).*³⁰

Desta mesma forma, a acusação de imperialismo da China na África, é considerada por este autor como inadequada, ao menos em princípio. Há, sim, uma assimetria natural em relação à postura de poder, o que pode ensejar críticas sociais muito fortes, especialmente relacionadas ao modo de inserção das empresas chinesas na África, o racismo e as práticas laborais que têm se manifestado.

A presença da China na África, da mesma forma que a do Brasil na América do Sul ou mesmo na própria África, está reproduzindo os interesses nacionais em jogo, os conflitos e as assimetrias, mas com padrões de relacionamento diferenciados daqueles estabelecido pelas antigas potências ocidentais. Algumas de suas características são: 1) não há a imposição de modelos político-institucionais; 2) não há a imposição de ajustes macroeconômicos; 3) não há intervenções militares; 4) há condições vantajosas de financiamento; 5) há disposição para a cooperação tecnológica; e 6) há uma agenda diplomática convergente no que se refere à reorganização da governança do sistema internacional, ainda baseada na realidade do Pós II Guerra. Portanto, é de vital importância a compreensão das relações entre os emergentes (China, Índia e Brasil) e África para o entendimento das novas configurações de poder que se desenham no mundo.

A China aparenta ter adotado uma estratégia de cooperação por negócios; investimentos de grande monta em projetos de infraestrutura importantes para os países africanos lastreados em exportação de petróleo, minério e demais produtos primários dos países africanos. A demanda chinesa por energia para alimentar seu crescimento tem levado a buscar suprimento de quaisquer países africanos, até mesmo o Sudão, que foi alvo de um severo escrutínio internacional em razão de alegado

³⁰ Tradução nossa: *“Primeiramente e mais importante, a China nunca participou do infame tráfico de escravos transatlântico. Segundo, não há no histórico chinês registro colonialista, genocida e de ocupação da África. Em terceiro lugar, a China concedeu apoio ao processo de liberação africana por meios diplomático, político, material e militar. Ademais, tanto a China quanto a União Africana (AU) são partes da coalização Sul-Sul perante a OMC, opondo-se a patentes da indústria farmacêutica e de biotecnologia baseadas nos EUA. Por mim, a China não se identifica com ajustes estruturais condicionantes – como aqueles impostos pelas instituições de Bretton Woods e balizados pelas potências ocidentais – responsáveis por um empobrecimento da África nos últimos 30 anos.”*

papel no genocídio em Darfur, um dos crimes humanitários mais chocantes do passado recente do mundo. Esse lapso de preocupação da China com a prática política dos países – se são democráticos, ditatoriais, se respeitam os direitos humanos ou não – é encarado por ela como uma qualidade em sua posição junto à África. Muitos atores também encaram dessa forma; logo, a despeito das várias críticas que a comunidade ocidental possa fazer, isso é uma força presente na carta de negócios chinesa. O que os chineses buscam é meramente estabilidade política para os seus negócios, garantindo não impor nenhum tipo de constrangimento político em razão da forma de governo ou do *modus operandis* do país em questão.

De todo o modo, apesar da corrente de comércio China-África tem alcançado a incrível marca de US\$ 198.5 bilhões em 2012 e superar em mais de 100% o comércio EUA-África, pode-se dizer que as preocupações dos países/instituições ocidentais estejam superestimadas. Em 2011, mais de 80% das importações chinesas da África consistiam em petróleo não refinado, produtos primários e recursos. As exportações chinesas para a África são primariamente produtos acabados como maquinarias, têxteis e eletrônicos. Embora a China tenha se tornado um *player* importante em termos de IDE na África, a região não foi o principal destino dos investimentos globais chineses. Em 2004, por exemplo, a América Latina, a Ásia e a Europa representaram 94% do destino dos fluxos de IDE chinês. Em 2003, 77% do investimento direto estrangeiro chinês fora da Ásia foi para a América Latina (ELLIS, 2005).

A despeito dos empolgantes números, a África corresponde a apenas uma pequena fração do investimento global chinês. No entanto, por causa da quantidade relativamente pequena de IDE global recebida pela África, os investimentos diretos chineses exerceram um papel fundamental para o continente, muito maior do que o sugerido pelas proporções envolvidas. O investimento da China na África corresponde a apenas 4.3% do total de seu investimento, significativamente menos do que o investimento na Ásia (60.9%), na América Latina (16%) e Europa (11.1%).

Isto mostra como injustificado o crescente temor Ocidental da presença chinesa na África. A despeito do grande volume em um curto prazo de tempo, é imperioso salientar que na prática o volume saiu do quase nada para o muito pouco, ou seja: ainda irrelevante a ponto de corresponder aos receios e alardes das potências ocidentais. A atenção que a situação ganhou deve-se mais a um receio dos países ocidentais pelo crescimento da presença chinesa não apenas naquela região, mas

em âmbito global - o que mostra que a estratégia '*going global*' da China tem dado certo.

3.3 - SALDO DA RELAÇÃO

Como visto, embora o volume de comércio e aproximação econômica da China para a África tenha sido efetivamente vertiginoso, em termos estruturais segue sendo uma parcela minoritária. O crescimento expressivo, proporcionalmente ou em termos absolutos, deu-se em razão do acintoso crescimento chinês, e não propriamente por uma ação orquestrada de “dominação” econômica ou política sobre uma região. Por essa razão, em que pese o argumento de Michael Mann e o aporte militarista de Tilly apresentados no capítulo 1, a visão ora defendida compreende que o termo imperialismo é inadequado para a análise da projeção chinesa para a região.

Ainda que houvesse uma posição política de dominação declarada, um esforço econômico deliberado para constranger e restringir as opções dos atores da África subsaariana – o que efetivamente não existe, para ambos –, ainda faltaria um aspecto fundamental para que o conceito de Imperialismo pudesse ser evocado: a projeção e/ou o constrangimento militar.

Já no que concerne a posição da África no sistema internacional e a melhora nos indicadores econômicos, ressalta-se que é imperioso analisar esse evento em sua longa duração, pois muito embora esses números sejam bastante positivos, são insuficientes para considerar algum prenúncio de alteração estrutural do quadro periférico da região. Nesse sentido, enfatiza-se a contribuição de Ouriques:

“Os bons resultados conjunturais de algumas economias africanas, principalmente aquelas dotadas de recursos considerados estratégicos, parecem apenas recolocar as economias locais exatamente onde se encontravam há pouco mais de trinta anos atrás. Dadas as características fundamentais da economia mundo capitalista, isto é, a desigualdade espacial e a polarização, é pouco provável que o continente africano como um todo, que novamente se apresenta como uma terra de renovadas e lucrativas oportunidades para velhos (EUA e Europa) e novos competidores no mercado mundial (China), consiga efetivamente

ascender na hierarquia global de riqueza” (OURIQUES, 2014).

Alguns estudos salientam que a África já teve participação em torno de 5% a 8% do comércio global no início do século passado, tendo esse número gradativamente diminuído em razão dos conflitos de dominação, guerras mundiais, independências e consequentes guerras civis, sem mencionar as rígidas políticas condicionantes de ajuda em troca de ajustes e medidas liberalizantes, impingidas pelas instituições financeiras multilaterais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, como grandes vacinas que causam mais sofrimento que as doenças em si.

Assim, muito embora mereça o reconhecimento positivo, o que tem ocorrido é apenas uma reversão inicial do processo de quartelização assinalado por Castells, que seria uma categoria criada justamente para abarcar zonas completamente díspares em relação até mesmo aos países periféricos – em passado recente, usualmente tratados como de terceiro mundo. Na medida em que estudos como o apresentado pelo Fórum Econômico Mundial já sugerem estarmos vivendo uma quarta revolução industrial, em que um indicador importante seria o acesso a internet a partir de dispositivos móveis em número superior ao de computadores, a região subsaariana ainda vive um momento bastante inferior no que tange a atingir patamares de outros países nesses itens de tecnologia.

A partir da leitura da vasta bibliografia utilizada para a elaboração da pesquisa, foi elaborado um quadro que serviu como importante exercício analítico na decomposição dos vetores e instrumentos de ação dos atores (região subsaariana e China), bem como enxergar e categorizar a posição relativa desses atores frente ao outro. A metodologia é bastante comum e consiste em um quadro-matriz de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (FOFA) de cada envolvido. Cabe mencionar que a categorização, embora embasada em ampla leitura e pesquisa, é discricionária e expõe, obviamente, o ponto de vista – e subjetivamente as preferências teóricas e de abordagem – deste autor acerca da relação China-África. Claramente, muitos outros pesquisadores podem discordar dessa categorização e, por isso, o objetivo não foi uniformizar ou sedimentar o padrão de análise, tampouco ensejar uma espécie de ingenuidade, senão facilitar a análise por meio de uma “dissecação” da relação.

Há claramente elementos que podem ser considerados mutuamente tanto forças, como fraquezas, por exemplo, a depender do aporte teórico e viés analisado, estando em um dos campos por questões

didáticas. Ademais, os itens elencados não compõem um rol exaustivo, sendo outros elementos passíveis de serem incorporados à matriz. Assim, a figura 4 representa a conclusão do estudo acerca do relacionamento China e África. Além dos quatro quadrantes, há zonas intermediárias compreendidas como intersecção no relacionamento entre eles, sendo tanto forças quanto oportunidades, ou fraquezas quanto ameaças. Eis a classificação:

- No lado positivo, quesito **FORCAS:**

Por parte da China:

- *Going out policy*: maior disposição em fazer IEDs a partir da promoção das empresas nacionais em território estrangeiro;

- *All directional, all rounds*: inserção internacional em todas as direções; sem fomentar concentração específica em alguma região ou privilégio de região específica, muito embora seja sabido que a China tem, naturalmente, o sudeste asiático elencado como sua área de projeção preferencial;

- Maior mercado consumidor do mundo;

- Cooperação sul-sul: contribuição em infraestrutura e desenvolvimento humano sem condicionantes estruturais nos mesmos níveis que os impostos por países da OCDE e instituições financeiras multilaterais;

Por parte da África:

- Abundância de recursos naturais e minerais;

- Exército de mão-de-obra barata- com perspectiva de crescimento demográfico;

Em COMUM:

- Pujança econômica recente e menos turbulência frente à crise financeira internacional de 2008;

- “Sem condicionalidades políticas”, desde que respeitado a política chinesa da “China única”;

- Compartilham passado colonial de exploração e jugo por parte das principais potências ocidentais;

- No lado positivo, quesito **OPORTUNIDADES:**

Por parte da China:

- Inserir internacionalmente suas empresas e ampliar concertação política para seus projetos globais;

- Criar reserva de mercado para seus produtos industrializados, bem como garantir fornecedores de produtos primários;·

Por parte da África:

- Diplomacia do pêndulo à vista: possibilidade de barganhar entre China e as potências centrais, ou mesmo demais países semiperiféricos, em um contexto crescente de mudança de forças no ciclo sistêmico de acumulação e da "cesta de recompensas";

- Desenvolvimento congênito: África para os africanos; oportunidade de pensar o desenvolvimento a partir de suas ideias, a despeito dos recursos e interesses estrangeiros.

Em COMUM:

- Fórum de concertação política e suporte econômico: FOCAC;

• No lado negativo, quesito **FRAQUEZAS**:

Por parte da China:

- Espoliação de recursos naturais e minerais;

- Multiplicação de manufaturas chinesas e o grau assimétrico de competição com as africanas, em relação ao custo de produção;

Por parte da África:

- Baixo poder de barganha;

- Baixo grau de assimilação de inovação tecnológica;

- Exportador de *commodities* e produtos de baixo valor agregado; alto grau de assimetria na relação,

Em COMUM:

- Alto grau de mão-obra e componentes chineses nos principais projetos;

- Investimentos com condicionantes econômicos às empresas chinesas;

• No lado negativo, quesito **AMEACAS**:

Por parte da China:

- Potencialidade de causar conflitos sociais: tensões laborais; sobre o aproveitamento e uso do solo; e controle dos principais setores produtivos;

Por parte da África:

- Fortalecimento de elites locais pouco comprometidas com o desenvolvimento nacional, senão com seus próprios negócios: quebra do compromisso de classes;

- Instabilidade política com possível fortalecimento de grupos insurgentes a partir do pouco compromisso em acomodar divergências políticas;

Em COMUM:

- Racismo;

- Migração de nacionais e controle de firmas;
- Baixa institucionalização da África e tendência à corrupção;

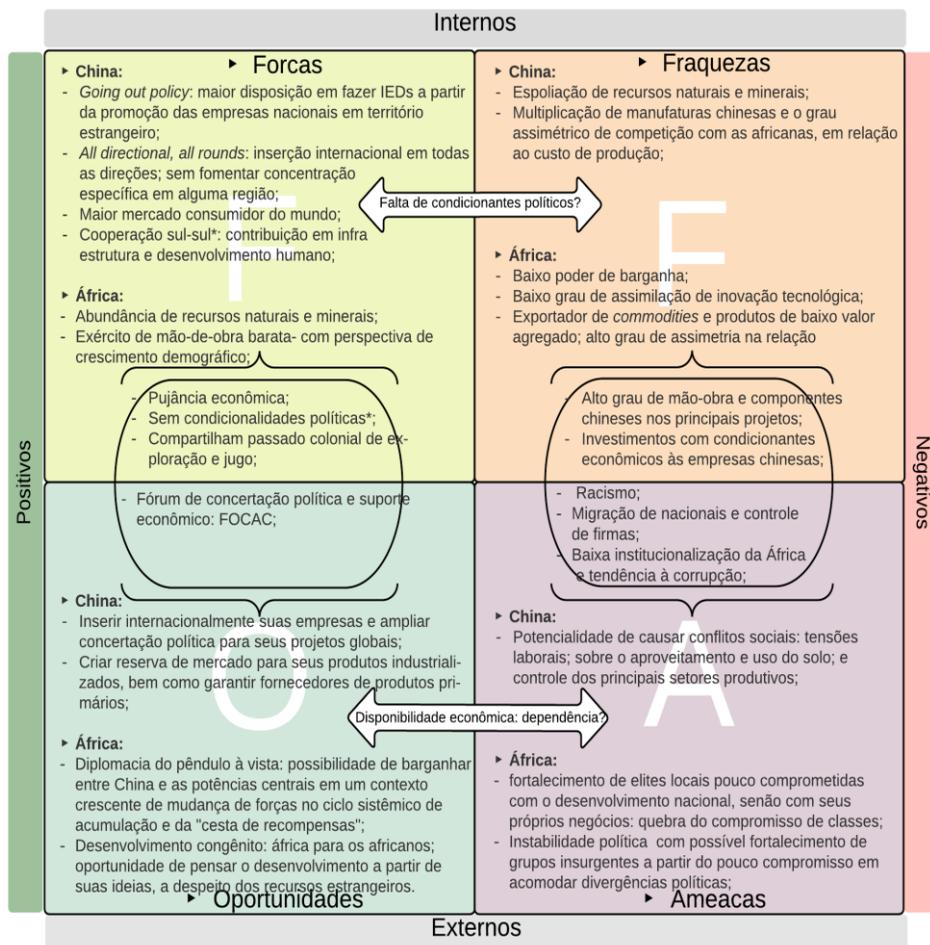


Figure 4. Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) – ou, no inglês SWOT (*Strength, Weakness, Opportunities and Threats*) – da relação China-África. Elaborada pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura do sistema internacional desde o capitalismo enquanto forma de organização econômica predominante é um fator de constrangimento forte às regiões, e como mostrado, mesmo na *longue durée*, dificilmente as regiões conseguiram escapar das armadilhas impostas pela forma de acumulação estabelecida desde o século XVI. Como visto, a história da dominação europeia – e em especial o estabelecimento dos padrões de dominação inerentes – sobre as regiões recém descobertas e que não dispunham da condição de acumulação e/ou incorporação de tecnologia, mostrou que a maneira de ingresso das regiões no sistema de acumulação europeu foi predominante para os destinos dessas áreas no que concerne à corrida para o desenvolvimento.

“O progresso é um mito renovado por um aparato ideológico interessado em convencer que a história tem destino certo e glorioso”. (DUPAS, 2007). Na mesma linha, Wallerstein chamava atenção ao considerar o desenvolvimento muito mais uma ilusão do que uma estrela polar. Por essa razão, para responder à pergunta de pesquisa – em que medida a inserção chinesa na África subsaariana contribui para o desenvolvimento da região –, foi imperioso ressaltar o jugo ao qual a região subsaariana foi submetida, bem como a posição periférica cuja integração lhe ocorrera. Ademais, o aporte teórico apresentado foi salutar para expor que o desenvolvimento não é para todos, e que está atrelado a vários outros fatores que não apenas a melhoria dos indicadores econômicos.

No capitalismo contemporâneo em que a produção deixou de ser tão atrativa e a financeirização tornou-se o padrão sistêmico de riqueza (BRAGA, 1985; 1993), um “*hot spot*” que tem condições de fazer com que a produção tenha uma rentabilidade considerável frente à financeirização atrai atenção de todos e logo se torna palco para investidas e, conseqüentemente, eventuais disputas. Por apresentar oportunidades de investimento com taxas de rentabilidade muito altas em relação à saturação que o capitalismo já encontrou em outras áreas – e que o direcionou à financeirização ou mesmo mover a produção para outras regiões como a Ásia a partir de meados do século passado ou o leste europeu com o fim da URSS –, a África tende a ser neste novo século a área de projeção e disputa econômica de muitos países, especialmente à medida que os problemas de instabilidade política causadores de riscos aos investimentos forem sendo matizados.

A marginalidade da África aparece nos números e indicadores econômicos e sociais. No entanto, fazendo uma sucinta analogia ao elemento mais básico formador da matéria, assim como no átomo, os elétrons que orbitam os prótons e nêutrons são igualmente importantes para a estrutura. Nesse sentido, como a abordagem de sistema mundo explícita, a periferia é tão importante para o sistema quanto o núcleo orgânico, pois são interdependentes; não há sistema sem sua existência. A partir dessa interpretação, não há que se falar em marginalidade da África. E justamente a partir de sua crescente integração ao capitalismo do século XXI é que essa marginalidade tem o promissor destino de deixar de ser realidade. O continente africano será peça angular das estratégias dos países do núcleo orgânico e semiperiféricos em busca de melhores posições no sistema. Para obterem melhores resultados nas “cestas de recompensas” do sistema, terão de aplicar mais esforços e a África tem enorme potencial para ser o fiel da balança em um futuro a médio e longo prazo.

Muito embora a possibilidade de ascensão estrutural na lógica do sistema-mundo seja a exceção, corroborando com a analogia da roda do *hamster*, em que as regiões têm de se esforçar continuamente para ao menos se manterem no mesmo lugar; e tendo as “ambições” para o desenvolvimento servido muito mais aos propósitos de dominação: seguidos como uma estrela polar, e usualmente se manifestando como ilusões, torna-se coerente salientar que em razão da estruturação periférica da África desde os primórdios, conforme mostrado, é improvável sua ascensão estrutural enquanto região. Para que ela ascenda, é necessário o descenso de outras regiões. Ainda que isso venha a ocorrer com alguns outros países/regiões, é bastante improvável que a ascensão de toda a região subsaariana seja possível. Como mostra Arrighi em sua análise histórica: a ascensão é a exceção. Contudo, pelo exposto, é seguro que nunca antes na história daquele continente houve condições tão favoráveis para tal como as existentes atuais ou as que se avizinham para um futuro a médio e longo prazo.

A China segue seu compasso na economia mundial com inflexão nos temas africanos. Mesmo que não alcance os antigos resultados tão elevados de crescimento econômico nas duas últimas décadas, segue ator central na evolução do crescimento da África. O capitalismo chinês foi na última década e seguirá nesses anos da segunda década do século XXI o maior agente de modernização econômica do continente africano. Colabora com a socialização da riqueza, em lugar de alimentar o patamar histórico de apenas ampliação de pobreza e insegurança econômica. Esse é certamente um setor importante para os críticos da

presença chinesa na África. A estratégia chinesa para a África pode ser sintetizada em alguns pontos: exportação para a África do modelo chinês de tratamento dos temas da agenda internacional, apresentando-se como uma representante natural dos países em desenvolvimento; exportação de bens industriais e armas e importação de produtos primários; e exploração de todas as fontes possíveis e necessárias de recursos minerais, estratégicos e de energia que garantam a sustentabilidade do crescimento econômico chinês.

O avanço chinês e o êxito paulatino de sua estratégia podem sinalizar as mudanças sistêmicas tão aludidas pelas teorias do sistema-mundo (para Wallerstein, a partir de 1969 e Arrighi a partir da década de 1980). Por meio do aporte teórico utilizando, percebe-se que a posição chinesa, embora ainda em um processo de transição com alguns constrangimentos típicos do status intermediários que ainda faz jus, não pode mais se adequar inteiramente como um país meramente buscando espaço. Muito embora haja uma resistência por parte dos atores centrais para que este novo ator disponha de maior espaço e tenha acesso a uma cesta de recompensas maior, isto deverá acontecer cedo ou tarde; na verdade, o provável é que até mais cedo do que se pensa. Não se quer dizer aqui que a China subverterá a ordem internacional e será o grande hegemon. Até mesmo porque a China deu alguns sinais de que interpreta de ainda não é o momento para lidar com o custo da liderança em alguns vetores (um exemplo foi a questão econômica após a crise financeira internacional).

E em atenção à pergunta de pesquisa, mostra-se que a China tem um papel importante na retomada do crescimento econômico africano. Dificilmente, contudo, a ação chinesa será suficiente para alçar a região da África subsaariana em condições estruturalmente melhores. Como visto, a incorporação de tecnologia e o controle das atividades mais rentáveis das cadeias mercantis – quais sejam: elaboração, concepção e criação – são praticamente inexistentes na região ao sul do Saara; essa região está muito aquém nesses indicadores com relação às poucas zonas que conseguiram fazer a transição no passado recente, como Coreia do Sul e a própria China. No entanto, ressalta-se, se a estratégia do dragão asiático não é *per se* suficiente para alçar os países subsaarianos à condição de semiperiferia ou núcleo orgânico, ao menos tem funcionado para retirá-los da infeliz condição de “quarto mundo”.

Como mostrado, a África tem tudo para ocupar um papel interessante no processo de reordenamento de preferências no sistema; não como protagonista, deve-se mencionar, mas sim como um coadjuvante de peso. A ausência de interesses capilares e

constrangimentos fortes por parte dos atores centrais torna a região com um custo menor para buscar se inserir – sendo custo político o já oferecido pela própria instabilidade política ainda presente na região. É isso que a China tem feito com estrondoso sucesso, seja para os africanos ou para os chineses. A China possui algumas forças para estes países: reforçar a estabilidade política e não se preocupar com os assuntos do padrão ocidental democrático; reforço nos investimentos em infraestrutura; empréstimos subsidiados, cooperação em larga escala e perdão de dívidas sem condicionantes macroeconômicas estruturantes. Todas estas são medidas que fortalecem bastante a África neste momento e, por isso, muito requeridas.

Apesar das preocupações sociais, é possível dizer que o movimento chinês para a África é muito positivo e que os temores ocidentais não se justificam. Aparentemente, a presença chinesa na África contribui para uma atmosfera de “desenvolvimento” – circunstancial ao menos por enquanto –, similar àquela que atingiu a mesma China no momento das reformas liberalizantes de Deng Xiaoping quase quatro décadas atrás. Esta transformação é bem vinda, mesmo considerando o objetivo primordial chinês de ter a África como supridora de produtos primários e opção de mercado para seus produtos. O importante é buscar condições para paulatinamente diminuir a assimetria da relação; assimetria não significa imperialismo e não necessariamente implica em renunciar a parceria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC (Agência Brasileira de Cooperação) 2010. A cooperação técnica do Brasil para a África. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, Ministério de Relações Exteriores.

ABC (Agência Brasileira de Cooperação) 2013. *Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul*. 1º edição. Brasília, 2013.

ACIOLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo P. F.; PINTO, Eduardo C. (Orgs) A China na nova configuração global : impactos políticos e econômicos .- Brasília : Ipea, 2011. 352 p. : gráfs., tabs.

AFRICA GOVERNANCE REPORT III, UNECA. Disponível em www.uneca.org

AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK (AEO), 2015. Special theme: Regional Development and Spatial Inclusion. African Development Bank Group; OECD Development Centre; UNDP, 2015.

ALDEN, Chris. *China in Africa Survival: Global Politics and Strategy*, 47:3, 147-164.

ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: Algumas Reflexões in *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, V. 12, N. 24 P. 43-76, DEZ 2005.

AMARTYA, Sen. O Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras. São Paulo, 2000.

AMSDEN, Alice H. *The rise of "the rest": challenges to the west from late-industrializing economies*. Oxford University Press: New York, 2001.

ANDERSON, J. Is China Export-Led? Global Economic Research UBS Investment Research Asian Focus. 2007.

ARIENTI, Wagner Leal; AMIN, Felipe. Economia Política do Moderno Sistema Mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi.

Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007

ARRIGHI, G; SILVER, B. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.

_____, Giovanni & ZANG, Lu. *Beyond the Washington Consensus: A new Bandung?* In *Globalization and beyond : new examinations of global power*. [edited by] Jon Shefner and Patricia Fernandez-Kelly. Pennsylvania State University Press. Pennsylvania, 2011.

_____, Giovanni. *A Crise Africana: Aspectos regionais e sistêmicos do mundo*. The Political Economy of Africa revisited Conference. Institute of Global Studies. Jhon Hopkins University, 2002.

_____, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro e Poder nas Origens do Nosso Tempo*. UNESP: São Paulo, 1996.

AYODELE, Thompson; SOTOLA, Olusegun. *China in Africa: An evaluation of chinese investments*. IPPA Working Paper Series (2014). Nigéria. Lagos, 2014.

BAAH, Anthony Y. & JAUCH, Herbert. *Chinese Investments in Africa: a Labour Perspective*. African Labour Research Network, 2009.

BERI, R. *Africa's energy potential: prospects for India*. Strategic Analysis, v. 29, n. 3, p. 370-394, 2005.

BRAGA, José Carlos de Souza. *A temporalidade da Riqueza* (tese de doutorado). Instituto de Economia, UNICAMP, mimeo. Campinas, 1985.

_____, José Carlos de Souza. *Financeirização Global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo in Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópoles: Vozes, 1997.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1985.

_____, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3v.

_____, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Publicado originalmente em *Annales E.S.C.*, n.4, 1958).

BRÄUTIGAM, D. Close encounters: Chinese business networks as industrial catalysts in Sub-Saharan Africa. *African Affairs*, v. 102, n. 408, p. 447-467, July 2003.

_____. *The dragon's gift: the real story of China in Africa*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2009.

BRESLIN, S. *China and the Global Political Economy*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2009.

BUGIATO, Caio Martins; BERRINGER, Tatiana. Um debate sobre o Estado logístico, subimperialismo e imperialismo brasileiro. *Rev. Dig.*, Florianópolis, n. 7, p. 28-44, jan-jul, 2012.

BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental: do Homem das Cavernas até a bomba atômica*. Editora Globo. Rio de Janeiro, 1955.

BUZAN, Barry & LITTLE, Richard. 2000. *International System in World History. Remaking the Study of International Relations*. Oxford: Oxford University Press. (*)

CAMPBELL, Horace. China in Africa: challenging US global hegemony. *Third World Quarterly*, Vol. 29, Nº 1, 2008, pp 89 – 105.

CARDOSO, Fernando H. & FALETTO, Enzo. *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1979.

CARLSSON, J. *South-South Relations in a Changing World Order*. Scandinavian Institute of African Studies: Upsala, 1982.

CARMODY, Pdraig. *Globalization in Africa: recolonization or renaissance?* Boulder CO; London: Lynne Rienner, 2010.

_____; e OWUSU, Francis. *A expansão da China para a África: interesses e estratégias*. In: *A China na nova configuração global: impactos políticos e Econômicos*. Brasília, IPEA, 2011, p. 235-267.

_____. *The New Scramble for Africa*. Oxford: Polity, 2011.

CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume 3. Paz e Terra, 3 ed. São Paulo, 1999.

CERVO, Amado L. Política Exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 46 n. 2 p. 5-25, 2003

_____, Amado L. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45 (1): 5-35, 2002.

_____, Amado L. Socializando o Desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil in *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 37 (1), 1994.

_____, Amado L. *Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHICHAVA, S., Duran, J., Cabral, L., Shankland, A., Buckley, L., Lixia, T. and Yue, Z. (2013). Brazil and China in Mozambican Agriculture: Emerging Insights from the Field. *IDS Bulletin*, 44.4.

CLAPHAM, C. Introduction. **International Affairs**, v. 81, n. 2, p. 275-279, 2005.

COEHN, Benjamin. The Macroadaptations of Power. EUI Working Papers RSCAS, nº 2005/08. San Domenico di Fiesole, Italy, 2005.

COX, Robert W. "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory", *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 10, no. 2, p. 127-155, 1981. (*)

_____, Robert W. "Production, Power and World Order. Social Forces in The Making of History" New York: Columbia University Press, 1987.

CUNHA, André M. *A China e o Brasil na nova ordem internacional*. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, volume 19, número suplementar, novembro de 2011, p. 9-29.

DEGNBOL-MARTINUSSEN, J. e EGBERG-PEDERSEN, P. – *Aid: Understanding International Development Cooperation*, New York, Zed Books, 2004.

DIALLO, Alfa Oumar. A nova parceria para o desenvolvimento da África (NEPAD). *Rev. Lasallista Investig.*, Caldas, v. 5, n. 1, Jan. 2008. Available in http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-44492008000100011&lng=en&nrm=iso

DUPAS, Gilberto. O Mito do Progresso in *Novos Estudos*, nº 77. p.73-79 CEBRAP. São Paulo, 2007.

ELLIS, R. E. U.S. *National Security Implications of Chinese Involvement in Latin America*. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute; US Army War College, 2005

FERRANDO, Tomaso. *Land Grabbing under the cover of law: Are BRICS-South Relationships Any Different?* In Nicola Bullard and David Fig (eds), *The Economic Rise of the South: A Critical Movement Reader*, Transnational Institute, forthcoming 2013.

_____, Tomaso. Dr Brasilia and Mr Nacala: Apparent Duality of the Brazilian State-Capital Nexus. Draft Version.

FIELDEN, M. B., “The geopolitics of aid: The provision and termination of aid to Afghan refugees in North West Frontier Province, Pakistan.” In *Political Geography*, 17(4) 1998, p. 475, 467.

FLYNN, Matthew. *Between Subimperialism and Globalization: a Case Study in the Internationalization of Brazilian Capital. Latin American Perspectives*, 2007. p. 34; 9.

FRANK, André Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1969.

FREEMAN, R.B. Does globalization of the scientific/engineering workforce threaten U.S. economic leadership? NBER Working Paper Series Working paper, n. 11457. 2005.

FREITAS, Raquel & MAH, Luís. The Marketplace of Aid in Sub-Saharan Africa: Choice in Critical Transitions. Cahiers du Centre Emile Durkheim Working Papers. [15] Février 2014.

FRENCH, H. W. *China in Africa: all trade, with no political baggage*. **New York Times**, New York, 8 Aug. 2004. Disponível em: <www.globalpolicy.org>.

_____, Howard W. *China's second continent: how a million migrants are building a new empire in Africa*. First Edition. Alfred A nopf: New York, 2014.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GALTUNG, Johan. “*Structural Theory of Imperialism*”, *African Review*, I, 4, April, 93-118, 1972.

GILL, Bates.; HUANG, Chin-hao; MORRISON, J. Stephen. *Assessing China's Growing Influence in Africa*. *China Security*, Vol. 3 No. 3 Summer 2007, pp. 3 - 21 World Security Institute. 2007.

GILPIN, Robert. *The War and Change in World Politics*. Cambridge University Press. Cambridge, 1981.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil* / Synesio Sampaio Goes Filho. – Ed. rev. e atual. – Brasília : FUNAG, 2015.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 - 1991)*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2008.

HOBSBAWN, Eric J. *The Age of Empire 1875-1914*. New York: Pantheon, 1987.

HOSONO, Akio. *South-South/Triangular Cooperation and Capacity Development*, in Hiroshi Kato (eds), *Scaling Up South-South and*

Triangular Cooperation, Japanese International Cooperation Agency (JICA), Tokyo, Japan (2012).

HURREW, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? *International Affairs* 82, I p. 1-19, 2006.

IGLESIAS PUENTE, Carlos Alfonso. A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período de 1995-2005/ LIII Curso de Altos Estudos. Carlos Alfonso Iglesias Puente. – Brasília: FUNAG, 2010.

IKENBERRY, G. J. *Liberal Leviathan: The origins, Crisis, and Transformation of the American World Order*. Princeton University Press: Princeton, NJ, 2011.

INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. International financial statistics, IFS.

JANIS van der Westhuizen (2007). Class Compromise as Middle Power Activism? Comparing Brazil and South Africa. *Government and Opposition*, 48, pp 80-100 doi:10.1017/gov.2012.6

KEOHANE, Robert O. “After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy”, Princeton University Press, 1984.

LANCASTER, Carol. *Foreign Aid: diplomacy, development, domestic politics*. University of Chicago Press. Chicago, 2007.

LI, Taisier M.; MATHEWS, Robert O. *Civil Wars in Africa*. Roots and Resolutions. London: Ithaca, 1999.

LIU, Y.; WANG, X. Technological progress and Chinese agricultural growth in the 1990s. *China Economic Review*, n. 16. 2005.

LUCERO, Everton. *Governança da Internet: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática*. Brasília: FUNAG, 2011.

LUMUMBA-KASONGO, Tukumbi. *China-Africa Relations: A Neo-Imperialism or a Neo-Colonialism? A Reflection*. Cornell University and Wells College. African and Asian Studies, 10, 2011. Pp 234-266.

MADDISON, A. Chinese economic performance in the long run. OCDE, 1998.

MALLOWIST, M; in História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília : UNESCO, 2010. 1208 p.

MANN, Michael. *The Sources of Social Power: v. 4, Globalizations, 1945-2011*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y Revolución*. Mexico: Siglo XXI, 1969.

MARTI, M.E. A China de Deng Xiaoping,. Nova Fronteira, 2007.

MARQUES, Joseph; SPANAKOS, Anthony. South-South relations and the English School of International Relations: Chinese and Brazilian ideas and involvement in Sub-Saharan Africa. *Rev. Bras. Polít. Int.* n°57 (special edition): 138-156 [2014]

Mc MICHAEL, Philip. World-System Analysis, Globalization and Incorporated Comparison. In *Journal of World-Systems Research*, VI, 3 Fall/Winter 2000, 68-99.

MEDEIROS, Carlos A. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In *Padrões de desenvolvimento econômico II (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia*. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2013. v.1; v.2; total 924 p.

_____. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização asiática. *REP*, v. 26. 2006

_____. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições. In: FIORI, J.L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. *O Mito do colapso do poder americano*, Record, 2008.

MIGDAL, Joel S. Internal Structure and External Behaviour: Explaining Foreign Policies of Third World States. *International Relations* 1972; 4; 510.

MILANI, Carlos R. S. APRENDENDO COM A HISTÓRIA: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, Maio/Ago. 2012.

MIRZA, Hafiz; MIROUX, Anne. Meeting of Experts on “FDI, Technology and Competitiveness” *A conference convened in honour of Sanjaya Lall*. UNCTAD, 8-9 March Palais des Nations. Geneva, 2007.

MOODY’S 2014. Moodys 2015 Outlook: Global Sovereign. Moody’s Investors Service. Disponível em www.moodys.com/2015-Outlook-Global-Sovereign

MYRDAL, Gunnar. *Economic Theory and Underdevelopment Regions*. London, Duckworth, 1959.

NOGUEIRA, Isabela & OLLINAHO, Ossi. From Rhetoric to Practice in South-South Development Cooperation: A case study of Brazilian interventions in the Nacala Corridor Development Program. Working Paper. Institute of Socioeconomics. University of Geneva, 2013.

NYE JR. Joseph S. *Soft Power: The Means to Success in the World Politics*. 1º ed. New York: Public Affairs, 2004.

OURIQUES, Helton R. *As relações econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica*. Carta Internacional. Vol. 9, n. 1, jan.-jun. 2014 [p. 19 a 43]

_____; LUI, Aline. China e África: Uma parceria estratégica. *Boletim Meridiano* 47 vol. 13, n. 134, nov.-dez. 2012 [p. 19 a 27]

PALMER, G. Et al.. – “Give or Take: Foreign Aid and Foreign Policy Substitutability” in *Journal of Peace Research*, vol. 39, (1), Oslo, 2002.

PAUTASSO, Diego. *A China na transição do sistema mundial*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. *A economia política internacional da China para Angola e os caminhos da transição sistêmica*. In: Século XXI: revista de relações internacionais. Escola Superior de Propaganda e Marketing do RS. Volume 1, n. 1, jan./dez. 2010, p. 107-126.

PANASEVIC, Anastasia. *Five Approaches to Development Cooperation: An Analysis of the Lithuanian Case*. The shortened version of author master's thesis that was defended at the Institute of International Relations and Political Science in 2013. Vilnius University, 2013. (*)

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 51 (2): 136-153, 2008.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As origens da nossa época*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 2000.

PREBISCH, Raul. "Commercial Policy in the Underdeveloped Countries", *American Economic Review*, Papers and Proceedings 251-73

PROENÇA, Adriano et alli. *Tecnologia e competitividade em setores básicos da indústria chinesa: estudos de caso*. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, 2011, vols. 1 e 2.

RAINE, S. **China's African challenges**. Oxford: Routledge and International Institute for Strategic Studies, 2009.

RENARD, Mary-Françoise. *China's trade and FDI in Africa*. In: African Development Bank Group. Working Paper n. 126, may 2011, 37 p.

REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 13ª ed. Ver., aumen. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2011.

RIDDELL, R. *Aid in the 21st Century*, New York, UNDP, 1996.

ROSEN D.H.; HOUSER, T. *China energy—a guide for the perplexed*. China Balance Sheet, 2007. China's energy: power, security, and the future of international politics I edited by Robert S.

ROSS, Robert S; FENG, Zhu (eds). *China's ascent: power, security, and the future of international politics*. Cornell University Press: New York, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. 6a edição. Ed Record. Rio de Janeiro, 2000. (*)

SARAIVA, José Flavio Sombra (org). *Relações Internacionais: dois séculos de história*. Brasília: IBRI, 2001.

_____(org). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2º edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte, MG: Ed. Fino Traço, 2012.

SASSEN, Saskia. 2008. *Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages*. Princeton University Press: Princeton, NJ. (*)

_____, When Territory Deborders Territoriality, 1 TERRIT. POLIT. GOV. 21-45 (2013).

_____. *Land Grabs Today: Feeding the Disassembling of National Territory*, 10 GLOBALIZATIONS 25-46 (2013).

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism & Democracy*. London: Allen & Unwin, 1954

STRASBERG, Paul J. & KLOECK-JENSON, Scott. *Challenging conventional wisdom: smallholder perceptions and experience of land access and tenure security in the cotton belt of northern Mozambique*. Working Paper nº 48. Mozambique Series. Land Tenure Center. University of Wisconsin-Madison. April, 2002.

TAYLOR, I. China's foreign policy towards Africa in the 1990s. *Journal of Modern African Studies*, v. 36, n. 3, p. 443-460, 1998.

_____. The 'all-weather friend'? Sino-African interaction in the twenty-first century. In: TAYLOR, I.; WILLIAMS, P. (Ed.). *Africa in*

international politics: external involvement in the continent. London: Routledge, 2004.

_____. NEPAD: towards Africa's development or another false start? Boulder:CO, Lynne Rienner, 2005.

_____. China's new role in Africa. Boulder, CO: Lynne Rienner, 2009.

UNESCO V. História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília : UNESCO, 2010. 1208 p.

UNESCO, VII. História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 1040 p.

UNESCO VIII. História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010. 1272 p.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015). *World Population Prospects: The 2015 Revision, Key Findings and Advance Tables*. Working Paper No. ESA/P/WP.241.

VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo; NEVES, Pedro. The international implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power. *Rev. Bras. Polít. Int.* n°57 (special edition): 91-107 [2014]

VAN APELDOORN, Bastian. & GRAFF, Naná de & OVERBEEK, Henk. The Reconfiguration of the Global State-Capital Nexus, 9 *Globalizations* 471-486 (2012)

VAN. DIJK, Meine Pieter. *The New Presence of China in Africa*. Amsterdam University Press, 2009

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial II: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea 1600-1750*. México: Siglo Veintiuno, 1984. v. 2.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. Ed. Martin Claret. São Paulo, 2005.

WANG, H.; HONG, Y. China: Technology development and management in the context of economic reform and opening. *Journal of Technology Management in China*, v.4, n.1, 2009.

WANG, Z.; WEI, S. What accounts for the rising sophistication of China's exports? NBER Working Paper, n. 13771, 2008.

WINTERS, L.A.; YUSUF, S. (eds.). *Dacing with giants: China, Índia and the global economy*. Washington D.C.– Singapore: World Bank and Institute of Policy Studies, 2007.

WIPO, 2014. *World Intellectual Property Indicators, 2014* published by World Intellectual Property Organization (WIPO). Economic and Statistical Division. Available in www.wipo.int/ipstats

World Bank and Collins. 2013. *Atlas of Global Development: A Visual Guide to the World's Greatest Challenges, Fourth Edition*. Washington, DC and Glasgow: World Bank and Collins. doi: 10.1596/978-0-8213-9757-2. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0

World Bank Group. 2015. "Commodity Markets Outlook, July 2015." World Bank, Washington, DC. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO

World Bank. 2013 Capital for the Future: Saving and Investment in an Interdependent World. Global Development Horizons. Washington, DC: World Bank. doi:10.1596/978-0-8213-9635-3. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0

World Bank Group. 2015. Global Economic Prospects, June 2015: The Global Economy in Transition. Washington, DC: World Bank. doi: 10.1596/978-1-4648-0483-0. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO

World Bank. 2015. *World Development Indicators 2015*. Washington,

DC: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-0440-3. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO

World Bank. 2015. *World Development Report 2015: Mind, Society, and Behavior*. Washington, DC: World Bank. doi: 10.1596/978-1-4648-0342-0. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO

XIAO-BO, Wu. *China Emerging. 1978-2008*. Cengage Learning Asia Pte Ltd: Singapore, 2009.

YUN SUN. *Africa in China's Foreign Policy*. John L. Thornton China Center and Africa Growth Initiative. Brookings, 2014.

YUSUF, Shahid and NABESHIMA, Kaoru, *Strengthening China's Technological Capability* (August 1, 2007). World Bank Policy Research Working Paper No. 4309. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1006320>

ZHAO, Z.; HUANG, X.; YE, D.; GENTLE, P. *China's industrial policy in relation to electronics manufacturing*. *China & World Economy*, v.15, n.3, 2007.

APÊNDICE

TABELA DO PIB DE REGIÕES SELECIONADAS AO LONGO DO TEMPO

| | Zona do Euro | Leste Asiático e Pacífico | Países afetados por situações de conflito | América Latina e Caribe | África Subsaariana | Mundo |
|------|--------------------------|---------------------------|---|-------------------------|-------------------------|--------------------------|
| 1965 | \$ 408,641,495,588.20 | \$ 224,521,818,599.88 | | \$ 119,569,378,543.77 | \$ 41,198,058,912.73 | \$ 1,963,284,204,370.59 |
| 1970 | \$ 642,132,863,930.99 | \$ 404,758,809,174.33 | | \$ 176,074,716,272.55 | \$ 63,372,462,640.74 | \$ 2,953,712,904,358.94 |
| 1980 | \$ 2,959,714,302,096.27 | \$ 1,802,307,241,380.58 | | \$ 773,069,194,878.48 | \$ 268,487,791,991.93 | \$ 11,156,090,495,502.20 |
| 1985 | \$ 2,394,565,485,870.45 | \$ 2,346,245,327,483.77 | | \$ 750,553,778,186.65 | \$ 208,887,024,141.84 | \$ 12,659,028,510,326.40 |
| 1990 | \$ 5,877,974,273,381.15 | \$ 4,720,029,337,559.67 | \$ 142,445,296,108.03 | \$ 1,167,287,485,970.73 | \$ 299,678,654,250.35 | \$ 22,546,701,087,850.40 |
| 1995 | \$ 7,526,998,784,844.33 | \$ 8,184,610,750,078.77 | \$ 146,367,084,871.56 | \$ 1,910,947,025,260.67 | \$ 332,772,121,332.68 | \$ 30,630,801,886,170.90 |
| 2000 | \$ 6,488,905,663,837.03 | \$ 8,120,165,619,567.21 | \$ 210,139,399,588.28 | \$ 2,265,009,085,738.01 | \$ 361,753,666,303.36 | \$ 33,276,211,761,396.70 |
| 2002 | \$ 7,170,861,203,083.26 | \$ 7,681,454,044,224.30 | \$ 192,410,352,175.60 | \$ 1,982,526,314,493.92 | \$ 359,869,872,758.52 | \$ 34,358,855,692,678.90 |
| 2005 | \$ 10,523,380,254,284.00 | \$ 10,083,202,601,238.30 | \$ 301,390,217,880.33 | \$ 2,869,435,668,660.78 | \$ 673,250,312,420.27 | \$ 47,033,721,325,574.50 |
| 2008 | \$ 14,104,469,320,998.20 | \$ 13,840,957,970,720.20 | \$ 556,819,116,116.17 | \$ 4,621,566,433,295.22 | \$ 1,043,594,903,141.91 | \$ 62,982,828,648,377.70 |
| 2009 | \$ 12,898,241,885,261.40 | \$ 14,247,872,786,390.20 | \$ 510,080,979,750.19 | \$ 4,345,214,122,362.97 | \$ 995,835,833,134.30 | \$ 59,704,688,409,043.40 |
| 2010 | \$ 12,635,364,066,138.60 | \$ 16,616,082,780,364.00 | \$ 592,412,652,636.20 | \$ 5,375,149,821,050.73 | \$ 1,332,926,098,854.08 | \$ 65,489,204,325,684.80 |
| 2011 | \$ 13,621,651,189,769.40 | \$ 19,237,361,322,554.30 | \$ 629,056,706,788.90 | \$ 6,091,240,364,529.40 | \$ 1,498,439,224,822.76 | \$ 72,572,243,987,182.10 |
| 2012 | \$ 12,642,794,345,500.90 | \$ 20,596,035,687,246.90 | \$ 723,021,686,353.34 | \$ 6,125,383,685,124.25 | \$ 1,570,584,152,374.25 | \$ 74,041,585,786,822.90 |
| 2014 | \$ 13,402,747,137,991.00 | \$ 21,421,778,209,784.70 | \$ 720,139,600,480.26 | \$ 6,298,365,245,262.59 | \$ 1,728,322,255,380.70 | \$ 77,868,767,941,744.70 |

| PORCENTAGEM DO PIB / MUNDO DE REGIÕES SELECIONADAS EM DATAS ESPECÍFICAS | | | | | | |
|--|--------------|---------------------------|---|-------------------------|--------------------|-------|
| | Zona do Euro | Leste Asiático e Pacífico | Países afetados por situações de conflito | América Latina e Caribe | África Subsaariana | Mundo |
| 1965 | 21% | 11% | 0% | 6% | 2% | 100% |
| 1970 | 22% | 14% | 0% | 6% | 2% | 100% |
| 1980 | 27% | 16% | 0% | 7% | 2% | 100% |
| 1985 | 19% | 19% | 0% | 6% | 2% | 100% |
| 1990 | 26% | 21% | 1% | 5% | 1% | 100% |
| 1995 | 25% | 27% | 0% | 6% | 1% | 100% |
| 2000 | 20% | 24% | 1% | 7% | 1% | 100% |
| 2002 | 21% | 22% | 1% | 6% | 1% | 100% |
| 2005 | 22% | 21% | 1% | 6% | 1% | 100% |
| 2008 | 22% | 22% | 1% | 7% | 2% | 100% |
| 2009 | 22% | 24% | 1% | 7% | 2% | 100% |
| 2010 | 19% | 25% | 1% | 8% | 2% | 100% |
| 2011 | 19% | 27% | 1% | 8% | 2% | 100% |
| 2012 | 17% | 28% | 1% | 8% | 2% | 100% |
| 2014 | 17% | 28% | 1% | 8% | 2% | 100% |